

KAREN DE FÁTIMA SÉGALA

**A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO “TODOS PELA EDUCAÇÃO” NA EDUCAÇÃO
BÁSICA BRASILEIRA: DO EMPRESARIAMENTO AO CONTROLE IDEOLÓGICO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S454a Ségala, Karen de Fátima, 1988-
2018 A atuação do movimento "Todos pela Educação" na
educação básica brasileira : do empresariamento ao controle
ideológico / Karen de Fátima Ségala. – Viçosa, MG, 2018.
ix, 126 f. : il. ; 29 cm.

Orientador: Cezar Luiz de Mari.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 117-126.

1. Educação básica - Brasil.
2. Todos pela Educação (Movimento). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.


CDD 22. ed. 379.260981

KAREN DE FÁTIMA SÉGALA

**A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO “TODOS PELA EDUCAÇÃO” NA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: DO EMPRESARIAMENTO AO
CONTROLE IDEOLÓGICO**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em Educação,
para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

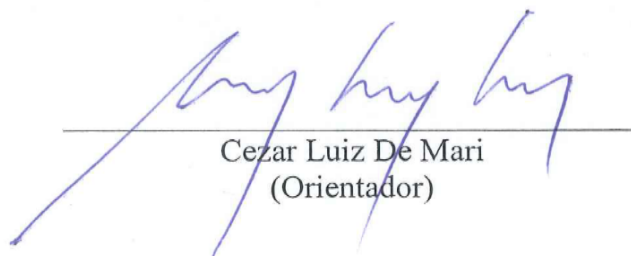
APROVADA: 04 de outubro de 2018.



Geraldo Márcio Alves dos Santos



Cristiane Aparecida Baquim



Cezar Luiz De Mari
(Orientador)

Dedico esta dissertação às mulheres que são as mulheres da minha vida.

À minha mãe, Ana, quem mesmo sem saber nos mostrou que por meio da educação é possível construir um mundo mais justo; quem me amparou, emocional e materialmente, em toda minha trajetória escolar e acadêmica.

À minha filha, Ana Thereza, quem mesmo tão pequenina já me ensina através do olhar e me inspira a continuar acreditando e buscando uma sociedade diferente, para que ela e todos os outros possam viver.

AGRADECIMENTOS

“É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá”.
(Gonzaguinha).

Antes de mais nada, gostaria de deixar claro que este trabalho é fruto de uma busca incansável pela minha consciência de classe e que, portanto, demonstra a minha opção pela luta coletiva ao lado da classe trabalhadora, pela busca de uma outra forma de sociedade, justa e igualitária para todos. Neste caminho, para que isso tudo fosse possível, eu pude contar com espaços de formação formais e informais, que me possibilitaram desvendar a sociedade por detrás de sua aparência. Assim, através de relações sociais construídas para além dos ditames do mercado, forjadas na afetividade e generosidade humana, construo a minha trajetória acadêmica.

“Todo começo é difícil em qualquer ciência”. Com essas palavras de Marx eu demarco como o processo de construção do conhecimento foi para mim uma tarefa árdua e nada fácil. Começo minha trajetória ainda no curso de Serviço Social, que não foi uma escolha, o que demonstra como a política educacional brasileira é excludente e seletiva. Apesar disso, foi a melhor coisa que me aconteceu, pois foi ali que iniciou o meu interesse pela área de educação, justamente por considerá-la a maior possibilidade de formação da consciência crítica e, conseqüentemente, da formação de uma outra vida social.

Quando iniciei a minha prática profissional como assistente social, vi de perto as contradições da sociedade, a desigualdade, a pobreza e principalmente a falta de formação política dos usuários que eu atendia, o que me trouxe ainda mais desejo de me inserir na área educacional. No mestrado em Educação tive a oportunidade de avançar nos debates, conhecer outros caminhos teóricos e metodológicos e reafirmar a minha escolha pela teoria crítica.

Com isso, o sentimento de gratidão é fundamental. O primeiro e grande agradecimento é destinado ao meu orientador, Cezar Luiz De Mari, a pessoa que confiou no meu potencial e me deu a oportunidade de construirmos um debate horizontal, respeitoso, harmonioso, paciente, generoso e compreensivo, que possibilitou a conclusão deste trabalho. Além disso, foi ele o responsável por grande parte do meu amadurecimento teórico, possibilitando que eu conhecesse mais as obras de Gramsci, o que me fortaleceu teoricamente como pesquisadora.

Agradeço imensamente aos professores do PPGE-UFV, especialmente o Professor Edgar Pereira Coelho, que numa disciplina sobre Paulo Freire me ensinou como podemos levar o caminho acadêmico com leveza e força.

Aos meus companheiros de turma, pois mesmo com tantas diferenças conseguimos crescer mutuamente, aproveitando os debates dentro e fora de sala. Meu especial agradecimento à linha 3: Formação Humana, políticas e práxis sociais, na qual encontrei alinhamento teórico e pessoas incríveis, como Telma, Luiz (Farofa), Guilherme, Demáisa, Nayana e Diego.

Agradeço ainda, por ter feito parte da minha escolha pela pós-graduação, a minha amiga e professora Kathiúça Bertollo, que tão generosa, acreditou no que eu escrevi e me encorajou a ir em frente.

Agradeço aos meus amigos do curso de Serviço Social, especialmente Fernandinha e Carmem, companheiras de profissão e de vida. Agradeço às minhas amigas queridas Li, Andreia e Juliana, que sempre foram para mim incentivo, acalento, conforto e momentos de alegria.

Agradeço imensamente à minha família, pela força e apoio, mas principalmente à minha mãe, Ana, que foi a primeira referência feminina de garra, luta e da força que a mulher possui na sociedade, me mostrando através de exemplos que eu nunca deveria desistir de buscar um mundo melhor.

E hoje mais do que nunca, pensando na construção de um mundo melhor, é que agradeço a oportunidade de ter tido durante o mestrado a minha amada filha, Ana Thereza, que com seu nascimento me trouxe inspiração para que eu sempre seja para ela referência de altruísmo, de respeito, de amor. Junto a ela, agradeço ao pai dela, meu companheiro, Vinícius, que foi para mim, nesse tempo, companheirismo, apoio, incentivo e que muitas vezes acreditou em mim mais do que eu. Nossa família traz muito mais sentido a essa conquista.

*“Deixa o menino aprender ô iá iá
Que a saúde do povo daqui
É o medo dos homens de lá
Sabedoria do povo daqui
É o medo dos homens de lá
A consciência do povo daqui
É o medo dos homens de lá...”*
(Natiruts)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
AGEE	Agenda Globalmente Estruturada para Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cenc	Cultura Educacional Mundial Comum
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EUA	Estados Unidos da América
EM	Ensino Médio
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FEA-USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
FGV-SP	Fundação Getulio Vargas
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAS	Instituto Ayrton Senna
Ibex	Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Mare	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
ONG	Organização Não Governamental
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
Pisa	Programa Internacional De Avaliação De Estudantes
PL	Projeto de Lei
PPPs	Parcerias Públicas Privadas
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sest	Serviço Social de Transporte
TPE	Todos Pela Educação
UFV	Universidade Federal de Viçosa
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unicef	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

RESUMO

SÉGALA, Karen de Fátima, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2018. **A atuação do movimento “Todos Pela Educação” na educação básica brasileira: do empresariamento ao controle ideológico.** Orientador: Cezar Luiz De Mari.

Esta dissertação teve como objetivo analisar o projeto de empresariamento em curso na política educacional brasileira de nível básico. Para isso, foi realizada a análise crítica do movimento Todos Pela Educação, criado em 2006, que se autodenomina um movimento apartidário e plural da sociedade civil brasileira, em prol da melhoria da qualidade da educação. Com base no referencial gramsciano, foram analisados inicialmente dois documentos, o primeiro proveniente da Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, intitulado Declaração Mundial sobre Educação para Todos, (UNESCO, 1990). O segundo documento analisado foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que levou o nome Compromisso Todos pela Educação, se tornando instrumento de legitimação do movimento Todos Pela Educação junto ao Estado. Esses documentos foram analisados tendo como base a Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; DIJK, 2008), considerando a importância do contexto social, político e econômico ao qual um determinado discurso proferido é utilizado pela classe dominante como potência para dominação e controle ideológico. Foram analisados, ainda, a luz da ADC, os discursos individuais e coletivos de membros do movimento Todos Pela Educação, divulgados em canais da mídia, como jornais, revistas, blogs e no site do movimento. Os discursos foram divididos em grandes temas relacionados à educação, como a formação de professores, financiamento da educação, o privado no público, a preparação do cidadão para modernização. Nesse sentido, observamos que o movimento constitui-se em uma junção de empresários brasileiros que buscam atuar na educação básica brasileira oferecendo suas soluções “eficazes” baseadas em referenciais das empresas privadas, como a utilização das avaliações de larga escala, da meritocracia e da formação técnica para atuação no mercado de trabalho. Em suma, ele busca uma educação que atenda aos anseios do capital e difunda uma sociabilidade baseada no mercado.

ABSTRACT

SÉGALA, Karen de Fátima, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October, 2018. **The actions of the movement “Todos Pela Educação” in the Brazilian basic education: from entrepreneurship to the ideological control.** Advisor: Cezar Luiz De Mari.

The aim of this master's thesis was to analyze the ongoing privatization project in the Brazilian basic education policy. For this purpose, it was carried out a critical analysis of the movement *Todos Pela Educação*, which was created in 2006 and is self-described as a non-partisan and diverse movement of Brazilian civil society for the improvement of education quality. Based on Gramsci's theoretical framework, two documents were analyzed initially, and the first of which arose from the World Conference on Education for All, held in Jomtien, Thailand, entitled World Declaration on Education for All (UNESCO, 1990). The second document analyzed was the Development Plan for Education (PDE), Law no. 6094, dated April 24, 2007, which was called *Compromisso Todos pela Educação*, becoming a legitimization instrument for the movement *Todos Pela Educação* before the State. These documents were analyzed on the basis of the Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; DIJK, 2008), considering the social, political and economic context to which a certain discourse given is used by the ruling class as a potential means of ideological control and domination. In light of CDA, individual and collective discourses of members of the *Todos Pela Educação* movement published in media channels, such as newspapers, magazines, blogs and the website of the movement, were also analyzed. The discourses were divided into major themes related to education, for example: teacher training, education funding, public-private relationships and the preparation of citizens for modernization. In this respect, we observed that the movement is formed in a confluence of Brazilian entrepreneurs who try to act in the Brazilian basic education offering their “effective” solutions based on private companies references, such as the use of large-scale assessments, meritocracy and technical training for working in the labor market. In short, it intends to achieve an education that meets the capital demands and spreads a sociability based on the market.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
CAPÍTULO I - O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: ORIGEM, FUNÇÃO E PAPEL NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA ÀS TENDÊNCIAS DO CAPITALISMO GLOBAL.....	9
1.1 Brasil a partir dos anos 1990: conjuntura que propiciou o surgimento do TPE.....	9
1.2 Estratégias do TPE: programa de metas para o alcance da qualidade na educação.....	19
1.3 Os intelectuais orgânicos do Capital e a produção de consenso: quem são os sujeitos coletivos do TPE.....	33
1.4 Tendências do TPE para a política da educação brasileira.....	43
CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO.....	47
2.1 Declaração Mundial sobre Educação para Todos: o novo sentido dado à educação mundial.....	47
2.2 Proposições do PDE – Plano de Metas Compromisso todos pela Educação: a interlocução do governo com o TPE.....	51
2.3 A mobilização e comunicação do TPE.....	57
2.4 Análise do discurso dos intelectuais coletivos e individuais do TPE.....	60
2.4.1 Formação de professores.....	61
2.4.2 Financiamento da educação.....	68
2.4.3 Privado no público: o discurso da ineficiência do Estado.....	73
2.4.4 Preparando o cidadão para as mudanças da sociedade.....	80
CAPÍTULO III – A INCIDÊNCIA DO TODOS PELA EDUCAÇÃO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS E O ESTADO COMO ARTICULADOR.....	86
3.1 O argumento da “Crise” da educação revestido de crise da aprendizagem e o modelo de competências como solução.....	86
3.2 O TPE e as reformas empreendidas como solução para a “crise” da educação atual: a BNCC e a reforma do Ensino Médio.....	92
3.2.1 A BNCC e a normatização do currículo.....	92
3.2.2 A Reforma do Ensino Médio e a prerrogativa para a tecnicização do ensino	98
3.3 O Estado articulador e incentivador da agenda privatizante na educação.....	101
3.4 O caráter ideológico do TPE.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	117

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto desta pesquisa é a atuação do movimento Todos pela Educação no projeto de privatização da educação intensificado no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1990, com a efervescência das ideias neoliberais e as novas funções atribuídas ao Estado. Com a flexibilização trazida por essa fase do capitalismo, mais intensamente financeiro, foi se abrindo o espaço para a atuação do capital em novas áreas da educação. Com isso, ampliam-se também as posições ideológicas que passam a justificar a criação de movimentos do empresariado junto à educação. Nesse contexto, ganha destaque o Movimento Todos Pela Educação (TPE), que congrega um conjunto de produções a fim de garantir o consenso para reformas e a diminuição das fronteiras entre o público e o privado.

Busca-se, neste trabalho, levantar perspectivas de compreensão crítica acerca do processo de empresariamento¹ da educação e as formas empreendidas por esse movimento na tentativa de manter o controle do pensamento. Para tanto, este estudo se realiza através da análise crítica da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público “Todos Pela Educação”, em funcionamento no Brasil desde 2006, a fim de demonstrar quais têm sido os interesses dos seus idealizadores, bem como os seus desdobramentos na realidade escolar, buscando, assim, determinar os processos de formação escolar, curricular e humana.

A política de educação, portanto, assim como os diversos setores da vida social, está inserida em uma sociedade que é marcada por influências econômicas, políticas e sociais, refletindo, por conseguinte, as contradições próprias da sociedade capitalista em que vivemos. Isso fica bem demarcado quando ocorre a Conferência de Educação para Todos, em 1990, em Jontien, na Tailândia. Na ocasião, ganha destaque a vinculação da educação mundial com a busca por desenvolvimento econômico, uma vez que se ressaltou a importância das parcerias, sobretudo, com o setor empresarial, tomando-se como argumento central a ineficiência do Estado na gestão e no planejamento das políticas públicas.

¹Termo utilizado por Freitas (2012) que se relaciona ao movimento dos reformadores empresariais (*Corporate Reformers*) dos EUA, iniciado nos anos de 1980, que buscava reformar a política educacional americana com base em referenciais privados.

O sistema capitalista, tendo em vista sua incessante necessidade de expansão, empreende e impõe medidas para mercantilização de todas as áreas, sempre no sentido de manter sua hegemonia. Dessa forma, o neoliberalismo constitui-se em um conjunto de medidas, com duas facetas importantes: uma econômica e política e outra ideológica. (BASTOS, 2016).

Nesta pesquisa, damos maior ênfase à segunda faceta, tendo em vista o poder dessa influência atribuída ao setor privado através das Organizações Não Governamentais. A atuação das primeiras ONGs no Brasil está diretamente vinculada à fase desenvolvimentista dos anos que antecederam o golpe militar, realizando trabalhos expressivos, desvinculados do governo e sem fins lucrativos, com ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade. Assim, as ONGs nascem como uma contraposição ao Estado autoritário e empreendem medidas de democratização da sociedade.

Com o advento das ideias neoliberais, o Estado passa a ser visto como o responsável pela crise econômica, devendo diminuir os gastos sociais. Assim, cresce um protagonismo da participação da sociedade, através da sociedade civil, que por muitos momentos se coloca como oposição política, mas também pode atuar num movimento de legitimar as determinações estatais e, primordialmente, as da classe empresarial. Uma nova forma de elaborar e executar serviços básicos, como a educação, passa a ser “tarefa de todos”, logo a responsabilização pelo direcionamento da política educacional, ou seja, o encargo de formação, passa para as mãos do indivíduo. Inaugura-se uma fase em que as práticas e ideários estabelecem uma relação de autonomia com o Estado. Como se não fosse suficiente, as ONGs começam a ser representadas e financiadas por grandes empresários. No caso do TPE, a maioria das fundações participantes do movimento são ligadas ao setor bancário, o qual tem na “responsabilidade social” uma forma de influenciar o setor de serviços públicos, até então, de responsabilidade estatal.

Sendo assim, torna-se pertinente este estudo a respeito do papel do movimento “Todos pela Educação” no direcionamento da política educacional brasileira, sobretudo, considerando o atual estágio do capitalismo mundial fortemente influenciado pelas ideias neoliberais, as quais buscam conformar as consciências, práticas e os sujeitos sociais. Nos deteremos em buscar respostas para a seguinte questão: quais os objetivos da inserção do setor privado na reformulação da política pública de educação básica, através da atuação do movimento “Todos Pela Educação”?

Em relação ao marco temporal da pesquisa, consideramos o ano de 2006, ano de criação do TPE, como o início para a análise do contexto histórico, social e político da época, das influências internacionais e da situação da política educacional. Com isso, procuramos identificar o processo de fortalecimento do Movimento, suas ações práticas, teóricas e, sobretudo, ideológicas, que incidem na política educacional da educação básica do momento atual e na formação humana. Considera-se, ainda, a relação de proximidade das ações do governo, com as metas do TPE, como buscaremos demonstrar através do *Plano de desenvolvimento da Educação (PDE, 2007)*, nomeado por *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, e, do mesmo modo, com os discursos envolvidos nesse processo. O objetivo geral da pesquisa foi analisar o movimento de empresariamento da educação, através de estudo sobre a atuação e influência da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Todos Pela Educação no ensino básico de educação no Brasil. Os objetivos específicos, por sua vez, foram:

- Identificar nos discursos dos atores envolvidos no movimento “Todos pela Educação” o interesse da inserção do setor privado na condução da política pública de educação básica;
- Analisar o conjunto das orientações do movimento “Todos pela Educação” propostas nessa organização no Brasil para a educação básica;
- Analisar as diversas atuações do “Todos pela Educação” na proposição e mediação curricular para a escola pública e seus desdobramentos ideológicos;
- Identificar as formas de legitimação e apoio dado ao Movimento “Todos pela Educação” pelo Ministério da Educação, bem como os interesses envolvidos.

Para tanto, a metodologia utilizada na pesquisa foi a qualitativa, que, para Minayo (2010), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Com isso incorporamos as análises do Movimento Todos Pela Educação como um vetor do capital para dentro da educação. Assim, buscamos compreender como o TPE planeja e executa suas ações e identificou os instrumentos institucionais que lhe permite assumir papel de parceiro do Estado na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de educação básica a partir de 2006. A metodologia permitiu identificar pelas diversas manifestações empíricas que o empresariado vê na educação uma oportunidade de avanço de lucros. Em destaque, a metodologia qualitativa ajudou a captar os meandros da produção ideológica do TPE, como mediação de consensos junto

a sociedade. As análises foram ancoradas por literaturas especializadas que permitiram avançar na compreensão da relação entre o TPE e o Estado, do setor público com o privado e dos fatores ideológicos e midiáticos envolvidos em assegurar os consensos para o apoio social necessário à atuação do TPE.

Utilizamos como abordagem a Análise do Discurso Crítica (ADC) e informamos, para todos os efeitos, que a ADC ancora sua teoria na relação da linguagem com a realidade e da articulação dialética entre as dimensões teóricas e práticas da realidade, sendo sustentada na tríade do discurso: texto, prática discursiva e prática social. As formulações de Fairclough (2001), teórico da ADC, que trata a linguagem como prática social, nos ajudarão nos procedimentos metodológicos, assim como na compreensão da dialética entre os discursos e a realidade. Lembrando que linguagem é tratada aqui no sentido da fala e da escrita, considerando o papel crucial do contexto em que ela se insere. Dessa forma, tal abordagem nos permite evidenciar na prática discursiva elementos que permitem compreender a ideologia presente na linguagem, nos trazendo a importância de se pensar o discurso atravessado de intenções, marcados pelas motivações econômicas, políticas e sociais, as quais podem produzir consensos e representar interesses nas relações de poder.

Para Fairclough (2001), o discurso na ADC trabalhado através da concepção tridimensional com o texto, prática discursiva e prática social é uma tentativa de reunir a análise textual e linguística, a análise da prática social em relação às estruturas sociais e a prática social como algo que se produz ativamente e se entende com base em procedimentos de senso comum compartilhados. Para esse autor, a análise textual se organiza em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Por sua vez, na análise da prática discursiva, consideram-se a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade, além dos processos de produção, distribuição e consumo textual. A análise da prática social envolve os conceitos de ideologia e de hegemonia, que permitem a compreensão de que o discurso, como componente social, se constitui em relações de poder, que operam na sociedade civil como força teórica e prática. A ADC, para Dijk (2008), pode ser entendida como

[u]m tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um

posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se a desigualdade social. (p.113).

Dijk (2008) ressalta como é importante o poder da crítica para a construção do conhecimento científico, evidenciando que uma pesquisa crítica séria não deve ser considerada de menor valor para a ciência. Portanto, o que a diferencia é que os estudos discursivos, baseados na teoria crítica podem ser fatores de mudança para beneficiar grupos dominados, modificando discursos carregados de racismo e/ou sexismo, por exemplo.

Com o objetivo de analisar esses discursos é que Dijk (2008) examina a complexa relação entre poder e discurso, o que contribui para a realização da ADC nesta pesquisa, haja vista a importância do poder como possibilidade de controle para os grupos dominantes, representados pelo movimento Todos Pela Educação. Para Dijk (2008), o poder pode ser exercido através do discurso, a favor daqueles que controlam e em desfavor de quem está sendo controlado. Nesse sentido, o autor menciona como as práticas discursivas podem ser importantes aliadas desses grupos dominantes para controlar mentes. Esclarece, ainda, como a mídia é uma importante aliada nesse processo, o qual, para acontecer, é necessário mais que a compreensão da fala e da escrita; é importante o conhecimento pessoal e social, experiências prévias, normas, valores e ideologias envolvidas. Dito isso, o autor exemplifica:

[t]alvez seremos capazes de mostrar, por exemplo, como reportagens tendenciosas sobre imigrantes podem levar a formação ou confirmação de preconceitos e estereótipos, que por sua vez podem levar a - ou serem controlados pela formação de - ideologias racistas, as quais, por sua vez, podem ser usadas para produzir novas escritas ou falas tendenciosas em outros contextos, que finalmente podem contribuir à reprodução discursiva do racismo. (DIJK, 2008, p.20).

Tendo como base essa forma de analisar os discursos contidos nos documentos, procuramos trazer elementos que evidenciaram as influências do setor empresarial representado pelo Movimento Todos pela Educação no direcionamento da escola básica no Brasil.

O procedimento de coleta de dados foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Sobre a pesquisa bibliográfica, Minayo (2010) deixa clara a importância da prática disciplinada e sistematizada, através da realização de fichamentos, e da concepção crítica, através da reflexão sobre a teoria e o objeto

pesquisado, bem como chama atenção à sua amplitude, levando em conta todo o arsenal de conhecimento produzido cientificamente sobre o tema. Destaca-se, sobretudo, a sua capacidade de articulação com a realidade, dado que todo objeto de pesquisa não surge da espontaneidade, mas de uma demanda concreta da realidade, atravessada por um tempo histórico. Esta pesquisa tem como forma de coleta de dados, os documentos empíricos, como: periódicos, livros, enciclopédias, artigos científicos, bancos de Teses e dissertações postadas no acervo da Capes.

Nesse sentido, a pesquisa de base documental foi utilizada, pois, através dela acessamos informações pertinentes à pesquisa, especialmente no site eletrônico do movimento “Todos pela Educação”, em que, entre os principais itens, estão os boletins de mídia, indicadores e projetos. Compreendemos os documentos enquanto expressão de um momento histórico marcado pela atuação e consciência humana. Partindo do pressuposto de que os documentos que compõem o site eletrônico do TPE são documentos empíricos, foi realizado um levantamento detalhado junto ao site do TPE a fim de subsidiar as análises na pesquisa. No entanto, é necessário esclarecer que, de acordo com Minayo (2010), a internet não chega a ser uma técnica de pesquisa, mas um recurso, uma base para coleta de dados com a qual podemos levantar dados de pesquisa.

Acompanham a coleta de dados os discursos obtidos em reportagens de revistas, jornais, falas institucionais, cartilhas, cursos e eventos de membros do TPE. Dividimos os discursos em individuais e coletivos: o primeiro com falas individuais dos empresários ou cidadãos que participam do movimento TPE e o segundo com falas coletivas, na medida em que representavam alguma entidade coletiva vinculada ao TPE. Os discursos obtidos foram separados por temas relevantes para a política educacional, considerados como importantes para o avanço dessa política. Os temas foram selecionados levando em consideração sua maior aparição e evidência nos veículos de comunicação através dos discursos mencionados.

A análise documental nesta pesquisa levou em conta ainda a *Declaração Mundial sobre Educação para todos* (UNESCO, 1990), documento que foi elaborado na *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jontien, na Tailândia, onde houve o marco de abertura do setor público educacional para o estabelecimento de parcerias, entre as quais a com o setor privado. Analisamos ainda os documentos instituídos pelo Governo brasileiro que deram legitimidade às ações do Movimento Todos pela Educação, como o *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*, Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que leva o nome *Compromisso Todos pela Educação*,

implementado pelo então Ministro de educação da época, Fernando Haddad (2005-2012), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). A partir da adesão ao *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, os estados e municípios elaboraram seus respectivos *Planos de Ações Articuladas (PAR)*.

Os sujeitos coletivos, cujos discursos foram analisados nesta pesquisa, são representantes empresariais, como são intitulados pelo próprio TPE, mantenedores e parceiros do movimento, conforme segue: Gerdau, Bradesco, Itaú Social, Unibanco, Fundação Lemam, Suzano Papel e Celulose, Empresa aérea GOL, Instituto Natura, Instituto Península, Organizações Globo, Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Colabora Educação, Editora Saraiva e editora Abril. Assim, analisaremos primordialmente sua forma de aparição na mídia nos assuntos relacionados à educação, seus discursos e as formas de legitimidade trazida por eles.

O primeiro capítulo traz uma abordagem teórica com a caracterização do movimento TPE, mostrando o contexto sócio histórico de sua criação, origem, localização, motivos e objetivos. Nessa parte, traçamos quais suas ações, projetos, estratégias para educação pública e, para tanto, utilizamos basicamente informações e dados retirados do site eletrônico do TPE, assim como documentos elaborados por eles, como o documento *Relatório de Atividades Todos Pela Educação (2006- 2009 e 2014)*, assim como o documento denominado *De Olho Nas Metas*, elaborado em 2008. Detalhamos quem são os atores individuais e coletivos que fazem parte desse Movimento, destacando-os, de acordo com a perspectiva gramsciana, como intelectuais orgânicos formados para atender ao capital e estabelecer consenso para afirmar seus interesses. Além do referencial teórico de Antônio Gramsci (1999, 2000, 2001a 2001b, 2002), utilizamos neste capítulo autores como: Martins, A., (2009) Martins, A., et al. (2015), Martins, E.M., (2013), Semeraro (1999), Fontes (2006), Coutinho (2000), Leher (2002, 2014), Freitas (2012), Freitas (2014), Meszáros (2005), entre outros.

No segundo capítulo, partimos da análise dos documentos e discursos do TPE. Para isso, inicialmente foram realizadas análises de dois documentos: 1- *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, publicada em Jontien, na Tailândia, em 1990; 2- *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2007)*, conhecido como *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*. A partir da coleta de dados em canais da mídia, sites, revistas e jornais online e entrevistas com os sujeitos coletivos do TPE: Fundações empresariais, entidades governamentais e não governamentais, assim como representantes e membros da comissão de governança e comitê executivo do TPE,

procedemos com as análises desses discursos balizadas pelos objetivos da pesquisa. Os discursos dos intelectuais coletivos foram selecionados de acordo com sua maior incidência em canais de comunicação, como divulgação de campanhas na mídia, notícias relacionando a participação das entidades e fundações em assuntos voltados à educação, divulgação de projetos realizados a interferir na política educacional, como preparação de materiais didáticos, cursos de formação de professores, realização de estudos e outros.

Nessa linha, selecionamos os discursos provenientes das Fundações Lemann e Gerdau, Roberto Marinho e Itaú Social e do Instituto Ayrton Sena para nossas análises. Os intelectuais individuais são sujeitos que representam essas fundações e entidades, como Jorge Gerdau, Paulo Leman, Vivianne Sena, Milú Vilela, assim como a Presidente do Conselho Executivo do TPE, Priscila Cruz. Por vezes, esses intelectuais se manifestaram individualmente defendendo princípios, ideias e concepções. Alguns desses discursos também foram objeto de nossas análises. Os principais referenciais teóricos utilizados nesse capítulo foram Evangelista (2013), Freitas (2012), Oliveira (2009), Saviani (2007), Shiroma (2012), Cunha (1997).

No terceiro capítulo buscamos demonstrar como tem se dado a intervenção do TPE nas reformas empreendidas na educação, como a reformulação do ensino médio e a constituição da *Base Nacional Comum Curricular*. Nesse sentido, tratamos de abordar a respeito do papel desempenhado pelo TPE e seus idealizadores, no processo de implementação e projeção dessas reformas e quais têm sido os impactos no aprofundamento das desigualdades e do acesso público da educação. Para isso, estudamos a presença, influência e mediação do TPE junto à Reforma do Ensino Médio e à formulação da BNCC, ambas concluídas no ano de 2017. A partir disso, discutiu-se ainda o real papel do Estado nesse processo, se colocando como articulador das demandas do capital e fortalecendo a parceria entre setor privado e público. Nesse seguimento, considerando o papel do TPE para a construção ideológica de valores e determinações práticas, abordamos como o conceito de ideologia foi trabalhado por Gramsci (1999), além de trabalharmos autores como Mézaros (2002, 2004) Tonet (2006), Netto (1996), Fontes (2005), Motta e Frigotto (2017), Smolka (2015), entre outros.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: ORIGEM, FUNÇÃO E PAPEL NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA ÀS TENDÊNCIAS DO CAPITALISMO GLOBAL

Neste capítulo abordaremos as bases que constituíram o Movimento Todos Pela Educação (TPE) no Brasil. Para isso, nos deteremos ao período posterior aos anos 1990, trazendo também uma caracterização do mesmo, suas metas, objetivos e estratégias, no sentido de identificar suas ações, métodos e influências na política de educação básica, tendo como base as informações retiradas do seu site, especificamente nos documentos divulgados em meios de comunicação, que se configuram como principais articuladores de divulgação do TPE para a sociedade.

Resgatamos a conjuntura política, econômica e social que propiciou a formação do TPE no Brasil, trazendo elementos que demonstram a redefinição do papel do Estado para a questão da política educacional, o surgimento do terceiro setor e o fortalecimento do setor privado. Posteriormente, analisamos as estratégias do Movimento e sua materialidade nas ações voltadas à educação. Ainda neste capítulo articulamos o TPE com o conceito de intelectuais orgânicos, de Antônio Gramsci, para demonstrar como os atores coletivos que idealizaram o Movimento têm atuado na formação de consenso baseada em concepções privadas de gerência da coisa pública. Por fim, demonstramos as tendências e perspectivas do movimento para a legitimação de suas ações no cenário educacional e para a sociedade em geral.

1.1 Brasil a partir dos anos 1990: conjuntura que propiciou o surgimento do TPE

Para compreendermos o surgimento e as bases que constituíram o TPE, bem como entendermos sua influência, é necessário situar o cenário político e econômico em que o movimento nasceu. Os anos 1990 foram marcados pela reorganização das políticas públicas, com iniciativas de estabilização econômica e de reformas estruturais orientadas para o mercado, como as privatizações e abertura para o mercado externo. Para Martins (2013),

[a] gênese do TPE está ligada a uma tendência de alteração na relação entre sociedade e Estado que se fortalece nas décadas de 1980 e 1990

a partir da suposta necessidade de alteração da dualidade público/privado e da equiparação entre público e estatal. De procedência norte-americana, essa tendência promove ações no campo do terceiro setor² com a proliferação de ONGs, institutos e fundações, a partir de estratégias como a responsabilidade social empresarial/corporativa, o investimento social privado, o voluntariado e a parceria entre o público e o privado no enfrentamento das questões sociais. (p. 45).

Com a efervescência das ideias neoliberais e as novas funções atribuídas ao Estado, a flexibilização trazida por essa fase do capitalismo, agora mais intensamente financeira, abriu-se espaço para atuação do capital em novas áreas, entre elas a educação. Juntamente com este processo nasce o protagonismo da participação da sociedade, por meio da sociedade civil, ao qual é utilizado pelo neoliberalismo como forma de difundir o seu ideário privatista. Ao longo desta pesquisa utilizaremos o conceito sociedade civil, tendo como referência o pensamento gramsciano, tendo em vista a dicotomia construída a respeito desse conceito, se considerarmos a apropriação liberal do termo.

Para Gramsci (1982), a sociedade civil compõe espaço de atuação dos intelectuais na busca por hegemonia, por meio dos aparelhos privados de hegemonia.

Podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1982, p.10).

² O termo, de origem norte americana e de influência neoliberal, indica que o Estado é insuficiente para lidar com todas as questões, principalmente as de cunho social. Nesse sentido, busca-se um resgate de valores como a cidadania e solidariedade, ancorada em iniciativas tipo filantrópicas e a caridade com uma roupagem mais empresarial.

De acordo com Fontes (2006),

Gramsci se interroga triplamente sobre a sociedade civil: ‘como se organiza e se exerce a dominação de classes’ nos países de capitalismo desenvolvido; ‘sob que condições’ os setores subalternos (dominados, explorados) empreendem suas lutas ‘de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo’; e, finalmente, retomando interrogações a partir de sua peculiar leitura de Hegel, reaproxima a reflexão sobre o Estado das formas da ‘organização’ social, num projeto político que almeja uma ‘eticidade’ (que não se limita à moral), portanto a plena realização dos indivíduos, exatamente porque passariam a perceber e viver intensamente sua participação na vida social (o tema da socialização plena, tão central em Marx). (p. 210).

Semeraro (1999), grande intérprete da obra gramsciana no Brasil, esclarece que

[e]mbora as origens do conceito de sociedade civil estejam relacionadas com a tradição política burguesa e liberal, Gramsci elabora um novo significado que o diferencia da tradição jusnaturalista e o conduz além dos horizontes desenhados por Hegel, Croce e o próprio Marx. Para ele a sociedade civil não deve ser apenas o território exclusivo da burguesia, reservado para as suas iniciativas econômicas e a estruturação da sua hegemonia no mundo moderno. Gramsci vê neste espaço um local privilegiado onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o domínio hegemônico. Sendo assim, a modernidade, não deu só origem ao capitalismo e à autonomia pessoal, mas abriu a estrada, também, à emancipação das massas e abriu a possibilidade da luta pela democracia social. (p.210)

Ainda segundo Semeraro (1999):

Em seu conjunto, o pensamento de Gramsci está voltado para municiar as organizações das classes subalternas que lutam para conquistar a sua liberdade e a sua hegemonia. Nesse sentido, vai além da noção de “sociedade civil” que, na história moderna, passou a significar mais exatamente o espaço próprio da burguesia, a constituição de relações que, além da estrita esfera do Estado, vieram se formando em torno do mercado e da livre iniciativa, assim como das normas que se criaram para regular a propriedade privada na complexa dinâmica das novas sociedades. (p.74).

Com isso, Gramsci mostra que a sociedade civil é um espaço de disputa de poder e nela estão representados os conflitos de classes, à medida que são expressão de

uma sociedade marcada por essa divisão. No liberalismo o conceito de sociedade civil é visto como o espaço do indivíduo separado da esfera do Estado, estrutura exterior e opressora, mas inevitavelmente necessária para moderar os "excessos" dos interesses privados. Nesse sentido, Coutinho (2000) traz uma problemática muito pertinente ao estudo do conceito, quando menciona sobre a dicotomia criada entre Estado e sociedade civil, marcada por uma ênfase maniqueísta de que tudo o que provinha da "sociedade civil" era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado com sinal fortemente negativo. Assim, com o avanço do pensamento neoliberal, este se apropriou daquela ideia e, segundo Coutinho (2000), passa a enaltecer tudo que se refere à sociedade civil.

Mas as coisas se complicaram decisivamente quando, a partir de final dos anos 80, a ideologia neoliberal em ascensão apropriou-se daquela dicotomia maniqueísta para demonizar de vez tudo o que provém do Estado (mesmo que se trate agora de um Estado de direito) e para fazer a apologia acrítica de uma "sociedade civil" despolitizada, ou seja, convertida num mítico "terceiro setor" falsamente situado para além do Estado e do mercado. (COUTINHO, 2000, arquivo digital).

A respeito dessa apropriação do conceito pela sociedade neoliberal, Leher (2002) nos esclarece que

[a] revalorização da unidade de ideias “sociedade civil”, identificada, por exemplo, a partir da análise dos documentos do Banco Mundial, é resultado de um movimento ideológico conservador formado por “críticos do Estado autoritário”, dirigentes de governos militares e neoliberais. Estes representariam um bloco orgânico em torno da tese de uma nova era em que os antagonismos centrados nas contradições capital e trabalho não teriam mais lugar. Concomitantemente a essa ofensiva ideológica conservadora, percebe-se nas formas de expressão ideológica dos novos movimentos sociais (NMS) e das ONGs, o emprego da locução sociedade civil, com sentido idealizado e, ao mesmo tempo, reduzido à atuação pragmática desses organismos. (p.18).

Tendo explicitado o conceito de sociedade civil nos termos de Gramsci, destacamos a partir disso o termo ‘terceiro setor’ e o surgimento das Organizações Não Governamentais, para explicitar iniciativas que se intitulam fora do âmbito do Estado. Foi constituído na sociedade brasileira dos anos 1990 o terceiro setor, que se autodenominou “nova sociedade civil”, trazendo às políticas sociais uma nova forma de transformação social, por meio da eficiência da gestão das organizações sem fins

lucrativos, que tinham na iniciativa privada seu modelo de busca por resultados. Uma nova forma de elaborar e executar serviços básicos, como a educação, passa a ser “tarefa de todos”; a responsabilização pelo direcionamento da política educacional, ou seja, o encargo de formação, passa para as mãos do indivíduo. Inaugura-se uma fase em que as práticas e ideários estabelecem uma relação de autonomia com o Estado. Como se não fosse suficiente, as ONGs começam a ser representadas e financiadas por grandes empresários. Conforme Souza (2009),

[n]o Brasil as ONGs surgem no processo de redemocratização a partir da década de 1980, com um forte teor desenvolvimentista próprio do período de abertura política do país, realizavam trabalhos expressivos desvinculados de governos e sem fins lucrativos. Já na entrada dos anos 1990 e a incorporação pelo país da reestruturação do capitalismo, o neoliberalismo surge com novas formas de sustentação e crescimento. Assim, boa parte dessas organizações é levada a alinhar-se às políticas de estado e a partidos políticos e sindicatos. (p. 117).

No setor educacional as primeiras iniciativas que contribuíram para o fortalecimento da atuação do chamado terceiro setor se iniciam com o incentivo dado na Conferência de Educação para Todos em 1990, ocorrida em Jontien, na Tailândia. A conferência marcou a vinculação da Educação Mundial ao desenvolvimento econômico, ressaltando a importância das parcerias, sobretudo com o setor empresarial, tendo como argumento central a ineficiência do Estado na gestão e no planejamento das políticas públicas. Na declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1990), fica claro o incentivo às parcerias.

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis. (DECLARAÇÃO MUNDIAL EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, p.5).

A Conferência de Educação para Todos é, para Rabelo, Segundo e Jimenez (2009), “um marco estratégico do novo papel, que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal” (p. 8). O documento deixa clara a obrigação do Estado em garantir educação

básica³ para todos, gratuita e de qualidade. No entanto, incentiva e legitima o estabelecimento das alianças.

As alianças se constituem como estratégia do Banco Mundial (BM), de delegar à sociedade a função de gestora das políticas públicas da educação, retirando o provimento do recurso por parte do Estado. Nos importa considerar os setores com os quais o BM incentiva as alianças, para efeitos da análise do movimento Todos Pela Educação, já que o movimento foi formado com a imagem de uma organização da sociedade, mas é marcado pela forte participação de empresas do ramo privado. Por isso há a necessidade de entendermos quem de fato realiza as parcerias com o setor público.

Para Rabelo, Segundo e Jimenez (2009), as alianças e parcerias também seriam um importante fator para o alcance de uma educação em âmbito universal.

A Conferência de Jomtien foi a primeira a propagar que a meta universalizante deve ser cumprida a partir de alianças efetivas que contribuam significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas da educação básica. Ainda com o apelo de que a educação pode ser responsável pelo alcance da paz e solidariedade entre os povos, o que implicaria na responsabilidade de todos em garantir as necessidades básicas de aprendizagem. (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 15).

O Banco Mundial se constitui como um dos maiores incentivadores de uma agenda globalmente estruturada para a educação. Sobre isso, Dale (2004) realiza um estudo que localiza e diferencia uma Cultura Educacional Mundial Comum (Cemc) de uma Agenda Globalmente Estruturada para Educação (AGEE). Para ele, a AGEE pensa o processo de globalização como

[u]m conjunto de dispositivos político-econômicos para a organização da economia global, conduzido pela necessidade de manter o sistema capitalista, mais do que qualquer outro conjunto de valores. A adesão aos seus princípios é veiculada através da pressão econômica e da percepção do interesse nacional próprio. Assim, o papel do Estado tem mudado tanto nacional quanto internacionalmente, fazendo com que os impactos dessa globalização sobre o Estado, influencie os sistemas

³ Ressaltamos que o termo educação básica pode ter entendimentos distintos, portanto justificamos que no caso explicitado demonstra a perspectiva de um organismo internacional, no caso da Unesco, que influenciada pelas ideias neoliberais de gerencialismo e mercado, pautam uma educação básica no sentido estrito da palavra básica, voltada, pois, à formação para o “trabalho simples”, portanto, tecnicista. A educação básica também pode se referir aos períodos de formação da criança até a adolescência no Brasil, que, de acordo com Constituição Federal de 1988, é responsabilidade dos municípios, contemplando o ensino infantil, fundamental e ensino médio. Este último também pode ser responsabilidade dos estados e em muitos casos são ofertados também pelo nível federal.

e políticas educativas usando mecanismos que podem ser especificados e seguidos. (DALE, 2004, p. 436).

Nesse processo, o único que se beneficia são os grupos dominantes dos países e não as nações, como querem transparecer, já que para a abordagem da AGEE ele não prospera apenas através das condições materiais, mas, do contrário, usa também as ideias e crenças através de mecanismos como a religião, as famílias e a sociedade, no geral. (DALE, 2014).

Assim, a AGEE fortalece a crença na responsabilidade social como peça fundamental para o alcance da cidadania. Nesse sentido, um conceito determinante nesse processo é o de terceira via, que tem na sua origem a tentativa de união de duas ideias, justiça social e eficácia empresarial.

Segundo Peroni e Caetano (2012), o conceito de terceira via foi amplamente trabalhado por Antony Giddens, quando em 1994 publicou o livro chamado *Para além da esquerda e direita*, principalmente por ter sido apoiado pelo Ex-primeiro Ministro inglês da época, Tony Blair. A ideia do governante era atualizar a social democracia e implantar uma “governança progressista”. Com isso, buscava-se uma alternativa à política de esquerda ou direita, com uma gestão de governo através de uma política econômica conservadora e uma política social progressista. Assim, como no neoliberalismo, produz-se a crença/ideologia de que a culpa pela crise esteja na ineficiência do Estado, e, para resolvê-la, aposta na atuação do terceiro setor, já que se caracteriza como público não estatal. (PERONI; CAETANO, 2012). Por isso, a terceira via é entendida por Giddens (2007) como:

[u]ma série muito mais genérica de esforços, comum a maioria dos partidos e pensadores de esquerda na Europa em outras partes do mundo, para reestruturar as doutrinas esquerdistas. Existe um consentimento quase que por toda parte que as “duas vias” que têm dominado o pensamento político desde a Segunda Guerra Mundial fracassaram ou perderam a punjança. Dentro das sociedades desenvolvidas, o eleitorado se resguardou de políticas neoliberais, que sugerem caber aos indivíduos arranjar-se sozinhos em um mundo marcado por alto índices de incertezas e mudanças tecnológicas. (p. 19).

A ideia que transparece é que para não se sentirem desprotegidos, os cidadãos incorporam a solução da terceira via, como forma de ajudar o governo numa escala de proteção de si mesmos, assim, utiliza-se a ideia de que, com isso, o indivíduo

participa da vida pública, controlando e executando serviços, até então estatais. No entanto, alternativas propostas dentro do capitalismo, como empreender mudanças sociais, só são incorporadas por ele se não apresentar nenhuma ameaça a sua dinâmica.

Para Neves (2011), o que acontece com os governos e organizações da sociedade civil envolvidas com esse projeto é que:

[n]este refinamento teórico e prático, que chamamos de neoliberalismo de Terceira Via, são mantidos os fundamentos do capitalismo neoliberal, acrescidos de medidas paliativas para minorar as condições miseráveis de vida de grande parte da população mundial e, ao mesmo tempo, garantir a “paz social”. No neoliberalismo da Terceira Via reestruturam-se as relações de poder, a concertação social (concertación) se estabelece como prática política majoritária em que o bloco histórico hegemônico cede às pressões sociais fragmentárias, para manter intactas as bases do projeto hegemônico no seu todo. (p.237).

Com esse projeto hegemônico o neoliberalismo, por meio dessa nova roupagem, busca submergir o potencial de organização dos trabalhadores, fazendo com que estes percam seu pensamento crítico. Portanto, o neoliberalismo se propõe a apaziguar os movimentos sociais voltados à luta por direitos sociais e as resistências que se construíram ao longo da história, para lutar contra a dinâmica imposta pelo capitalismo. Tudo isso está ancorado na ideia de que não existem mais classes sociais e muito menos conflito entre elas.

Para isso, essas forças políticas passaram a defender, primordialmente por meio da educação, a criação e consolidação de um novo cidadão trabalhador, que se enquadrasse na nova dinâmica política e ideológica produzida por eles. Defendiam, portanto, uma nova sociedade, a do conhecimento, que não passa de uma configuração defendida por organismos internacionais, como nova forma de intervenção social, mas na intenção de manter o seu domínio global. Para Mari (2006),

[a] ideia da “sociedade do conhecimento”, terminologia apresentada como a razão pela qual é preciso mudar a educação para torná-la adequada aos novos interesses sociais. Justifica-se, por meio dela, a imperiosa necessidade de acompanharmos o movimento das transformações tecnológicas, agora estruturadas não mais pelas ‘velhas’ concepções de trabalho e classes sociais, mas por aquelas advindas do conhecimento e da informação. A terminologia é eleita pelo Banco Mundial e pelo governo FHC como justificativa teórica para as reformas na educação superior brasileira. A sua polissemia permite o surgimento de sinônimos e termos correlatos como

sociedade pós-industrial, pós-capitalista, terceira onda, sociedade em rede, sociedade da informação, economia do conhecimento, dentre outras, apresentando-se como um momento significativo das transformações sociais, culturais e políticas, ocorridas a partir do último quarto do século XX. (p. 18, grifos do autor).

Com essas influências mundiais, soluções são criadas em massa, buscando a criação de um cidadão que se adeque a conformações de uma sociedade mercantil. Para Martins et al. (2015), assim como ocorre na mundialização do capital, a mundialização da educação segue e pressupõe a manutenção do que Trotsky (1977) chamou de desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo. Para ele, a forma com que alguns países tardiamente se adequaram ao capitalismo mundial foi se dando de formas próprias em seu interior, e esse desenvolvimento acabou combinando elementos mais modernos, advindos das nações mais avançadas e com adaptações a condições materiais e culturais arcaicas. Com isso, proliferou-se pelo globo realidades de profunda desigualdade, convivendo com situações de extremo avanço tecnológico, social e econômico.

Tendo dito isso, considera-se que existe uma contradição objetiva no que se refere a uma política social constituída no contexto do capital. Ou seja, a contradição imposta numa sociedade de classes se expressa em políticas sociais focalizadas, fragmentadas e que não atendem os anseios da sociedade, formando e mantendo sujeitos sociais passivos e acríticos a respeito de sua realidade. Por isso, para Trotsky (1977), não seria possível que as nações coloniais se desenvolvessem em separado do âmbito mundial e, portanto, também seria impossível a superação das mazelas sociais dentro dos marcos do capital. O resultado seria um desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, concentrador para alguns e impondo perdas para a maior parte dos grupos sociais.

Na década de 1990, momento em que já eram sólidas as ideias neoliberais no Brasil, o País passa a adotar, segundo Martins et al. (2015), medidas trazidas pela financeirização da economia, por isso o setor de serviços, semelhante aos setores de obras e infraestrutura passam a se adaptar a medidas impostas pelo governo, que buscam a privatização, descentralização e a focalização, tendo como objetivo se adequar aos parâmetros dos organismos internacionais. Com isso, na área educacional passou-se a se integrar ao padrão Educação para Todos, defendido na Conferência de Jontien, que procurava implementar a permanência do maior número de alunos na escola, se adaptando aos ditames de uma sociedade neoliberal. (MARTINS et al., 2015).

Neste momento temos a criação do Plano Decenal de Educação (1993-2003, que foi reflexo da Conferência de Jontien, já que os países precisavam dar respostas ao que foi acordado durante a conferência, principalmente no que dizia respeito as necessidades básicas de aprendizagem. O Plano Decenal culminou posteriormente na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, que norteia a educação básica, juntamente com a Constituição Federal.

Nesse sentido, o Brasil desenvolve ações para atender as demandas do capitalismo mundial, como esclarece Martins et al. (2015).

Nesta conjuntura, regidos pela ideologia da responsabilidade social, os empresários brasileiros por meio de suas fundações, institutos e organizações começam a desenvolver atividades parceiras com unidades escolares e sistemas educacionais, que reforçando as atividades governamentais passam a propor medidas que levam a uma privatização de novo tipo, que diferente da privatização clássica, corresponde a um processo organizado de difusão e legitimação das organizações privadas nas instituições públicas via dissolução das diferenças entre o público e o privado e pelo conceito de serviços públicos. (p. 41).

Por isso, com a adaptação da educação às demandas dos Organismos Internacionais, houve uma expansão quantitativa da escolarização básica, como a universalização do ensino fundamental e o aumento da oferta da educação superior, principalmente durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006). O foco principal nesse momento era propiciar o aumento do número de vagas, sendo o conteúdo escolar colocado em segundo plano.

Mais adiante, o processo da educação brasileira passa a assumir outro papel na dinâmica mundial e a qualidade educacional começa a se transformar em qualidade de aprendizagem, procuram dar mais importância às estratégias político-pedagógicas que dão ênfase a qualificação técnica da força de trabalho, visando a competitividade no mercado internacional, e as “bases que se ancoravam na relação educação e coesão social passam para a relação educação e produção, mudando assim o slogan ‘Educação para Todos’ para o slogan ‘Todos pela educação’”. (MARTINS et al. 2015, p. 42).

Através dessa mudança, a noção de qualidade passa a adquirir um sentido baseado nos parâmetros empresariais. Nestes interessa adequar o indivíduo ao mercado, por isso a exigência do sujeito dinâmico, que se ancora na responsabilidade social como forma de se organizar e legitimar as demandas do capital. O que temos com isso é o

surgimento do indivíduo acrítico sobre as relações sociais que se desenvolvem na sociedade capitalista e responsável pelos não sucessos quando não os alcança.

Desse modo, a organização empresarial e as chamadas Organizações Não Governamentais, embebidas pela ideia neoliberal, procuram na educação um meio de exercer sua hegemonia, e isso acontecerá de duas formas ideológicas. A primeira forma é difundindo a noção de responsabilidade social baseada no ideário da Terceira Via, já a segunda é baseada na ideia de que só através da educação o indivíduo se adequará à “sociedade do conhecimento”. Portanto, com esses objetivos, o Movimento Todos Pela Educação foi criado e, nessa direção, vem atuando e se consolidando no cenário brasileiro.

O Movimento Todos Pela Educação, criado em 2006, é uma junção de empresários, jornalistas, pesquisadores, e pessoas da sociedade em geral, que se autodenominaram como “Movimento nascido da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 3). Se auto declara um movimento “apartidário e plural, que congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 3)

Com a forte argumentação da participação social e responsabilidade social, trazidas principalmente pela noção da Terceira Via, nasce um movimento comandado primordialmente pela classe empresarial, por importantes grupos detentores de força midiática para desenvolver a ideologia neoliberal na educação e minoritariamente por algumas parcelas da classe trabalhadora. Com forte influência do gerencialismo do setor privado, procura-se instituir na educação pública programas de metas, com a promessa de melhorar a qualidade da educação. Apresentaremos a seguir as diversas estratégias do Todos Pela Educação, no sentido de expor suas ideias, ações, tendências e objetivos para a educação básica pública.

1.2 Estratégias do TPE: programa de metas para o alcance da qualidade na educação

Traremos nesta sessão os elementos que demonstram de que maneira pensa o Movimento Todos Pela Educação e como esse se articula por volta dos temas educacionais para buscar sua legitimidade. Assim, detalhamos quais têm sido suas estratégias de atuação e como as divide em projetos, documentos, intervenções na mídia, formando, por conseguinte, um programa de intervenção educacional.

De acordo com o documento *Relatório de Atividades Todos Pela Educação (2006- 2009)*, o movimento iniciou sua atuação com a mobilização da sociedade, com isso, apostou na divulgação de 5 (cinco) metas que o Brasil deve alcançar até 2022, ano do bicentenário da independência. Para isso, de acordo com o documento, o movimento se constituiu como

[u]ma mudança cultural significativa que se iniciou com a adoção de metas que iam muito além de uma declaração de intenções: eram mensuráveis e verificáveis. A cultura de metas introduzida pelo Todos Pela Educação logo passou a contar com a adesão de gestores públicos dos três níveis de governo, em sintonia com o momento histórico vivido pela Educação no Brasil. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009, p.7).

Para isso, o movimento investe na política de metas e constrói para cada meta um embasamento de uma nota técnica, elaborada por um comitê específico. As 5 (cinco) metas do movimento são:

Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola. **Meta 2:** Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos. **Meta 3:** Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano. **Meta 4:** Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos. **Meta 5:** Investimento em Educação ampliado e bem gerido. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 3, grifos nossos).

Posteriormente à criação das metas, no ano de 2008, o movimento criou um documento denominado *De Olho Nas Metas* e convidou a imprensa para sua ampla divulgação. Para eles, esse foi o marco inicial para que a população passasse a acreditar no Movimento. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009). No entanto, o real objetivo era convencer a população, assim como influenciar o governo. A ideia era fazer crer que eles tinham, além de teoria, ações práticas para melhoria da educação. Nessa direção, buscavam a adesão dos diversos setores da sociedade para garantir sua autonomia na cena educacional e difundir o interesse dos seus idealizadores.

Para a Presidente executiva do TPE, Priscila Cruz⁴ (2018), o movimento nasce trazendo a ideia de um maior pragmatismo na educação por parte da sociedade, por isso a ideia das metas, já que busca abranger não só o debate sobre os assuntos relevantes à educação, mas primordialmente os assuntos relacionados à prática escolar e aos problemas que cotidianamente impedem que a educação apresente melhores resultados. Para ela a qualidade da educação deve ser mensurada através do desenvolvimento do aluno, e esse desenvolvimento deve ser aferido nas avaliações nacionais e internacionais, como na Provinha Brasil⁵, Enem⁶, Pisa⁷. Para a Presidente executiva do TPE, “um dos principais vetores do movimento está na corresponsabilidade, e que neste sentido a Constituição Federal é bem clara quando diz em seu Art. 205: educação é dever do Estado juntamente com a família e a sociedade.” (GOIS, 2015, arquivo digital). Importante ressaltar que caminhando para a desresponsabilização do Estado a LDB-1996 traz em seu artigo 2º que a responsabilidade da família está em primeiro lugar, e não mais o Estado como prioritário.

Para o Todos Pela Educação (2009), portanto, é necessária uma maior articulação entre três setores: o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil.

Uma rede estratégica solidária e permanente, capaz de transformar intenções elevadas e boas ideias em práticas efetivas, que desçam dos gabinetes e cheguem aos alunos nas salas de aula, especialmente aos mais pobres. Apenas quando cada um dos setores fizer a sua parte, a educação deixará de ser pauta de importância secundária, tornando-se instrumento de autonomia e emancipação para os brasileiros hoje

⁴ Priscila Cruz é fundadora e Presidente Executiva do Movimento Todos Pela Educação. Foi coordenadora do ano voluntariado no Brasil e do Instituto Faça Parte. Ademais, é formada em Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e mestre em administração pública em Harvard.

⁵ É uma avaliação diagnóstica que visa investigar as habilidades desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. É composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática e aplicada duas vezes ao ano, sendo dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. *Fonte:* INEP: <http://provabrasil.inep.gov.br/web/guest/provinha-brasil> Acesso em 15 jan. 2018.

⁶ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nasceu em 1998 no intuito de avaliar o ensino médio, com realização da prova no último ano. No ano posterior à criação do exame, ele passou a ser utilizado como prova para o acesso à educação superior em todo território nacional.

⁷ O objetivo do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências. *Fonte:* INEP: <http://provabrasil.inep.gov.br/web/guest/pisa> Acesso em 15 jan. 2018.

excluídos do processo de desenvolvimento do país. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009, p.12).

Para ilustrar melhor a ideia de corresponsabilidade, o TPE define o que seria dever de cada setor:

O Estado tem o dever e a obrigação de ser o detentor dos fins universais (atender a todos). O mundo empresarial destaca-se pela sua capacidade de fazer acontecer (lógica dos meios) com eficiência, eficácia e efetividade. As Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor) caracterizam-se pela sua sensibilidade, criatividade e espírito de luta. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 7).

Com a noção da corresponsabilidade, o movimento define a agenda do setor privado para a educação pública, trazendo a ideia de que a sociedade por inteiro está direcionando a política de educação. O setor privado seria o mais indicado para a execução eficiente das verbas da educação. Essa é uma das importantes chaves de leitura que nos acompanharão ao longo desta dissertação, ou seja, o empresariado produzindo consenso para acessar o orçamento público pela Terceira Via.

Nesse panorama, o TPE tem como tripé estratégico: o *Observatório, oferta em educação e demanda*. No Observatório eles defendem que é “preciso criar a cultura da transparência e observação dos resultados”, o que ocorre por meio do portal *Observatório PNE*, para acompanhar a execução e implementação do Plano Nacional da Educação (2014-2024). (GOIS, 2015, arquivo digital).

Por isso, acerca da elaboração do PNE (2014-2024), retornamos na história para entendermos seus objetivos e direcionamentos atuais. Para Leher (2014) apesar da expectativa de que no governo Lula (2002-2010) a educação pública fosse ganhar uma agenda de fortalecimento nos seus princípios laicos, democráticos, público e gratuito, o que ocorre de fato são projetos voltados ao fortalecimento do capital privado, já incorporando anseios do TPE e de demais corporações financeiras interessadas na área educacional, somando-se a isso as aspirações do sistema S⁸ e das organizações internacionais. Apesar das reivindicações e pressões populares feitas por organizações, movimentos sociais e entidades de classe voltadas primordialmente à implementação de

⁸ Compõe o Sistema S as entidades corporativas criadas para fomentar áreas como treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Começam todas com a letra S, sendo elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

10% do PIB para a educação, grandes alterações foram realizadas no texto final do projeto elaborado pelo governo Dilma, em 2013, ainda que tenha sido realizado até mesmo um plebiscito popular. Segundo Leher (2014),

A data da aprovação deste PNE será lembrada como o dia em que o financiamento da educação pública brasileira teve a sua qualificação “público” apagada em prol das parcerias público-privadas, um anseio vivamente reivindicado pelas corporações “de novo tipo”, que operam no setor de serviços educacionais e, avidamente, pelas coalizões empresariais imbuídas de um projeto de classe difundido como de salvação da educação brasileira. (LEHER, 2014. p.4).

Para melhor exemplificar essa mudança, analisamos como foi modificado o texto do PNE, da versão apresentada à Câmara de Deputados e a versão final aprovada pelo senado. Examinamos a seguir, como nos demonstra Leher (2014):

[t]exto da Câmara, Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão **no segmento público**. Na CAE, e no relatório Vital do Rego (CCJ), a meta foi assim reescrita: Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento de vagas gratuitas na expansão. (p.4).

A mudança também foi observada na meta 12 e 20 do projeto do PNE (2014-2024):

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no **segmento público**. O texto da CCJ do Senado assim reescreveu a Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e gratuidade para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas. (LEHER, 2014, p.4, grifos do autor).

A Meta 20 do PNE (2014-2024) segue assim:

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação **pública** de forma a atingir, mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio. O texto do Senador Vital do Rego na CCJ, estabelece: Meta 20: ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, observado o disposto no § 5º do art. 5º desta Lei. (LEHER, 2014, p.5, grifos do autor).

Observamos que com a retirada da palavra público nas três metas expostas acima, modifica-se todo o sentido do investimento em educação, pois a prioridade do recurso passa a não ser prioridade do ensino básico público, abrindo a possibilidade de o governo fortalecer a iniciativa privada de diversas formas. Uma delas é dando legitimidade ao TPE, para que por meio de suas fundações empresariais aja como responsável pelo direcionamento da educação pública.

Ainda sobre seu tripé estratégico, o TPE aposta como segundo eixo a *oferta em educação*, que visa promover acima de tudo a oferta da política pública e assume a escolha de ser uma voz de apoio ao governo, de parceria, de atuação conjunta, para ser influenciador da política pública de educação. A exemplo disso, temos o PNE, a criação do Ideb⁹ e da Prova Brasil, que conjugou as metas 3 e 4 do TPE. O terceiro fator estratégico é a “demanda” por educação de qualidade para todos os brasileiros. Para o TPE, a educação entrou na pauta de demanda do brasileiro e hoje é a segunda prioridade para os brasileiros. (GOIS, 2015, arquivo digital).

Porém, é importante destacar que uma das maiores estratégias do TPE são os meios de comunicação, que podem ser considerados formas de convencimento e aceitação das suas ações e projetos. Para tanto, o movimento elabora formação de jornalistas, campanhas para televisão e tem o objetivo de repassar suas informações para 1500 rádios no Brasil inteiro. Assim, para Priscila Cruz, “a comunicação é estratégia para levantar a demanda por educação.” (GOIS, 2015, arquivo digital).

⁹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para as unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil, para os municípios. *Fonte:* INEP: <http://portal.inep.gov.br/ideb> Acesso em 15 jan. 2018.

Em 2010, o movimento adotou 5 (cinco) Bandeiras, as quais entende como urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das Metas. São elas:

[b]andeira 1: Melhoria da formação e carreira do professor. **Bandeira 2:** Definição dos direitos de aprendizagem. **Bandeira 3:** Uso pedagógico das avaliações. **Bandeira 4:** Ampliação da oferta de Educação integral. **Bandeira 5:** Aperfeiçoamento da governança e gestão. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.3, grifos nossos).

Para o TPE, grandes mudanças dependem do engajamento de todos, tanto por ações cotidianas quanto por valores colocados em prática. Assim concluiu o documento *Relatório de Atividades do TPE*, que congregou as 5 metas, 5 bandeiras e 5 atitudes. Esse documento foi construído tendo como base a realização de uma pesquisa etnográfica com as famílias dos alunos que serviu para formatar as 5 atitudes, o que seriam para o TPE “o ideal de uma sociedade que coloca a educação como centro de seu desenvolvimento”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.3). As 5 atitudes do TPE são:

Atitude 1 Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento. **Atitude 2** Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola. **Atitude 3** Colocar a Educação escolar no dia a dia. **Atitude 4** Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos. **Atitude 5** Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.3, grifos nossos).

A partir disso, os Todos Pela Educação se autodenominam como um movimento que:

[a]tua como produtor de conhecimento, fomentador e mobilizador de ações para melhorar a educação. Com o objetivo de contribuir de forma decisiva para que a oferta de Educação de qualidade passe do patamar de importante para urgente no País, a atuação está estruturada em três áreas que funcionam de maneira interligada e complementar, baseada nas 5 Metas, 5 Bandeiras e 5 Atitudes. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 4).

Mesmo diante da definição desse conjunto de metas, atitudes e bandeiras do TPE, ainda é comum lidarmos com dúvidas e questionamentos sobre qual o real papel do movimento na prática educacional. Para isso, exporemos as suas principais ações,

com informações retiradas do documento *Relatório de Atividades 2014 - Todos pela Educação*.

A primeira delas é intitulada *De Olho nas Metas* e trata-se de um relatório bienal que mensura e analisa o esforço do Brasil, dos estados e dos municípios para que 5 Metas sejam cumpridas. A fim de que isso aconteça, são “realizadas pesquisas, para identificação e promoção dos estudos necessários para o aperfeiçoamento dos diagnósticos e das políticas públicas.” O movimento promove também o Educação em Pauta, que visa a “realização de encontros periódicos entre especialistas e jornalistas sobre temas ligados à Educação para auxiliar e incentivar a cobertura jornalística da área.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.10).

Ainda na área de comunicação, o movimento tem o *Boletim Notícias TPE*, para a elaboração e envio de boletins com reportagens e sugestões de pautas geradas pelo movimento, e também o *Boletim Educação na Mídia*, para o “envio de *clipping* diário com notícias sobre Educação Básica publicadas nos principais veículos de comunicação do País.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 34). Promove também o *No Ar: Todos Pela Educação*, que se trata da “distribuição mensal de kits com conteúdo editorial gravado para cerca de 2,5 mil radialistas do Brasil, apoiando uma rede de radialistas comprometidos com a Educação.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 35, grifos nossos). Complementando esta ação tem ainda as Campanhas publicitárias, no intuito de promover a parceria permanente com agências e “diversos veículos de comunicação de todo o país para divulgação de campanhas focadas em Educação de qualidade para todos.” E ainda o site institucional e as redes sociais, para a “atualização diária de conteúdo desse portal e de nossas redes sociais com o objetivo de disseminar informações e mobilizar a sociedade pela melhora da Educação Básica.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.36).

Para a área estratégica de monitoramento o TPE apresenta O *Observatório do PNE*, “uma iniciativa de 21 organizações ligadas à Educação sob a coordenação do TPE.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 14), sendo, portanto, uma plataforma *online* que faz o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias E “reúne indicadores, análise, informações sobre políticas públicas em vigor, estudos, pesquisas e notícias.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 15). O TPE conta ainda com os Grupos de assessoramento que “atuam na coordenação de importantes temas da Educação, formando uma rede de parceiros da

iniciativa privada, do poder público e da sociedade civil comprometida com o cumprimento das 5 Metas.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.18).

Diante do exposto, observamos que o TPE atua primordialmente em três grandes áreas: a área técnica, a área de comunicação e mobilização e a área de articulação e relações institucionais. A área de comunicação é uma de suas maiores estratégias, sendo responsável por: “[f]omentar no País a demanda social por Educação de qualidade, por meio da disseminação de informações, da divulgação do conhecimento gerado pelo movimento e da mobilização da sociedade pela melhora da Educação Básica no Brasil”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016a, p.5).

Para dar ênfase a sua área de articulação e relações institucionais, o TPE faz interlocução com o movimento chamado Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca), que foi lançada em 2011, em Brasília, DF, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Martins (2013) esclarece como o Reduca é composto.

As organizações que desde o seu lançamento fizeram parte da rede foram: Proyecto Educar 2050 (Argentina); Todos pela Educação (Brasil); Fundación Empresarios por la Educación – ExE (Colômbia); Fundación Educación 2020 (Chile); Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo – Fepade (El Salvador); Grupo FARO (Equador); Empresarios por la Educación (Guatemala); Fundación Educativa Ricardo Ernesto Maduro Andreu – Ferema (Honduras); ‘Mexicanos Primero’ (México); Unidos por la Educación (Panamá); Juntos por la Educación (Paraguai); Asociación Empresarios por la Educación (Peru); e EDUCA (República Dominicana). (MARTINS, 2013, p.112).

Conforme o movimento TPE, a Reduca é

[f]ormada por organizações sociais de 14 países latino-americanos que compartilham a mesma missão e compromisso público de participar ativamente e contribuir com seus governos para que toda e cada criança e jovem da região possa exercer plenamente o direito à Educação inclusiva e de qualidade. Desde 2013 a REDUCA conta também com a parceria da União Europeia. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016a, p. 29).

A Reduca, assim como o TPE, se constitui como uma junção de empresários em torno de um objetivo comum, em âmbito regional. Todas as organizações que fazem parte da rede são da América Latina, justificados pelo fato de que os países em questão

tiverem desempenhos abaixo do esperado nas avaliações de Organismos Multilaterais, como o BM e a Unesco. Por isso, ancorados na concepção de educação determinada por esses organismos, a rede também acredita que através do direito a educação os países poderão alcançar os patamares de desenvolvimento econômico, por conseguinte, começa a incorporar as diretrizes impostas como “alívio da pobreza” e “paz social”.

No entanto, o que acontece é que os países do capitalismo central continuam mantendo sua dominação no território mundial, impondo seu padrão de vida e encontrando nessa rede formas de garantir legitimação em territórios locais. O conjunto dessas organizações atua como articulador da representação da hegemonia capitalista, ancorado na ideia de controle das ações do Estado e de garantia de direitos.

O Brasil passou por diversas transformações nas relações político-econômicas, envolvidas pela composição das bases neoliberais em 1990, principalmente a partir do governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1994- 2001). FHC propiciou a difusão da não existência de classes sociais, abrindo espaço tanto às parcerias nacionais, quanto às internacionais, fortemente defendidas por Organismos Internacionais. Nesse processo, o TPE encontrou as bases perfeitas para sua sustentação, ancorado por esse novo padrão de sociabilidade, motivado pela noção de um novo Estado ou um Estado gerencial, que se consolida através das parcerias com a sociedade civil e com o setor privado.

A mobilização desses grupos teve seu marco em setembro de 2011, na cidade de Brasília-DF, quando, no último dia do Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente”, promovido pelo TPE, em parceria com o BID, ocorreu o Encontro Latinoamericano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. De tal encontro, participaram treze organizações de países latino-americanos cuja atuação assemelha-se à do TPE, representantes do BID, o então Ministro da educação Fernando Haddad. O encontro teve por objetivo criar a Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação. (MARTINS, 2013, p. 111).

Através da influência conquistada entre essas redes de organizações com a política do governo, esses países se unificam em torno da execução da educação. Com isso, fica evidenciado o caráter hegemônico do capitalismo neoliberal, conquistado por meio dessas parcerias público-privadas, que através da atuação das redes recebem a denominação de público não estatal, com a ideia da corresponsabilidade nas políticas públicas e o apelo ao engajamento individual.

O TPE é uma das maiores organizações em atuação na rede, sendo o movimento mais copiado por outros países. Para o Movimento, isso se dá pela relação de proximidade de suas ações com as políticas do governo. Assim, o grupo de empresários que formou o TPE já atuava desde os anos 2000 em organizações ligadas à filantropia e à responsabilidade social empresarial. Exemplos disso são Milu Villela, Priscila Cruz, Luís Norberto Pascoal e Maria Lucia Meirelles Reis, que presidiam e dirigiam o Instituto Faça Parte. (MARTINS, 2013). Para Pires (2015),

[o] Instituto Faça Parte foi quem realizou o levantamento dos projetos em curso em órgãos dos governos federal, estaduais e municipais e em organizações da sociedade civil e de organizações internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da UNESCO, para que fossem identificadas as dez causas e 26 compromissos para a construção de uma educação pública de qualidade, que estivessem em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada na Conferência realizada em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990. (PIRES, 2015, p. 41).

Para entender o surgimento do TPE, é necessário compreender a rede *Faça Parte*, como ponto crucial para configuração do movimento. O *Faça Parte* já se constituía numa junção de empresários preocupados em demonstrar a responsabilidade social empresarial e, para isso, buscavam apoio de entidades educacionais representativas ligadas ao Estado, como o Consed e a Undime. (MARTINS, 2013).

Com isso, o movimento surge influenciado pelos mesmos atores desta rede e têm na sua fundação a criação de um documento, publicado em novembro de 2006, que se constituirá como norteador de suas ideias perante a sociedade, intitulado *Todos pela Educação: rumo a 2022*. O intuito foi de compor a agenda empresarial no campo educacional, materializado no *Compromisso Todos pela educação*, que foi prontamente assimilado pelas frações empresariais envolvidas, assim como pelo governo, resultando na configuração do *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*, de 2007. Dessa maneira, com forte apelo social, o movimento consegue uma grande adesão da sociedade, visto que a agenda educacional é reconhecida para muitos como principal fator de mudança social.

O TPE dissemina que “o descaso histórico com que a educação foi tratada no Brasil, reflete um descompromisso das elites públicas e privadas com o direito das camadas populares a terem acesso a oportunidades efetivas de desenvolvimento do seu potencial pessoal, social e produtivo.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p.5). Dessa

forma, justificam a necessidade da participação social e a urgência da entrada dos setores privados na condução dessa política pública. O TPE ainda argumenta que

[o]s avanços do PNUD¹⁰ e da Comunidade Internacional como um todo, na conceituação e mensuração do Desenvolvimento Humano, permitiram-nos visualizar com mais clareza a gravidade do quadro brasileiro, gerando iniciativas de enfrentamento, tanto por parte do Estado, como por parte da sociedade civil. O saldo deste esforço, embora positivo, ainda está muito longe de produzir o conjunto de mudanças que o Brasil necessita e requer neste campo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 5).

Nesse sentido, o movimento considera que ainda é muito comum, entre as pessoas das classes sociais menos privilegiadas, a ideia de que a educação é uma dádiva, uma concessão, um privilégio dado pelo governo. Divulga a ideia de que a educação é direito de todos e dever do Estado ainda não é assimilada pelas pessoas. Desse modo, o TPE assume a bandeira do “direito à educação de qualidade para todos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016).

Divulgando essas premissas, o movimento passa a influenciar a agenda governamental para a educação, ou seja, inicia uma política de controle na realização das normatizações, legislações, programas, projetos que regem o funcionamento da educação básica. Para inaugurar essa relação próxima com o governo, ocorre em 2007, como já mencionado, a criação do documento governamental *Planos de Metas Compromisso todos pela educação*. Dessa forma, o TPE, por meio do apoio dos empresários Jorge Gerdau Johannpeter¹¹ e do Instituto Gerdau¹², juntamente com a Fundação Lemann¹³ e a Fundação Jacobs¹⁴ e ainda com o apoio do Programa de

¹⁰ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é um órgão ligada as Organizações das Nações Unidas e tem como objetivo desenvolver ações que visam a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo.

¹¹ Jorge Gerdau, um dos maiores empresários brasileiros, nasceu em 1936, ocupa o conselho de administração do Grupo Gerdau, após deixar a presidência do grupo nas mãos do filho, pois foi convidado pela ex-presidente Dilma para assumir a Câmara de Gestão e Planejamento do governo. Jorge Gerdau também já foi membro do conselho de administração da Petrobrás. Atua fortemente em áreas como a eficiência e qualidade da gestão nos setores público e privado. Foi fundador do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e do Movimento Brasil Competitivo. É membro da Academia Internacional da Qualidade, da Academia Brasileira da Qualidade e integra o Conselho da Fundação Nacional da Qualidade.

¹² Constituída pela empresa Gerdau SA nos anos 1960, no objetivo de assessorar programas sociais e comunitários, atualmente se transformou no Instituto Gerdau, responsável por 900 iniciativas de responsabilidade social, em mais de 174 comunidades de 14 países, principalmente por aplicar mecanismos de gestão nas diversas iniciativas envolvidas. *Fonte:* <<https://www.gerdau.com/br/pt/meio-ambiente-e-responsabilidade-social/responsabilidade-social>> Acesso em 03 out. 2017.

¹³ A Fundação Lemann foi fundada em 2002, pelo empresário Jorge Paulo Lemann, e é uma organização familiar sem fins lucrativos. Foi criada para desenvolver e apoiar iniciativas inovadoras em educação,

Promoção da Reforma Educativa da América Latina e do Caribe (Preal), promoveu a Conferência *Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina*. Na ocasião, reuniram-se personalidades e representantes de empresas brasileiras para propor compromissos para a melhoria da educação na região (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011).

O compromisso rapidamente ganha novas adesões, ampliando o leque de participantes com inclusão não apenas dos empresários, mas também de diversas organizações da sociedade civil, intelectuais, universidades, sindicalistas, grande mídia e, de forma especial, do próprio governo federal. Portanto, a adesão do MEC ao movimento se expressa na incorporação de suas metas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que será denominado de Compromisso Todos pela Educação. Dessa forma, o movimento mantém-se, por um lado, estreitamente vinculado à esfera governamental, e por outro assume uma posição de vigilância sobre as ações desta última, cumprindo os preceitos que anuncia para todos: responsabilização e controle social (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 230).

O duplo papel desempenhado pelo TPE perante o governo permite que o controle das ações governamentais, que anuncia como “social”, seja na realidade realizado pelos grupos empresariais e, desse modo, favorável à efetivação de avaliações das suas ações e ao acesso aos orçamentos públicos. Tudo isso se faz ancorado na justificativa da responsabilização e da adesão ao “Compromisso” de sermos “todos pela educação”. Com esse movimento se estabelece a consolidação da hegemonia neoliberal, que, seguindo este ciclo, poderá perdurar por anos. Para o TPE, “pela dimensão do desafio e da desigualdade histórica da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não é suficiente.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.3). Porém, para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira demanda, seria necessária a participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, o TPE passa a assumir o papel de mediador junto ao Estado no que tange ao planejamento da educação. Ou seja, utiliza-se da justificativa da sociedade civil e realiza análises para dizer como está a educação no Brasil, além de

realizar pesquisa, embasar políticas públicas e oferecer formação de professores e outras lideranças do setor. *Fonte:* <<http://www.fundacaolemann.org.br/>> Acesso 03. Mar. 2017.

¹⁴ Fundação suíça fundada em 1989 em Zurique, por Klaus J. Jacobs e sua família, com base privada de orientação internacional. Buscava apoiar a juventude de forma sustentável para formação de jovens socialmente conscientes no objetivo de garantir melhoria nas gerações futuras. *Fonte:* <<https://jacobsfoundation.org/>> Acesso 03. mar. 2017.

prever através de suas metas como a educação básica deve caminhar. Assim, o movimento assume o direcionamento das políticas voltadas à educação.

Tendo em vista as tantas ramificações de atuação desse movimento junto à educação pública, observamos os condicionamentos que existem entre o governo e os empresários e os interesses que estão sendo disputados no campo educacional. Acredita-se que esse contexto coloca em xeque uma formação crítica defendida por diversos pesquisadores e teóricos educacionais para empreender uma formação baseada em referenciais privados, com modelo de gestão empresarial, estabelecimento de avaliações de larga escala, que visam quantificar a qualidade educacional e conformar sujeitos aptos a atuar na esfera da produção e, do mesmo modo, atingir a sua subjetividade formando um novo sujeito adaptado à sociedade do conhecimento.

Destacamos, portanto, que o TPE é composto e formado por sujeitos sociais que atuam em um movimento coletivo, que se apresentam para a sociedade como uma organização “democrática e plural”, que busca na noção de corresponsabilidade a tentativa de “consertar” a política educacional. No entanto, esses sujeitos sociais são membros de corporações, fundações empresariais que expressam a vontade e os anseios de uma parcela da sociedade, preocupada em elevar as taxas de desenvolvimento econômico do País, aumento da produção de riqueza material e concentração dessa riqueza nas mãos dessas parcelas. Para isso, esses atores têm buscado no ramo educacional uma nova forma de intervenção na vida pública, na qual o TPE assume uma importante mediação, que é o campo de serviços. Com isso, o capital tem exercido o papel de educador rumando para uma pedagogia da hegemonia dominante.

Exemplos disso são as empresas de capital privado que tem apostado em investimento na Bolsa de Valores, como é o caso da Kroton Empresarial¹⁵, que detêm um verdadeiro monopólio na educação superior privada. Evangelista (2016, p. 15) nos esclarece que o capital educador faz parte de um “amplo projeto pedagógico classista burguês”, portanto, não se restringe a apenas uma área educacional; ele abrange a política educacional num todo, visto que o que o capital procura é dominar o processo educativo e colocá-lo a seu serviço.

¹⁵ Criada em 1966 em Belo Horizonte- MG a partir da rede de ensino Pitágoras, a Kroton se tornou na maior empresa privada em assuntos educacionais do mundo, atua em todas as etapas de ensino, do ensino infantil ao ensino superior. Trabalha com a produção e distribuição de materiais didáticos. Em julho de 2014, a empresa fundiu-se com o seu maior rival Anhanguera Educacional convertendo-se na maior empresa de ensino superior do mundo por capitalização de mercado.

Para Netto (1996), o Estado como garantidor dos superlucros da hegemonia capitalista, age como interventor nas questões econômicas de formas diretas e indiretas, ou seja, o Estado abre espaço de atuação para o capital monopolista privado em áreas até então de exclusividade estatal, criando uma confusão entre a ação do Estado e a ação privada, favorecendo esta última.

1.3 Os Intelectuais orgânicos do Capital e a produção de consenso: quem são os sujeitos coletivos do TPE

Os idealizadores e articuladores do TPE usaram a ideia de corresponsabilidade e responsabilidade social para fortalecer o ideário da Terceira Via e atuação na sociedade civil. Assim como eles, outros Organismos Internacionais representam um importante papel para os grupos dominantes locais. Há vários anos observa-se que esses agentes vêm atuando como intelectuais orgânicos coletivos, pois, como nos esclarece Martins (2009), “mobilizam setores, promovem parcerias, exercem influência e pressões sobre os governos no sentido de reformar as políticas educacionais, incorporando outros sujeitos nos processos decisórios, sobretudo os setores empresariais.” (p. 24). Personalidades ligadas ao ramo empresarial e/ou ao voluntariado, sem nenhum vínculo na educação, passam a assumir projetos, planejamentos e fóruns voltados a discussão e decisão que impactará no desenvolvimento da política educacional. Desse modo, a incorporação de “outros sujeitos” nos processos decisórios demonstra que a política governamental tem sido repassada para as mãos de pessoas que se dizem de “boa vontade”, motivadas pelo espírito solidário, querendo ajudar na melhoria da educação. Na maioria das vezes, enxergam a educação como forma de realizar trabalhos de caridade e filantrópicos, esvaziando a concepção do direito a educação de qualidade, executada e financiada pela Estado, defendida pela Constituição Federal de 1988. Para Shiroma, Garcia e Campos (2011),

[o]s discursos empresariais e dos organismos internacionais procuravam articular duas ordens de discursos, o da eficácia empresarial com o de justiça social, o que expressou na famosa fórmula de “competitividade com equidade”, divulgada no documento de CEPAL de 1992. Dentre outros aspectos gerenciais, divulgou-se a ideia de descentralização aos níveis locais, os mecanismos de

avaliação e de responsabilização de todos os atores sociais para empreender as mudanças necessárias. (p. 227).

Com isso, nega-se a existência de conflitos e defendem que só através da união de forças alcançaremos patamares de educação iguais aos dos países subdesenvolvidos. A responsabilidade é deslocada para os níveis municipais, fortalecendo, assim, as oligarquias locais. Porém, com a noção de justiça social o capitalismo busca passar a ideia de um capitalismo humanizado, em que as pessoas possam estabelecer uma competição saudável e, por meio da educação, essa competição poderá ser motivada no indivíduo. Para Martins et al. (2015),

[c]om essa nova ideologia de responsabilidade e participação social os empresários brasileiros, por meio de seus institutos, fundações e organizações do sindicato patronal, desenvolvem atividades parceiras com unidades escolares e sistemas educacionais locais que, reforçando as atividades governamentais, auxiliariam mais diretamente a constituição da privatização de novo tipo, com a imposição pelos empresários de uma nova forma de agir, pensar, introduzindo conteúdos funcionais a aceleração da produção reestruturada. (p. 41).

Com as ações do TPE reconhecemos na prática a atuação desses grupos na educação, empreendendo, segundo Martins et al. (2015), essa “privatização de novo tipo”, já que ela não acontece apenas da forma tradicional, como privatizações de empresas estatais. Ela ocorre no cotidiano educacional por meio de seus projetos de incentivo às boas práticas nas escolas, as parcerias realizadas com editoras que organizam os materiais utilizados na sala de aula, o apoio à capacitação de professores e demais profissionais da educação, a interlocução com os meios de comunicação que se responsabilizam por divulgar sua agenda educacional e convencer a população de suas intenções. O movimento tem uma composição ampla que atua em vários ramos, com o objetivo final de atuar aliado ao governo na condução da educação.

A estrutura organizacional do TPE é composta por presidência e conselho de governança, conselho fiscal, comissões de assessoria e equipe executiva. O presidente atua junto aos 20 (vinte) integrantes do conselho de governança para garantir a realização da proposta do movimento e a administração da organização. O conselho fiscal é responsável pelo controle das contas e pelo uso dos recursos disponíveis a cada ano. Nas comissões de assessoria, a comissão técnica é responsável pela produção e análise de dados e a equipe executiva coordena as várias iniciativas do movimento. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014).

O TPE é composto de mais de 100 sócios-fundadores, que compõem uma Assembleia com um presidente e dividida entre: fundadores, mantenedores e instituições. A Assembleia é responsável por eleger o Conselho de Governança, composto por 20 (vinte) representantes, dos quais 12 (doze) são fundadores, 4 (quatro) são mantenedores e 4 (quatro) são institucionais. O Conselho de Governança, por sua vez, é assessorado por quatro comissões: articulação, técnica, comunicação e relações institucionais e conta ainda com um Conselho Fiscal. O Comitê Gestor, formado pelos coordenadores das Comissões juntamente com o diretor executivo e o representante do presidente do TPE, é responsável pela interlocução com a equipe-executiva e pelo acompanhamento dos trabalhos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014).

No quadro abaixo estão dispostas a composição dos membros do TPE no ano de 2017, com suas respectivas ligações, ou seja: fundações e grupos empresariais aos quais pertencem.

Quadro 1 - Composição do TPE¹⁶

Presidente
Denise Aguiar Alvarez (Fundação Bradesco)
Conselho de Governança
Ana Amélia Inoue (Instituto Natura) Ana Maria dos Santos Diniz (Instituto Península) Antonio Cesar Russi Callegari (Sociólogo e pesquisador) Antônio Jacinto Matias (Fundação Itaú) Beatriz Johannpeter (Instituto Gerdau) Fábio Colleti Barbosa (Itaú, Unibanco, Natura) Fernando Luiz Abrucio (Cientista político, pesquisador FGV- SP) Jair Ribeiro da Silva Neto (Economista e advogado, ligados ao Movimento Parceiros da Educação) Jefferson Ricardo Romon (Fundação Bradesco) José Francisco Soares (Professor e ex presidente do Inep) José Roberto Marinho (Fundação Roberto Marinho) Lázaro Ramos (Ator e escritor) Luciano Dias Monteiro Luís Norberto Pascoal (Grupo D’Pascoal) Mozart Neves Ramos (Educador e escritor, ligado à Fundação Ayrton Senna) Paulo Sérgio Kakinoff (Empresa GOL linhas aéreas) Ricardo Manuel dos Santos Henriques (Educador) Rodolfo Villela Marino (Fundação Itaú)
Conselho de Fundadores
Jorge Gerdau Johannpeter (Fundação Gerdau)

¹⁶ Os membros e suas respectivas ligações a fundações empresariais demonstram a participação ampla da classe empresarial na composição do TPE, portanto, mesmo aqueles que não foram localizados fazem parte de um mesmo projeto privatista para a educação.

<p>Daniel Feffer (Suzano Holding S/A) Danilo Santos de Miranda (Especialista em ação cultural e diretor do Sesc-SP) Fernão Bracher (Banco Itaú) Jayme Sirotsky (Jornalista e ligado ao Grupo RBS) Luiz Paulo Montenegro (Grupo IBOPE) Milú Villela (Fundação Itaú) Viviane Senna (Fundação Ayrton Senna) Wanda Engel Aduan (Educadora, professora, ligada ao Instituto Unibanco)</p>
Conselho Fiscal
<p>Anna Maria Temoteo Pereira (Associação Comunitaria Despertar) Gilberto Bagaiolo Contador Junio Fuentes (administrador)</p>

Equipe Executiva	
<i>Presidente Executiva</i>	
Priscila Fonseca da Cruz (Administradora e empreendedora educacional)	
<i>Diretora Administrativo-financeira</i>	
Maria Lucia Meirelles Reis (Centro de Voluntariado de São Paulo, prima de Millu Vilella da Fundação Itaú)	
<i>Diretor de Políticas Educacionais</i>	
Olavo Nogueira Filho (pós graduado em Gestão Pública)	
<i>Diretor de Comunicação e Conteúdo</i>	
Rodolfo Araújo (Professor, comunicador e gestor de marcas)	
<i>Relações Governamentais</i>	
Carolina Carvalho Fernandes	
<i>Gerente de Políticas Educacionais</i>	
Gabriel Correa	
<i>Coordenadora de Comunicação e Conteúdo</i>	
Mariana Mandelli	
<i>Relações Institucionais</i>	
<p>Rogério Monaco (administrador e político) Adriana Manarim Alessandra Fujinaga (professora e roteirista) Aline Gomes Ana Paula Araujo Bárbara Benatti (assessora de imprensa) Caio de Oliveira Callegari (Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP))</p>	<p>Claudiane Freitas Mendes Cyrino Denise Crescêncio Diana Lima Fernando Rufino Maria Laura Gomes Lopes Pricilla Kesley Honorato Thales Ambrosini Vanessa Souto</p>
<i>Sócios Fundadores</i>	
<p>Albert Alcouloubre Jr. (Organizações Globo) Alberto Pfeiffer Filho (Professor e pesquisador) Ana Beatriz Moser (ex-voleibolista brasileira)</p>	<p>Carlos Alberto Libânio Christo - Frei Betto (Frade dominicano e escritor) Carlos Mário Siffert</p>

<p>Ana Lucia D'Império Lima (Instituto Paulo Montenegro) Ana Maria dos Santos Diniz (Instituto Península) Antônio Carlos Gomes da Costa (falecido) (educador e escritor, ligado ao Instituto Ayrton Senna e Fundação Telefônica) Antônio Jacinto Matias (Fenabran – Federação Brasileira de Bancos) Antônio Athayde Beatriz Johannpeter (Fundação Gerdau)</p>	<p>Célio da Cunha (Professor e consultor da Unesco) Celso Antunes (escritor e educador) Cenise Monte Vicente (Instituto Ayrton Senna) Cesar Callegari Cláudia Costin (Professora e gestora pública, ex diretora de educação do Banco Mundial) Cláudio de Moura Castro (economista, trabalhou no Banco Mundial) Cláudio Luiz Haddad (economista e empresário)</p>
--	--

Sócios Fundadores	
<p>Cleuza Rodrigues Repulho (educadora e gestora pública) Cristovam Buarque (educador, economista e político) Daniel Feffer (Empresa Susano Holding SA) Danilo Santos de Miranda (Gestor cultural e diretor do Sesc- SP) Denise Aguiar Alvarez (Fundação Bradesco) Eduardo Giannetti da Fonseca (Economista e professor do Insper) Emílio Alves Odebrecht (Organizações Odebrecht) Fábio Colletti Barbosa (Grupo Santander) Fernando Haddad (professor e político) Fernando Luiz Abrucio (gestor público) Fernando Rossetti Ferreira Fernão Bracher (Banco Itaú) Francisco Aparecido Cordão (Educador e sociólogo) Francisco de Assis Pinheiro (Jornalista e apresentador de televisão) Gilberto Dimenstein (Escritor e jornalista) Gustavo Berg Ioschpe Heloisa Maria Martins Coelho (Comunicação social) Horácio Lafer Piva (economista e administrador de empresas) Hugo Guimarães Barreto Filho Isaac Chaves Edington (administrador de empresa e psicólogo) Jailson de Souza e Silva (geógrafo e educador) Jaime Sirotsky (Grupo RBS) Jorge Gerdau Johannpeter (Fundação Gerdau) Jorge Paulo Lemann (Fundação Lemann) José Ernesto Freitas de Camargo (Grupo Camargo de Comunicação) José Fernando César de Mattos (educador e pesquisador) José Francisco Soares (Professor) José Henrique Paim Fernandes (Professor e</p>	<p>Luiz de Alencar Lara Luiz Horta Erlanger (Jornalista) Marcelo Cortes Neri (Economista) Marcos Antonio Magalhães Maria Alice Setúbal (Socióloga e educadora) Maria Auxiliadora Seabra Rezende (Professora universitária e política-deputada federal) Maria de Salete Almeida e Silva Maria de Souza Aranha Meirelles Maria do Carmo Brant de Carvalho (Assistente social e gestora pública) Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (Professora e gestora pública) Maria Helena Guimarães de Castro (Professora e ex-secretaria executiva do MEC) Maria Inês Joaquim de Carvalho Maria Lucia Meirelles Reis Marie-Pierre Poirier (Diretora Regional do Unicef para a África Ocidental e Central) Mário Aquino Alves (gestor público) Mario Sergio Cortella (educador e escritor) Mariza Vasques de Abreu (Historiadora) Milú Villela (Fundação Itaú) Mozart Neves Ramos (gestor público) Naércio Aquino Menezes Filho (Professor) Nelson Pacheco Sirotsky (Grupo RBS) Nilma Santos Fontanive (Fundação Cesgranrio) Nizan Guanaes (Grupo ABC) Norman Gall (Repórter e comentarista americano) Oded Grajew (Instituto Ethos) Paulo Cesar Queiroz (Publicitário) Paulo Renato Souza (falecido) Pedro Moreira Salles (Banco Itaú) Percival Caropreso Jr. (Publicitário) Peter Graber Priscila Fonseca da Cruz Raí Souza Vieira de Oliveira (Ex- futebolista brasileiro) Raquel F. Alessandri Teixeira (professora e</p>

<p>político) José Paulo Soares Martins (Gestor público) José Pereira de Oliveira Junior (Grupo Cultural Afroreggae) José Roberto Marinho José Vicente (Educador e sociólogo) Klaus Gerdau Johannpeter (Fundação Gerdau) Luís Norberto Pascoal (Grupo DPaschoal) Luiz Paulo Montenegro (Grupo Ibope) Luis Roberto Pires Ferreira (Itaú Cultural)</p>	<p>política) Raul Martins Bastos (Jornalista) Regina Carla Madalozzo (Economista e professora) Renata de Camargo Nascimento (Grupo Camargo Correa) Reynaldo Fernandes (Economista) Ricardo Chaves de Rezende Martins (Economista)</p>
---	--

Sócios Fundadores	
<p>Ricardo Kotscho (Jornalista) Ricardo Manuel dos Santos Henriques Ricardo Paes de Barros (Instituto Ayrton Senna) Ricardo Voltolini (Consultoria Ideia Sustentável) Ricardo Young da Silva (Empresário e político) Roberto Civita (falecido) Roberto Teixeira da Costa (Economista) Rodolfo Villela Marino (Itaú) Ruben Klein Ruth Corrêa Leite Cardoso (falecida) Sergio Antonio Garcia Amoroso (Grupo Jari) Sergio Cunha Valente (Itaú Cultural)</p>	<p>Sergio Ephem Mindlin (Instituto Ethos) Sergio Motta Mello (Futebolista brasileiro) Silvio Romeiro de Lemos Meira (Cientista e professor) Simon Schwartzman (Sociólogo) Tomas Tomislav Zinner Vincent Defourny (Representante da Unesco no Brasil) Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) Wanda Engel Aduan Wilma Resende Araujo Santos (Junior Achievement Brasil) Zilda Arns Neumann (falecida)</p>
Sócios efetivos	
<p>Aimee Verdisco (Educadora e palestrante) Alejandra Meraz Velasco Alessandra dos Passos Gotti (advogada e professora) Alice Andrés Ribeiro (Fundação Educar) Aline Maria de Medeiros Rodrigues (Psicóloga e educadora) Reali Américo Mattar (Fundação Telefônica) Ana Amélia Inoue (Instituto Natura) Ana Cecília Andrade Ana Helena Vicintin (Grupo Votorantim) Ana Lucia de Mattos Barretto Villela (Fundação Itaú) Ana Maria Wilhelm (Socióloga) André Luiz de Figueiredo Lázaro (Professor) Andrea Aparecida Bergamaschi Angela Cristina Danemann (Fundação Itaú) Anna Helena Altenfelder Anna Maria Temoteo Pereira Anna Penido Monteiro (Instituto Inspirare) Beatriz Azeredo da Silva (Economista) Beatriz Cardoso (Educadora, Projeto Laboratório da Educação) Camila Cheiub Figueiredo (Gestora pública) Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo (Advogado e escritor)</p>	<p>Eduardo de Campos Queiroz (Fundação Lemann) Eduardo Lyra (Fundação Lemann) Eduardo Rombauer (ativista político e escritor) Élida Graziane Pinto (Procuradora de justiça) Emiliana Vegas Fernando Botelho Fernando Luzio (Consultor e escritor) Françoise Trapenard (Grupo ABRH- Brasil) Germano Guimarães (Instituto Tellus) Gilberto Bagaiolo Contador (Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – Ibef) Guiomar Namó de Mello (Educadora) Haroldo Gama Torres (Economista e pesquisador) Heloisa Morel (Instituto Península) Heródoto Barbeiro (Professor e político) Isaac Roitman (Professor) Isabela Pascoal Becker (Grupo DPaschoal) Ítalo Dutra (Diretor de currículos e Educação Integral do MEC) Jefferson Ricardo Romon (Fundação Bradesco) João Marcelo Borges (Especialista em educação do BID) Junio Fuentes Lucia Gomes Vieira Dellagnelo (Centro de Inovação para Educação Brasileira)</p>

Carmen Moreira de Castro Neves (Capes) Cybele Amado de Oliveira (Instituto Natura e Fundação Abrinq) Daniel Domingues dos Santos (Professor) David Saad (Instituto Natura) Denis Mizne (Fundação Lemann) Eduardo Carlos Ricardo (Patri Políticas Públicas)	Luciano Dias Monteiro Luis Carlos de Menezes (Professor e consultor da Unesco) Luiz Antonio Miguel Ferreira (Promotor de justiça) Luiz Felipe D'Avila (Cientista político e professor)
---	--

Sócios efetivos	
Marcelo Pérez Alfaro (Divisão de Educação do BID) Marcos Nisti (Instituto Alana) Maria Aparecida Andrés Ribeiro (Professora) Maria de Fátima Almeida e Albuquerque Maria Gabriella Bighetti Silva (Instituto Noa) Maria Inês Fini (Educadora) Maria Tereza Perez Soares (Educadora) Miguel Thompson (Instituto Singularidades) Milada Tonarelli Gonçalves (Fundação Telefônica) Mônica Dias Pinto Natalie Klein (NK Store) Nina Beatriz Stocco Ranieri (Professora) Patricia Ellen da Silva (Movimento Agora) Pedro Cruz Villares (Instituto Natura) Rafael de Carvalho Pullen Parente (Professor) Raphael Klein (Instituto Samuel Klein)	Raul Jean Louis Henry Júnior (Político) Regina Lucia Poppa Scarpa (Educadora) Renan Ferreirinha Carneiro (Movimento Mapa Educação) Renato Gasparetto (Gerdau) Ricardo de Abreu Madeira (Professor) Rifka Smith Rodrigo Hubner Mendes (Instituto Rodrigo Mendes) Rogério Fernando de Góes Sérgio Quadros (Instituto Santillana) Sonia Teresinha de Sousa Penin (Pofessora) Tábata Amaral de Pontes (Movimento Mapa Educação) Thiago Feijão (Engenheiro, inventor do site Qmágico) Thiago Mello Peixoto da Silveira (Economista e político brasileiro)

Fonte: Site do Movimento *Todos Pela educação*.

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, foi também o presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) do Governo Federal (2010-2013) e presidente do Conselho de Governança do *Todos Pela Educação* por 10 anos (2006-2016), além de ser presidente do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC) desde 2001 e de atuar em outros movimentos ligados ao fortalecimento do setor privado. Milu Villela, sócia fundadora do TPE, também é uma das principais acionistas individuais do Banco Itaú e presidente do Instituto Itaú Cultural, desde 1989, além de presidir o Museu de Arte Moderna de São Paulo e grupos de voluntariado, como a Fundação Despertar.

Por meio disso, observamos que a organização estrutural do Todos pela Educação assemelha-se ao organograma de uma empresa privada, inclusive com as mesmas nomenclaturas: conselho de governança, comissões de gestão e comitê

executivo, assim como sócios e mantenedores. Essas nomenclaturas ainda vão ao encontro de outras, também fortemente elucidadas pelo movimento e pelo ramo empresarial, como competitividade, autonomia, flexibilidade, premiações e sanções, evidenciando a teoria da reestruturação produtiva na educação. De acordo com Shiroma, Garcia e Campos (2011),

[o] TPE foi criado por um grupo de intelectuais orgânicos do capital que, constatando os efeitos da baixa qualidade da educação brasileira para a capacidade competitiva, assumiram a missão de mudar o quadro educacional do país capitaneando uma grande mobilização social em prol da educação, que através do documento Compromisso Todos pela Educação ganhou adesão do grupo empresarial brasileiro. (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011. p. 232).

Ainda a respeito da composição do TPE, Martins (2013) explica:

Os empresários dirigentes do TPE atuam como intelectuais orgânicos e, nesse caso, como intelectuais ligados à classe dominante fundamental, representados principalmente pelos *empresários Jorge Gerdau Johannpeter, Milu Villela e Viviane Senna*. No cenário nacional, alguns empresários se destacam por um tipo de atuação que ultrapassa a esfera estritamente econômica, agindo de modo a garantir a organização, o funcionamento e a reprodução do modelo social vigente. Tal como nos convida a pensar Gramsci, esse tipo de atuação pode ser entendida como a de *intelectuais orgânicos* (MARTINS, 2013, p. 31).

A respeito dos intelectuais, recorreremos às análises de Antônio Gramsci, que os divide em dois tipos: os tradicionais e orgânicos. Ele explica que no processo histórico de formação das categorias dos intelectuais é necessário observar que:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 1989, p.3).

Da mesma forma, o autor ainda explica que:

Assim como para cada grupo social “essencial”, emergido na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão de seu desenvolvimento (desta estrutura), encontrou, pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias, categorias sociais preexistentes, as

quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos. (GRAMSCI, 1989, p. 5).

A categoria dos intelectuais é relacionada à formação do TPE, à medida que o movimento atua na cena educacional, buscando a formação de novas subjetividades que satisfaçam os anseios de seus fundadores ligados ao ramo empresarial. Assim, o TPE é composto por intelectuais orgânicos que buscam organizar uma nova cultura, que neste caso, é a fortalecimento da cultura hegemônica do capital.

Seguindo essa distinção entre os tipos de intelectuais, também recorreremos ao autor para mencionar sobre a ideia de intelectual coletivo, importante para relacionarmos como o movimento TPE se expressa através de uma junção de intelectuais. Esses grupos têm na busca por hegemonia, espaços de correlação de forças nos quais podem expressar seu poder hegemônico. Assim, entre as ideologias em disputa emergem as de caráter mais orgânico, que dão unicidade, criando hegemonia sobre os demais grupos subordinados. (GRAMSCI, 2000a).

Os intelectuais presentes no TPE: os orgânicos e coletivos expressam a vontade dos grupos dominantes na educação, o primeiro através de expressões dos mediadores do capital empresarial, industrial e econômico corporativo, introduzindo as noções de educação por resultado, educação como campo de apropriação privada, educação eficiente e justa, entre outros. Agem no processo de mediação das reformas no campo educacional, influenciam as políticas públicas, com difusão de seus discursos na mídia, redes sociais, jornais e revistas de alcance popular, construindo um terreno propício o desenvolvimento da ideologia TPE.

Esses intelectuais se juntam ao tipo coletivo: no caso mais específico as entidades que são representadas no TPE: Undime, Consed, Fiesp, Febraban, Fundação Lemmann, Fundação Itaú, Fundação Bradesco e aos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco. Juntam-se ainda a outras entidades que se constituem intelectuais coletivos, pois produzem ideias e consensos ao redor da educação agregando seguidores, mobilizando políticas e reformas no campo educacional.

A materialidade das ações de ambos intelectuais na educação se dá de diversas formas, sobre as quais trataremos mais profundamente ao longo dos próximos capítulos. Neste momento nos atemos a dois exemplos recentes de reformas empreendidas na educação com forte apoio dos intelectuais do TPE. O primeiro deles

demonstra que o Estado está pondo em curso o projeto de privatizar a educação pública tendo como parceiros o sistema financeiro. A notícia publicada no *Blog “Esquerdo Diário”* fala sobre uma reunião acontecida em São Paulo no dia 28 de Março de 2017, em que o prefeito João Dória busca parcerias com o setor privado, que, na ocasião, se comprometeu com a doação de valores ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Funcad). Dentre outros acordos estariam a eliminação de todos os debates de gênero e combate ao racismo e machismo, dos currículos escolares. (PARKS, 2017, arquivo digital).

Em seguida, em outra notícia, publicada pelo jornal *online EBC Agencia Brasil* sobre documento entregue pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 06 de abril de 2017, vê-se que foram retirados trechos da Base Nacional Curricular que diziam que os estudantes teriam de respeitar a orientação sexual dos demais. (TOKARNIA, 2017, arquivo digital). O documento prévio do BNCC¹⁷ já estava sendo preparado desde 2013 por alguns “escolhidos”, mas só foi divulgado para sociedade em 2015, apresentando uma versão que se intitula democrática pois diz ter ouvido a opinião de vários setores da sociedade, criando inclusive um espaço de participação chamado “Movimento pela Base”. Sobre essa discussão, Araújo (2016) destaca o que segue.

O roteiro dessas contribuições “cidadãs” já estava definido na carta de princípios do Movimento (Empresarial) pela Base: *“A metodologia de construção a ser liderada pelo MEC enfatiza a colaboração entre os entes federados [...] Além disso, a sociedade em geral, por meio de suas várias organizações, será ouvida, pois terá muito a dizer no debate [...] No entanto, o processo só chegará a bom termo se metas e prazos forem estabelecidos”*. Sim, prazos e metas bem curtos, é bom salientar. Para manter as aparências de um debate democrático, a “sociedade em geral” tem tempo e um portal virtual para apresentar suas divergências. Só não pode ter tempo para as entidades estudantis e de classe se organizarem. Quanto a incorporação ou não das eventuais “contribuições cidadãs”, cabe ao MEC e seus “fóruns adequados” decidir. (ARAÚJO, 2016, Arquivo digital, grifos do autor).

Além disso, o TPE tem empreendido mais uma junção de atividades na educação, como, por exemplo, eventos sobre educação para formação de professores da

¹⁷ A Base Nacional Comum Curricular estabelece as diretrizes para elaboração dos currículos das redes municipais, estaduais e federal de ensino para a educação infantil e ensino fundamental. A base orienta tanto escolas públicas quanto particulares. Após amplo debate, a versão final da BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação- CNE em 15 dezembro de 2017.

educação básica, produção de materiais didáticos para indicar o que se deve estudar na escola, cursos de curta duração para “notório saber”, diagnósticos sobre a educação básica brasileira, propaganda nos meios de comunicação sobre as ações dos intelectuais vinculados ao TPE, produzindo agregação social ao redor dos seus objetivos. Desse modo, o movimento TPE se organiza como potência que compõe o interesse de uma classe, a que pretende manter a determinação da política educacional através de influências políticas e ideológicas, determinando uma “nova consciência” e “nova sociabilidade”, como mencionado por Shiroma, Garcia e Campos (2011).

Conforme aponta Martins (2013), os sócios- fundadores do TPE participam de diversas instâncias deliberativas e/ou consultivas em instituições privadas e empresas. Esses sócios assumem papéis ou articulam-se com entidades tradicionais da estrutura de representação de interesses de classe (como Fiesp e Febraban); com associações de natureza mercantil-filantropica, ou seja, com conselhos, fundações, institutos, ONGs; com organismos internacionais, como consultores; com o Estado, através de cargos executivos, representativos ou como conselheiros. A autora destaca ainda:

A participação simultânea em instituições de natureza tão diversa confere ao TPE capilaridade, legitimação, e uma circulação e compartilhamento de suas ideias e ideais, como a defesa da filantropia, voluntariado, responsabilidade social empresarial, colaboração e corresponsabilidade, tanto junto às instâncias decisórias no interior do aparelho do Estado, como no conjunto da sociedade, contribuindo, dessa forma, para a criação e consolidação de consensos. (MARTINS, 2013, p. 54).

Portanto, com isso o TPE agrega legitimidade perante setores da sociedade que influenciados por essas *ideias e ideais* buscam uma representação na cena política, acreditando estar lutando pela educação. No entanto, o movimento, por meio da sua composição, tem representado um projeto voltado às demandas da classe empresarial, traduzido em estratégias, tendências e projeções para a educação.

1.4 Tendências do TPE para a política da educação brasileira

Ainda na perspectiva de demonstrar como os projetos do TPE têm sido realizados na prática, apontamos que na sua maioria interferem em temas pontuais para

a educação, como a formação de professores, tecnologia na educação, reformas, gestão educacional, entre outros.

Os projetos se resumem na criação de sites com os principais estudos e pesquisas realizados em parcerias com outros institutos, como é o caso do *Caminhos para melhorar o aprendizado* e *Conexões pela Educação*, que são grupos do TPE para discussão de temas como, por exemplo, a formação de professores e a reformulação do ensino médio. Através de meios como o *Congressos do Todos pela Educação* e as *Devolutivas pedagógicas da educação*, o TPE oferece aos profissionais da educação meios de acessar resultados das avaliações e comparações com outras escolas. Através da realização de estudos, o movimento quer oferecer diagnóstico e evidências para subsidiar a criação de políticas públicas. Por fim, aposta em métodos inovadores de ensino, com o objetivo de fornecer subsídios aos professores e gestores para implementação de tecnologias educativas, no intuito futuro de servir como boas práticas. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016a).

Ressaltamos que todos esses projetos tem a participação efetiva das fundações mantenedoras do TPE, evidenciando quem está pensando e executando os projetos para a escola pública dentro do movimento.

Nesse sentido, a inserção do setor empresarial na educação básica está calcada no incessante fortalecimento do processo de privatização do ensino básico e público no Brasil. O TPE, de acordo com suas cinco metas, cinco bandeiras e cinco atitudes, organizam e executam ações, as quais visam arranjar o sistema público de educação, realizando além dos projetos acima, pesquisas, encontros, boletins na mídia, programas de rádio, redes sociais. Com todo esse arsenal de atuações, o movimento procura fortalecer a lógica das avaliações, da responsabilização docente, da competitividade entre as escolas e da corresponsabilidade, à medida que envolve as famílias no processo.

Seguindo a lógica empresarial, o TPE fala de *sócios fundadores e sócios efetivos*, evidenciando a configuração de uma empresa, um negócio, que busca gerir os serviços educacionais públicos em conformidade com sua ideologia. Nesse sentido, mais uma forte ação realizada pelo TPE são as *articulações políticas e institucionais*, responsáveis pelo alinhamento em torno do seu programa de metas, projetos e programas baseados em investimentos privados.

A responsabilização da educação, como salvadora e remediadora para as desigualdades sociais, coloca-nos questões importantes para a análise. Procura-se uma

solução para os problemas sociais dentro da dinâmica imposta pelo sistema capitalista, via educação. Portanto, torna-se importante pensar a proposta de *Educação para todos* como parte de um contexto complexo de contradições colocadas por uma crise estrutural do capital e da ofensiva das classes dominantes nacionais e internacionais. Mézaros (2002) explica que o capital vem desenvolvendo uma crise no próprio sistema de acumulação há mais de 35 anos. Nesse sentido, deixam de serem crises cíclicas para se tornarem estruturais. E, para sair dela, empreendem-se mudanças nas relações capital-trabalho, com o apoio de organismos internacionais, como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Dessa forma, a subordinação dos serviços educacionais aos preceitos neoliberais dos Organismos Internacionais incumbe, acima de tudo, uma apropriação da subjetividade do sujeito, ou seja, uma reforma ideológica na qual se difunde a ideia de ascensão social via educação. Assim, responsabiliza-se a sociedade pela direção das políticas sociais, já que o Estado não seria suficiente para geri-las e oferta-las. A educação se transforma na possibilidade de investimento privado e geração de lucro e, sobretudo, vira instrumento de legitimação ideológica de um modelo educacional não crítico, no sentido de que não se questiona as contradições da sociedade.

Quando se menciona as influências internacionais, é necessário situar o País no contexto do capitalismo dependente, como nação que tardiamente adentrou a dinâmica do capital. Para Netto (1996), a dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas próprias ao capitalismo, começaram a se alterar no final no século XIX, passando do capitalismo concorrente para o monopolista, que se alastrou mundialmente, tendo como características centrais o controle dos mercados nacionais por grupos monopolistas, liderados pelos EUA.

Essa nova fase, também conhecida como imperialista, renova e reforça as bases de exploração e alienação inerentes ao seu desenvolvimento. Nesse seguimento, para manter o controle dos mercados nacionais, as potências imperialistas detêm sob seu poder a periferia do capitalismo, favorecendo o processo de produção de superlucros para os monopólios. O Brasil, na sua condição periférica, passa a correr ao encontro do desenvolvimento econômico e passa a ideia de que a educação é a única resolução para os problemas de alívio a pobreza. Para manter o comando da produção, garantindo seu poder econômico, o capitalismo monopolista passa a recorrer a esferas que Netto (1996)

denomina como extra-econômica, e, para tanto, precisa do Estado; daí começa a relação estreita entre mercado e Estado.

A maximização dos lucros pelo controle dos mercados, é iminentemente problemática, pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos *inerentes* a acumulação e a valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxitos, ela *demand*a *mecanismos de intervenção extra econômicos*. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra econômico, o Estado. (NETTO, 1996, p. 16, grifos do autor).

Nesse movimento, o Estado, que sempre interviu de forma amena na questão econômica, passa, a partir do estágio monopolista, a intervir de forma sistemática, construindo uma relação próxima com as forças hegemônicas do Capital e empreendendo mecanismos diretos e indiretos para manutenção das taxas de lucros, principal alvo da hegemonia monopolista. Na educação não tem sido diferente, havendo sua refuncionalização para atender as demandas do capital.

Assim, é relevante destacar que estudos desenvolvidos por Freitas (2012, 2014, 2017) apontaram que, aliados aos interesses mercantis, os grupos empresariais vêm disputando a agenda educacional, com intuito de alcançar o controle pedagógico das escolas de educação básica. Como mencionado, os intelectuais coletivos e orgânicos do TPE agem orientados para o favorecimento do capital, na construção de um discurso hegemônico na aparência, mas que carrega na sua essência soluções fragmentadas, pontuais, que não tocam nas questões de ordem estrutural da dinâmica política e econômica mundial.

Com esse objetivo, procuram criar no indivíduo uma consciência empreendedora voltada a incorporar o ideário de funcionamento da esfera privada e, com isso, legitimar o individualismo do cidadão e abafar seu potencial de organização coletiva. Isso será feito através do domínio do campo pedagógico e formativo, em que o empresariado trabalha na tarefa de criar um trabalhador simples, ao mesmo tempo em que possa atender as novas configurações das sociedades urbanas industriais.

Nesse sentido, abordaremos no próximo capítulo o direcionamento dado pelos documentos do TPE e do MEC para a política educacional, a partir dos discursos contidos nesses documentos, bem como os discursos proclamados pelos autores envolvidos neste processo.

CAPÍTULO II:

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Neste capítulo procuraremos demonstrar como o TPE foi absorvido como movimento e como política pública a partir de 2007. Para isso, analisaremos os documentos que dão abertura ao processo de criação do Movimento Todos Pela Educação, como a *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*, documento aprovado na Conferência de Educação para Todos, ocorrida na cidade de Jontien, Tailândia, em 1990. Essa conferência, assim como o documento decorrente dela, marca a abertura do setor público de educação ao estabelecimento de parcerias, seja com a família, sociedade em geral e com o setor privado.

Em seguida, analisaremos ainda os documentos instituídos pelo governo brasileiro que dão legitimidade às ações do Movimento Todos pela Educação, como o *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*, promulgado por meio da lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que leva o nome *Compromisso Todos pela Educação* e tem o intuito de demonstrar a interlocução existente entre os setores governamentais e a classe empresarial.

Posteriormente, para dar suporte à análise dos discursos exporemos como o TPE utiliza a estratégia de divulgação e comunicação para disseminar suas ações e determinar ideologicamente o que deve ser seguido em matéria de educação na política pública. Por fim, através dessa ferramenta de coleta de informações, apresentaremos a pesquisa e análise dos discursos dos sujeitos coletivos e individuais, dos representantes empresariais que se intitulam pelo próprio TPE como mantenedores e parceiros do movimento. Isso foi possível por meio de entrevistas realizadas em canais de comunicação, como jornais impressos e *online*, participação em eventos, congressos, seminários e programas de TV e rádio.

2.1 Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: o novo sentido dado à educação mundial

A partir da segunda grande guerra mundial, em 1945, houve um conjunto de mudanças sociais, políticas e econômicas, em que se assistiu um período de ascensão

econômica, principalmente nos EUA. O modelo de produção norte-americana adotado foi denominado de fordista, caracterizado pela produção em série. Esse modelo se expandiu mundialmente, fazendo com que o Estado assumisse obrigações que apoiassem a crescente produção em massa, via desenvolvimento industrial, investindo em políticas como seguridade social, assistência médica, educação e habitação. Esse período histórico ficou conhecido como Estado de Bem-estar Social. Contudo, não atingiu a todos os países e a todos trabalhadores, como é o caso do Brasil que vivia nesta época histórica outra fase sócio política. (LUMERTZ, 2008).

Para Netto e Braz (2006), o que se anunciava era um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo. Os conflitos, por sua vez, seriam resolvidos na base do consenso e capazes de ser construídos através dos mecanismos da democracia representativa. No entanto, ao longo do século XX, a insatisfação dos trabalhadores devido a jornadas de trabalho intensas, desencadeou uma série de greves e crises econômicas que atingiram determinados grupos de países centrais, como a Europa, especialmente, forçando certa adaptação para recuperar a dinâmica acumulativa. O que acontece, portanto, é a criação de um pacote de medidas responsáveis por resolver a crise. Desse pacote fazem parte o Neoliberalismo e a Terceira Via, a Globalização e a Restruturação Produtiva.

Importante ressaltar que sobre o conceito de globalização, concordamos com Milton Santos, quando em seu livro “Por uma outra globalização”, explica que este momento pode ser considerado o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. É apresentada por ele como fábula, como perversidade e possibilidade. (SANTOS, 2008, p.58). O termo também foi interesse de estudo de Otávio Ianni, que o considerou deste o início uma totalidade problemática, complexa e contraditória, aberta e em movimento. Pois, a dinâmica do todo não se distribui similarmente pelas partes, contribuindo para que ela não seja responsável por homogeneizar o mundo, pelo contrário, causa fragmentação, diferenciação. (IANNI, 1994, p.159).

No Brasil, o neoliberalismo foi implementado, mais especificamente, a partir dos anos de 1990, com a implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), coordenado pelo economista Bresser Pereira, ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, em 1995 e 1998. Como exposto no sexto Caderno Mare da Reforma do Estado, que trata sobre “[a] reforma do aparelho do Estado e as mudanças constitucionais”, um dos pontos a ser modificado com a reforma, diz respeito às Organizações sociais e sua

relação com o setor público: “descentralizar e melhorar o desempenho gerencial na prestação de serviços públicos na área social, mediante implantação de Organizações Sociais, sem vinculação administrativa com o Estado, mas fomentadas com recursos públicos e controladas por contratos de gestão”. (BRASIL, 1997, p.8).

Assim, algumas políticas sociais, entre elas a educação, foram incluídas como ação não exclusiva do Estado, podendo ser ofertadas por uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, abrindo espaço para as parceiras público-privadas, justificando a melhoria da qualidade da educação pública. (LUMERTZ, 2008).

O neoliberalismo compõe a fase contemporânea do capital, cujo Estado era considerado o grande responsável pela crise econômica, pois havia gastado muito com os setores sociais e cedido à correlação de forças entre trabalho-capital. Os neoliberais defendem um Estado que invista o mínimo possível nas questões sociais e, em contrapartida, chame a sociedade civil para se responsabilizar em coalisão do empresariado, ONGs e o Estado financiando. No entanto, na essência constituem representações das forças privadas.

Nesse sentido, identificamos nos discursos dos atores envolvidos no movimento Todos pela Educação, o interesse da inserção do setor privado na condução da política pública de educação; a atuação do TPE na proposição e mediação curricular para a escola pública e seus desdobramentos ideológicos e; as formas de legitimação e apoio dado ao Movimento, pelo Ministério da Educação e os interesses envolvidos.

A Conferência de Jomtien foi convocada primordialmente pela Unesco e Unicef com amplo apoio do Banco Mundial e em parcerias com algumas entidades governamentais e não governamentais. O objetivo era elaborar e firmar compromissos mundiais para a educação, para que fosse garantido às pessoas conhecimentos básicos que pudessem promover uma vida mais digna, justa e igualitária.

Assim, os atores e representações que participaram da Conferência defendiam que a educação poderia ser caminho para contribuir para um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro. Somando ao mesmo tempo o progresso social, econômico e cultural, contra a intolerância e na cooperação internacional. Desse modo, responsabiliza-se a educação pela dissolução de problemas de ordem econômica, política e social, sem, no entanto, realizar uma análise mais crítica e profunda das bases que causam a desigualdade social em âmbito mundial. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Para Martins et al. (2015), com a Conferência de Educação para todos, buscou-se determinar um modelo de educação quantitativo, que atendesse a “todos” em número de vagas e de alunos matriculados na escola. Esse era o patamar esperado para uma boa educação, no entanto, com o desenvolvimento das ideias empreendidas pelo capitalismo neoliberal e a redefinição do mundo do trabalho passam a exigir da educação a formação de um “homem de novo tipo”, outras formas de pensar e agir, singular e coletivamente. (MARTINS et al., 2015).

São determinações fundamentais das mudanças no conteúdo e na forma da educação escolar brasileira na contemporaneidade, além das alterações na lógica do processo de acumulação de capital, as mudanças concretas no processo de trabalho, a redefinição das relações de poder que delinearam novas funções do Estado em relação à economia e a legitimação social, bem como a totalidade das relações sociais que engendram as bases da cultura urbano industrial. Essas determinações, em seu conjunto, ao constituírem as atividades produtivas materiais e simbólicas, as formas de convivência social e as maneiras de pensar, sentir e agir, singular e coletiva, passam a exigir a formação de um homem de novo tipo. (MARTINS et al, 2015, p.23).

Como efeito dos compromissos assumidos na conferência, o Brasil elaborou o Plano Decenal da Educação (1993 -2003), que tinha como foco acompanhar em dez anos a implementação do que foi firmado na conferência. A principal meta a ser alcançada nesses dez anos era a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo. O documento elaborado na Conferência, que levou o nome da mesma, traz em suas páginas os objetivos que visam nortear as metas que o País priorizou, quais sejam: 1- satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e 2- universalizar o acesso à educação e priorizar a aprendizagem.

Para nossa análise priorizamos o artigo 7: “fortalecer as alianças” e o artigo 8: “[d]esenvolver uma política contextualizada de apoio”. No artigo 7, o documento deixa claro que “os governos nacionais, estaduais e municipais têm a obrigação prioritária de gerir e ofertar a política de educação em cada nível”. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, p. 6.). No entanto,

[n]ovas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças,

trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, p. 6).

Sendo assim, o documento oferta mundialmente a educação para investidores privados que passam a ver na política pública formas de negócio e lucro. No artigo 8, o documento realça que uma política de educação de qualidade deve estar aliada ao fortalecimento da economia.

Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. Assim o ideal seria uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde que incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, p. 7).

Desse modo, o documento coloca também os outros setores da sociedade, como a economia, trabalho, comércio e saúde como promotores de uma educação de qualidade. Reforça a ideia de que a educação é tarefa e responsabilidade de todos. Com a noção de corresponsabilidade, a Conferência abre as portas para as diversas iniciativas a partir de então, que chegam com o intuito de fortalecer a possibilidade de retirada da atuação efetiva do Estado e aumento de ações voltadas ao fortalecimento da sociedade civil, e sobretudo, da mercantilização de alguns serviços básicos voltados a população, que passam a ser possibilidade de investimento e lucro privado, através de fundações e outras organizações presididas pelo setor empresarial.

Com isso, este movimento também fortalece a interlocução entre poder público e iniciativa privada, fazendo com que, muitas vezes, ambos se confundam em suas funções e atribuições, já que passam a determinar políticas e, sobretudo, participar de sua execução. Isso veremos melhor no tópico a seguir, que explana sobre a promulgação do Plano de Desenvolvimento da Educação, no ano de 2006.

2.2 Proposições do PDE - Plano de Metas *Compromisso todos pela Educação*: a interlocução do governo com o TPE

No segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) parcelas da classe empresarial já começam a mostrar insatisfação com o governo, principalmente por considerarem que o País necessitava de uma política industrial, além de criticarem que o setor privado deveria ter mais participação nas decisões que envolviam o Brasil.

Desde modo, algumas frações de empresários começaram a se aproximar e simpatizar com a oposição, feita pelo Partido dos Trabalhadores e liderada por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Para Martins (2013), o motivo dessa aproximação foi movido pela tranquilidade que os empresários tinham em relação à política econômica, já que Lula havia garantido a manutenção das alianças nacionais e internacionais. Essa estratégia no Partido dos Trabalhadores foi justamente para garantir o apoio da classe empresarial. Várias iniciativas foram realizadas, como reuniões, aliança com o Partido Liberal (PL), principalmente quando convidou o então senador José Alencar, um representante do setor empresarial, para compor a vice-presidência da candidatura. Além disso, houve o lançamento do documento “Carta ao povo Brasileiro”, em que o partido se comprometia com a manutenção da política macroeconômica. Por fim, ocorreu o lançamento de um plano de governo bem mais moderado do que os anteriores e o lançamento de uma nota pública, anunciando a manutenção do acordo com o FMI, firmada no final do governo FHC. (MARTINS, 2013).

No ano de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito com ampla porcentagem de voto dos setores de esquerda, porém com grande apoio da parcela empresarial brasileira. Para Martins (2013), o acesso de Lula da Silva também se deve às alterações na relação entre Estado e sociedade desencadeadas pelas novas alianças promovidas com a grande burguesia interna brasileira, sobretudo com o empresariado. Os governos de Lula, sem romper com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, promoveram a ascensão política da grande burguesia interna brasileira, sobretudo do empresariado, ao interior do bloco no poder. (MARTINS, 2013, p. 23).

Com o início do mandato vieram as incertezas em relação à continuidade ou mudança, e o Presidente Lula indicou vários nomes empresariais para ocupar cargos importantes no governo, ganhando, assim, mais apoio do setor privado. Uma das estratégias da mudança da relação entre Estado e sociedade foi o incentivo à criação de canais de consulta (conselhos, conferências, ouvidorias, audiências públicas, fóruns) e participação da sociedade civil nas decisões do governo. Tais instrumentos serviriam de

suporte para a concretização de alianças a partir da interlocução entre Estado e sociedade.

O maior instrumento dessa relação de corresponsabilidade, defendida pelo Governo Lula, foi a criação no seu primeiro ano de mandato do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), através da lei 10.683/2003, que tinha como objetivo facilitar o diálogo entre governo e sociedade civil. O CDES se intitula como um colegiado composto por representantes da sociedade civil. Seu trabalho consistia no assessoramento direto ao Presidente da República em todas as áreas de atuação do Poder Executivo Federal, característica que o distingue dos demais conselhos de governo. As conselheiras e os conselheiros são representantes dos setores, como saúde, segurança pública, primeira infância, esportes, direito do consumidor, economia digital, inovação e empreendedorismo, entre outros. Juntos, constituem um fórum qualificado para a discussão de políticas públicas e a proposição de medidas que estimulem o crescimento econômico, o desenvolvimento e a equidade social. (BRASIL, 2003).

Na área educacional e, sobretudo, na educação básica os primeiros anos do Governo Lula não apresentaram políticas regulares, sendo aplicado programas e projetos focalizados e descontínuos, mantendo as políticas dos governos anteriores. Somente em 2006 ocorre a criação de um Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), na reunião de dezenas de programas que abarcavam a educação básica até a educação superior.

Importante ressaltar que o PDE foi criado pelo Ministro da Educação Fernando Haddad (2005-2012), que foi pressionado pelo Presidente e principalmente pelo Partido dos Trabalhadores para criação de uma política mais sólida, sendo ameaçado de perder o cargo para a Marta Suplicy, quem havia acabado de perder as eleições para a Prefeitura de São Paulo. Desse modo, o Ministro que já estava alinhado com o movimento TPE, sendo um dos seus primeiros membros, inaugura o PDE como reflexo das metas defendidas pelo movimento. (MARTINS, 2013).

Buscando o alcance da melhoria dos índices e percentuais educacionais, o governo criou ainda o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007, que busca ser uma ferramenta desenvolvida nesse governo para servir de indicador de qualidade na educação. O Ideb mede o desempenho do sistema, estabelecendo uma escala que vai de zero a dez. O Brasil pretendia alcançar a nota 6,0 (seis), já que essa foi a nota obtida pelos países desenvolvidos, especialmente os membros da OCDE que

ficaram entre os 20 melhores colocados do mundo. A partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC ofereceu apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se deu a partir da adesão ao *Compromisso Todos pela Educação* e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Segundo Oliveira (2009), os dados do MEC mostram, em 2008, que os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso. Assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometeram a atingir metas como a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oito anos de idade.

Por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), o governo federal presta assistência técnica e apoio aos municípios. A partir desse instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. Tal indicador utilizou, na primeira medição, dados que foram levantados em 2005. A média nacional do IDEB, em 2005, foi 3,8 (três e oito) nos primeiros anos do ensino fundamental. Em 2007, essa nota subiu para 4,2, ultrapassando as projeções que indicavam um crescimento para 3,9 (três e nove) nesse período. Segundo o MEC, se o ritmo for mantido, o Brasil chegará a uma média superior a 6,0 (seis) em 2022, o que é considerado pelo Ministério como ter uma educação compatível com países de primeiro mundo antes do previsto. (OLIVEIRA, 2009, p. 206).

As avaliações externas configuram-se como critério de avaliação de desempenho e qualidade da educação e, tem se expressado como formas técnicas para medir quantitativamente o que é uma educação de boa qualidade, porém, se desdobram na segregação escolar e no aumento da desigualdade social.

As políticas educacionais brasileiras e o conceito de qualidade da educação passam a girar em torno das avaliações e resultados. Para Freitas (2012), as escolas, que baseiam sua qualidade em políticas de testes e avaliação de comportamento para sanções ou premiações, acabam por tirar a autonomia do professor e do aluno. Assim, quando reduzem o currículo e valorizam algumas disciplinas, afasta do aluno a possibilidade de conhecer outras áreas e outros conteúdos importantes para sua vida social. Vale destacar também que quando passa a gestão da escola para iniciativa privada gera segregação social e escolar. (FREITAS, 2012).

Com tais iniciativas, o governo deixa claro sua política de fortalecimento de uma corresponsabilidade social com a educação, deixando aberta as portas da escola para a entrada da parcela empresarial. Com o estabelecimento do CDES, o governo criou um espaço de consenso, e a sociedade civil ganhou papel de destaque nas decisões

governamentais. Faziam parte dela representações sindicais e outros setores da sociedade civil, porém ocupavam um papel privilegiado alguns grandes empresários. Assim, embora os canais de participação mencionados, possam expressar o exercício da ação democrática, o que se observa, tendo em vista as estratégias de candidatura utilizadas pelo Governo Lula, é que o Governo, com o CDES, favoreceu a participação da classe empresarial através dos canais supracitados.

Um maior exemplo dessa relação é que a organização de metas para a educação, dos empresários em torno do Movimento Todos Pela Educação, foi prontamente atendida e incorporada pelo governo na criação do Plano de Compromissos que levou até mesmo o nome do movimento. Uma das principais atividades e objetivos do TPE é fortalecer a articulação política e as relações institucionais que “promove o alinhamento dos projetos e programas dos poderes executivo, legislativo e do sistema judiciário, em torno das metas, bandeiras, atitudes e ações da organização.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.5). Para Shiroma, Garcia e Campos (2011), o Plano e o movimento TPE visam:

[c]riar uma “nova consciência”, uma “nova sensibilidade social” com relação ao direito à educação e à responsabilidade social que o exercício deste direito implica. Para esses autores, através da “liturgia da palavra” eles pretendem operar uma mudança no perfil dos “usuários” dos serviços educacionais, difundindo um novo jeito de ser cidadão. (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 225).

Segundo o Plano de Metas do Compromisso, os sistemas municipais e estaduais que aderiram ao plano tiveram que seguir 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes. A partir dessas diretrizes pode-se observar a repetição das “palavras-chave”: desempenho, avaliação e mérito. Tais conceitos focam na gestão de resultados, buscando reforçar a ideologia do sucesso individual, trazendo a ideia de que o alcance de metas estabelecidas é o caminho mais eficaz para se obter a qualidade em educação.

Além de defender essa prática para os alunos, observamos que isso também é feito em relação a política voltada aos professores. Como está exposto na meta XIII do plano, se pretende “implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho”. No mesmo sentido, também na meta XVII se diz que, sobre a escolha da gestão da escola, é

necessário “fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola”. (BRASIL, 2007, p.2).

Considerando o conceito de meritocracia, presente nesse processo de avaliações externas e política de resultados, entende-se, de acordo com Freitas (2014), que o indivíduo possa agir como se tivesse autonomia para realizar suas escolhas, à medida que seu sucesso só dependeria do seu esforço pessoal. Com a justificativa de alcançar novas formas de gestão pedagógica, procura acoplar a utilização de “tecnologias da educação, meritocracia, formas de responsabilização e privatização, no sentido de adaptar as escolas a um neotecnicismo, advindos das exigências colocadas pela reestruturação produtiva.” (FREITAS, 2014, p. 1088).

Portanto, na prática o que se observa é que essa autonomia é totalmente regulada por interesses hegemônicos, tendo em vista que o controle do processo pedagógico é feito de cima pra baixo. Ou seja, busca-se dominar o processo avaliativo através dessas novas formas de gestão baseadas na empresa privada para adentrar no processo pedagógico, o que implicaria na apropriação ideológica da escola.

Como exemplo desse movimento, observa-se o PDE (2007), especificamente as metas de avaliação de resultados, como a meta III: “acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente” (BRASIL, 2007, p.1). Destaque também se dá à meta XIX: “divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB” (BRASIL, 2007 p.2). Busca-se, com isso, elaborar um instrumental de acompanhamento das metas para constatar o insucesso das políticas atuais, abrindo, assim, mais espaço, sobretudo para a atuação das parcelas do setor empresarial. Como é proposto pela meta XXVIII:

Organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB. (BRASIL, 2007, p.2-3).

Para Pires (2015), a atuação do TPE possibilitou que as metas que eles mesmos criaram se tornasse o Programa estratégico do Governo Federal, o *Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação*, e que, em 2014, através da aprovação do

PNE, Lei nº 13.005/2014, fosse consagrado como política educacional. Ressaltou também que o Ideb é o norteador do Programa e que o referido indicador foi ratificado no PNE (2014-2024) como a medida da qualidade da educação básica. (PIRES, 2015).

A relação de afinidade do governo brasileiro, com as diretrizes do TPE, fica evidente na incorporação das metas do movimento pela política pública elaborada pelo Governo a partir de 2006. No entanto, para que tais acontecimentos sejam possíveis, o TPE conta com diversas linhas de atuação no sentido de legitimar suas ações e firmar seu espaço no campo educacional. Para isso, uma das mais fortes armas do movimento está na sua forma de mobilizar a sociedade civil, contando com estratégias de comunicação diversas, como canais de mídia, rádio, campanhas na TV, entre outros.

O TPE tem como modelo internacional os reformadores empresariais norte-americanos, que, segundo Freitas (2012), foram os responsáveis por dar o tom do processo de privatização da educação nos EUA. A ideia central dos reformadores é um modelo de educação baseado em resultados e em um sistema padrão de testes, regras e sanções para as escolas. Assim como no Brasil, os reformadores norte-americanos influenciaram políticas e constituíram a partir da interlocução com o governo, diversas iniciativas que visaram o fortalecimento do empresariado. Portanto, “naquele país, a disputa da agenda entre os educadores profissionais e os reformadores da educação vem de longa data.” (FREITAS, 2012, p. 380).

Com objetivo de abordar mais detalhadamente como tem se dado o processo de mobilização e comunicação do TPE, como estratégia de criação de consenso na sociedade, analisaremos no item a seguir os seus desdobramentos.

2.3 A mobilização e comunicação do TPE

Destacamos que uma das maiores estratégias do Movimento diz respeito à mobilização e comunicação, com o objetivo de disseminar e socializar os conhecimentos gerados, para o alcance de diversos setores da sociedade. Reconhecendo que a mídia também é espaço de disputa de poder e de luta pela hegemonia, representa contradições e disputas por um projeto político mais amplo, o TPE com todo seu potencial de representações políticas e econômicas, toma consciência desse potencial midiático e se apropria desse espaço para sua atuação e busca por legitimação.

Shiroma (2011) faz referência ao papel que tem desempenhado as Redes Sociais, que se configuram como “um conjunto de pessoas e ou organizações que se

agregam num interesse comum, contribuem para produção e disseminação de informações, criam canais de comunicação e estimulam a participação da sociedade.” (SHIROMA, 2011, p.18). Para esta autora elas são utilizadas no fortalecimento de políticas públicas para a educação e na divulgação e materialização de documentos, instruções e diretrizes dadas pelos Organismos Multilaterais à educação mundial. Para a autora, o Banco Mundial tem sido grande incentivador do uso das redes quando declara que “o Banco se articulará com redes nacionais e regionais de pesquisa para construir *sentimento de pertença e foco nos resultados* e sustentá-los localmente” (BANCO MUNDIAL, 2006, citado por SHIROMA, 2011, p. 18, grifos nossos).

O que ocorre é que com o apoio desses Organismos, movimentos como o TPE se articulam através das redes, “construindo sentimento de pertença e foco nos resultados”, primeiramente na direção do fortalecimento da política de avaliações e resultados, muito utilizada pelos reformadores empresariais da educação americana, portanto, na tentativa de obter legitimação de sua política mundial nos países de periferia. Em segundo lugar, esses movimentos, através do “sentimento de pertença”, buscam legitimação de seus projetos, práticas e ideias para a política educacional, sobretudo para adentrar na escola e fornecer sem nenhuma resistência seus produtos e sua maneira de pensar a educação.

Nesse seguimento, Shiroma (2011) demonstra ainda que estudos internacionais sobre redes têm demonstrado principalmente sua articulação com o conceito de governança, conceito muito utilizado pelos sócios do TPE, e que apontam nas pesquisas mais recentes que as funções educativas públicas não se realizam em âmbito exclusivo de Estado e marcam a emergência de novas formas da regulação da educação. Assim, o que tem ocorrido com a criação das ONGs, “num sentido amplo, é que a governança passa a ser entendida como gestão pública de complexas redes interorganizacionais que substituem as funções tradicionais do Estado na oferta de serviços públicos à população.” (SHIROMA, 2011, p.19).

O termo governança nos diz muito, pois ele nos mostra exatamente de onde ele está sendo proferido e por quais atores essa noção vem sendo defendida na educação. Nesse sentido, está associado às mudanças ocorridas no capitalismo, com a entrada da reestruturação produtiva e as novas funções atribuídas ao trabalho e a gestão privada da educação. Portanto, a noção de governança aparece como meio de articulação entre o setor produtivo e a educação, adentrando na política educacional

com a justificativa de que esta era a melhor maneira de preparar um cidadão em uma sociedade em constante mudança.

Para Martins (2013), o TPE realiza intervenção na escola por meio dos processos de comunicação.

No caso do TPE, como sua proposta não contempla a intervenção direta na escola, mas, antes disso, pretende, como eles mesmos afirmam “qualificar a demanda” da educação básica, o Movimento utiliza-se de estratégias de comunicação que visam mobilizar e orientar os diferentes públicos relacionados ao universo da educação, estimulando a avaliação em larga escala e a “cultura de metas” como condicionantes de uma educação de qualidade. (MARTINS, 2013, p. 101).

Assim, com o processo de comunicação e mobilização, priorizam-se os formadores de opinião, tendo em vista que eles poderão atingir a sociedade de um modo geral, utilizando diversos canais midiáticos pelos quais são veiculadas informações, comunicações, e *merchandising*. Para isso, o Movimento tem ofertado uma atenção diferenciada à formação de profissionais de comunicação, como jornalistas, radialistas, publicitários, relações públicas, profissionais da televisão e de *marketing*. Por isso, o TPE investe em campanhas televisivas, contando, para isso, com parcerias como o Canal FUTURA e a rádio Globo, por meio das quais mantém uma coluna semanal exclusiva para tratar de temas relacionados à educação, como educação infantil, formação de professores, índice de analfabetismo e, sobretudo, a implementação de suas metas para alcançar os patamares de qualidade em educação. O movimento conta também com o apoio das redes sociais, já que realiza posts de suas campanhas: “somente entre outubro e dezembro de 2014 tiveram cerca de 30 posts no *Facebook*, alcançando 3,5 milhões de pessoas, com 174 mil curtidas, 3,7mil comentários e 42,2 mil compartilhamentos.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p.25).

Martins (2009) demonstra que nos primeiros anos de atuação, o TPE conseguiu alcançar diversas adesões ao movimento e que, para tanto, conseguiu realizar parcerias com “formadores de opinião, como o Conselho Nacional de Procuradores Gerais, a Pastoral da Criança, os Atletas Pela Cidadania, a Associação Nacional dos Jornais - ANJ, a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), o Afroreggae, a Frente Nacional dos Prefeitos e o IBGE” (MARTINS, 2013, p.108).

É importante observar que os representantes coletivos envolvidos com o Movimento têm muito interesse tanto nas divulgações quanto no que é divulgado. Vale destacar que o Todos pela Educação contempla uma junção de mais 20 (vinte) parceiros e mantenedores, entre eles grandes empresas e fundações sem fins lucrativos, que têm forte influência no setor educacional como o mercado editorial, fornecendo materiais didáticos e acervos bibliográficos para as escolas. (GUIMARÃES, 2013).

Destas organizações, as que fazem parte do TPE são a Editora Moderna, Saraiva e Fundação Santillana. Além de contar ainda com os chamados sistemas de ensino que se configuram como soluções educacionais completas para as escolas, o que dentro do TPE temos na Fundação Ayrton Senna. (GUIMARÃES, 2013)

A respeito da importância dos jornais para formação da moral e da cultura de uma sociedade, fomos até Gramsci (1989) que reflete acerca dos intelectuais e seu papel na unificação de conceitos em torno da criação de uma nova cultura e moral, e que isso ocorre não apenas para adquirir o poder do Estado, mas também no sentido de difundir novos padrões de comportamento. Essa organização só é possível por meio do que ele chama de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, instituições da sociedade civil que exercem o poder de organizar politicamente um coletivo, do que são exemplos Igreja, escola, sindicatos, jornais, família e outros.

Contudo, numa sociedade marcada pela prevalência dos ideais de mercado, a organicidade será determinada pelos intelectuais das classes dominantes, com suporte de aparelhos privados de hegemonia que buscam reproduzir e legitimar a moral e cultura burguesas. Para demonstrar o papel de mediação intelectual dos sócios mantenedores e executivos do TPE, especialmente pela rede de comunicação evidenciamos o potencial determinante das redes de comunicação, seguiremos abaixo com análises dos seus discursos coletivos e individuais.

2.4 Análise do discurso dos intelectuais coletivos e individuais do TPE

A seleção dos discursos a serem analisados se inicia pela composição empresarial do movimento, e tendo em vista os objetivos desta pesquisa, foram privilegiadas as fundações empresariais que mais obtiveram destaque em canais de comunicação, como jornais e revistas, discursos proferidos na imprensa, notas e entrevistas em eventos ligados à política educacional. Os temas mais encontrados sobre

a educação nos auxiliou na escolha desses intelectuais, portanto, separamos este item em subitens que propiciarão o entendimento dos discursos proferidos em cada tema.

Desse modo, esclarecemos que a composição do movimento é separada pelos Mantenedores e Apoiadores que são representados por entidades coletivas, tais como fundações, empresas e organizações ligadas ao setor privado. Já, os membros que compõem o Conselho de Governança, Conselho Fiscal, Conselho de Fundadores, Equipe executiva e Sócios-fundadores, são representados por atores individuais que em sua maioria tem ligações com os setores coletivos do primeiro grupo. Observamos que há, muitas vezes, maior incidência dos discursos das lideranças ligadas a esses grupos empresariais, o que faz se confundir o discurso individual com o discurso da organização.

No levantamento os grupos empresariais mais encontrados foram Fundação Itaú Social, na maioria dos casos representada no discurso individual da empresária Milu Vilela; o Grupo Gerdau, representado pelo discurso de Jorge Gerdau Johannpeter; e a fundação Ayrton Senna, representada pelo discurso de Viviane Senna. Os três compõem também o Conselho de Fundadores do TPE. A Fundação Lemann, está representada pelo discurso de Jorge Paulo Lemann, sócio-fundador do TPE. Para finalizar a escolha dos discursos analisados, destacamos também o discurso individual que mais representa o movimento TPE nos canais comunicativos, o da Presidente Executiva, Priscila Fonseca da Cruz.

Como já mencionamos, há vários anos observa-se que os agentes mantenedores e parceiros do TPE vêm atuando como intelectuais orgânicos coletivos, pois “mobilizam setores, promovem parcerias, exercem influência e pressões sobre os governos no sentido de reformar as políticas educacionais, incorporando outros sujeitos nos processos decisórios, sobretudo os setores empresariais”. (MARTINS, 2013, p.28).

Esta análise, portanto, se constituirá de ponderações críticas e conjecturais, partindo do entendimento do discurso como modo de ação que, por sua relação dialética com a estrutura social, permite investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001). Tal relação também é encontrada em Gramsci, em seus estudos sobre o papel da linguagem nas relações sociais e como expressão dialética das contradições de um período histórico.

2.4.1 Formação de professores

A questão da formação de professores é comumente levantada como um dos maiores entraves à qualidade da educação. O TPE traz como a primeira de suas 5 (cinco) bandeiras a “Melhoria da formação e carreira do professor” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017b) e fala através de dados que

[d]e acordo com dados do Censo Escolar 2013, apenas 48,3% dos professores do Ensino Médio do Brasil possuem licenciatura na área em que atuam. Esta porcentagem é ainda menor, entre os professores dos anos finais do Ensino Fundamental: apenas 32,8%. Esse é apenas um dos gargalos relacionados ao magistério no Brasil. Outro é a baixa remuneração: em 2013, o professor da Educação Básica recebia em média cerca de 57% do rendimento médio de outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade (Ensino Superior), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017b, arquivo digital).

Para isso, o movimento defende que a formação seja “adequada e sólida” que “equilibre teoria e prática” e que tenha “uma carreira atraente, com salário equiparado as outras profissões e um plano de carreira estimulante”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017b, arquivo digital). Sendo assim, o discurso mobilizado pelo TPE a respeito do tema formação de professores tem se materializado através do projeto *Conexões pela Educação*, que acontece desde o *Congresso Internacional Educação: uma Agenda Urgente*, em 2011, quando foram criados grupos de discussões para assessorar diversos temas na educação, entre eles a formação de professores. Para isso, “entre 2012 e 2014, foi realizada parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Cenpec, o Instituto Unibanco, o Instituto Inspirare e a Fundação Itaú Social” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017c, arquivo digital). Os resultados foram divulgados no documento *Educação em Debate*, no qual discutiu-se mais especificamente a formação do professor para a educação infantil e dividiu espaço com os anos finais do ensino fundamental e a reformulação do ensino médio.

Nos anos de 2015 e 2016 os grupos de debate continuaram, porém a parceria foi realizada com o Instituto Península¹⁸ e com o Banco Itaú, cujo documento não foi divulgado, porém, foram realizados os estudos: *Formação de professores no Brasil: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para a mudança* e *Professores no Brasil: perfil docente, políticas para o magistério e níveis de formação dos professores*

¹⁸ O Instituto Península também é uma organização que faz parte da composição do TPE. Surgiu em 2010 e tem iniciativas nas áreas de Esporte e Educação. Criada pela Península empresa, ligado ao setor de investimento.

*brasileiros*¹⁹, publicados no ano de 2016. Ambos documentos discutem um panorama da formação de professores no Brasil. No primeiro tem-se uma visão mais histórica de como foi constituída essa formação no Brasil, com uma revisão bibliográfica internacional e nacional sobre o tema e relato de boas práticas e de problemas, demarcando estratégias na área. Foram realizadas entrevistas e grupo focal com os sujeitos da pesquisa, quais sejam: gestores, professores, pesquisadores, personalidades ligadas ao MEC e ainda lideranças do mercado educacional privado especializada em EAD, como a empresa Kroton Educacional. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016a).

O segundo documento trata de traçar o perfil do professor brasileiro, para tanto, traz estatísticas de quantos professores estão divididos por região e por período no País, separados por rede pública e privada, por etapa, por cor/raça, por sexo e idade. Mostra dados trabalhistas, como aposentadoria e situações de contrato, demonstra ainda se a formação dos docentes é adequada a cada etapa de ensino, quantos tem graduação concluída ou não, pós-graduação e formação continuada. Por fim, apresenta a quantidade de municípios por região do País que adota políticas municipais para o magistério. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2016b).

Além dos documentos descritos na linha de formação de professores o TPE organizou mais uma de suas campanhas de mobilização em prol da valorização do professor em parceria com a TV Globo e produzida pelo Grupo ABC²⁰. A campanha, que leva o nome de: *Um bom professor, um bom começo*, foi lançada em comemoração ao dia do professor no ano de 2011 e teve grande repercussão popular. Contou com divulgação em várias formas de peças para a mídia em pôster, banners, *spots* de rádio e um vídeo que trazia a seguinte mensagem: “a base de toda conquista é o professor” e “todo começo tem um bom professor”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017d, arquivo digital).

Com isso, o movimento ganha a adesão da sociedade em prol das suas ideias, demonstrando que o que defende é um consenso a todos, como ficou abordado na primeira das suas 5 (cinco) atitudes: Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento. Assim, o TPE declara que pode partir da família essa atitude,

¹⁹ Ambos documentos se encontram disponíveis no site do movimento TPE, na aba de *Projetos* e em seguida *Conexões pela Educação*.

²⁰ ABC: A Fundação ABC é uma instituição de caráter particular, sem fins lucrativos, que realiza pesquisa aplicada para desenvolver e adaptar novas tecnologias, com o objetivo de promover soluções tecnológicas para o agronegócio aos mais de 4 mil produtores rurais de seus filiados.

[d]emonstrando que valorizam e respeitam o trabalho dos professores e de toda a equipe escolar, perguntando o que está aprendendo e observando se a criança ou jovem está estimulado pelas propostas; professores e diretores buscando assegurar na sala de aula as condições físicas e materiais adequados para a aprendizagem, organização, conforto para leitura e estudo; diretores reconhecendo, valorizando e apoiando a capacidade técnica e o trabalho de seu corpo docente. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017e, arquivo digital).

Apelando ao apoio da comunidade escolar e da sociedade em geral o movimento tem ganhado força em suas metas, atitudes e bandeiras, trazendo propostas de soluções que apesar de serem baseadas em estatísticas e dados concretos, não indicam resolução de problemas de base da educação. Ao contrário, sutilmente apresentam a sociedade civil como canal de saída pelas vias privadas, com sua proposta de gestão baseada na política de avaliação de resultados, metas e, conseqüentemente, favorecimento do setor empresarial que acessa verbas públicas para fortalecimento de seu capital.

Por isso, Gomes (2015), ao falar sobre a formação de professores no Brasil, deixa claro que o Estado esteve inserido e organizado de duas formas: pela via liberal ou através do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). A partir disso, adquire funções e tendências político-ideológicas próprias dessas duas fases, assim, as políticas educacionais, conseqüentemente, se influenciaram em cada momento histórico. Como exemplo da influência neoliberal no campo educacional, o autor explicita que logo na Constituição Federal de 1988, no artigo 206, item “III: pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de **instituições públicas e privadas de ensino**” se deixa claro a cooperação entre esses dois entes, público e privado, demonstrando a interlocução direta entre Estado e mercado na condução da política educacional. Da influência dos princípios do *Welfare State*, o autor demonstra que também da Constituição Federal de 1988 foram incorporadas questões importantes para a área social, como reconhecimento de direitos sociais, a universalidade na saúde e educação e a implementação de outras políticas públicas.

Com isso, Gomes (2015) quer demonstrar que a política para a formação de professores sofre influências na sua implementação, por meio das orientações e condicionamentos do Banco Mundial quando este propõe que se deve “preparar os professores para formar as novas gerações para a nova economia mundial e que a escola e os Professores não estão preparados para isso” (GOMES, 2015, p.115).

O que importa de fato é que a formação dos professores forme docentes que ajudem a difundir a ideia de que só a educação é capaz de proporcionar o progresso social e econômico de um país. Evidencia-se, assim, que a sociedade do progresso nesses moldes só será aquela em que todos estão aptos ao padrão de consumo. Nesse seguimento, divulga-se a ideia de que um dos problemas centrais da educação está na pouca valorização do professor, como fica claro em texto escrito para Folha de S. Paulo, por Milu Vilela e Mozart Neves Ramos²¹. Eles dizem que “o grande salto na educação no Brasil só ocorrerá quando houver a valorização definitiva do trabalho dos professores” e ainda ressaltam que “somente a educação é capaz de promover a construção de um país mais justo para todos”. Por sua vez, para eles, a receita para a valorização do professor seria “salários iniciais atraentes, carreira promissora, formação inicial sólida e condições de trabalho apropriadas”. (VILLELA; RAMOS, 2010, arquivo digital).

Em reportagem recente ao jornal Estado de S. Paulo, Toledo (2017, arquivo digital) menciona a respeito da dificuldade de os professores cumprirem todo o conteúdo exigido pela avaliação da Prova Brasil e destaca que o pesquisador da Fundação Lemann, Ernesto Martins Faria, considera este “um problema grave. Pode haver conteúdos de aprendizagem muito importantes que não chegam ao aluno. Isso significa que há programas curriculares que não estão sendo cumpridos”, ou seja, o argumento neste caso é que o professor não cumpre as exigências e não problematiza os efeitos das avaliações focalizadas em apenas algumas disciplinas e nem o método de ensino dos materiais didáticos formatados para seguir a lógica dessas avaliações, retirando a autonomia do professor. Isso fica notável no indicativo de soluções ao problema, dado no texto em resposta ao Ministério da Educação a respeito do tema. Conforme o mesmo, “assim que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) for aprovada, professores e gestores terão formação continuada sobre as diretrizes do documento para que ‘estejam preparados e seguros’ para implementá-la em sala”. (TOLEDO, 2017, arquivo digital).

A BNCC foi aprovada em novembro de 2017, em sua quarta versão, pelo Conselho Nacional de Educação. A versão vem carregada de retrocessos em relação à omissão do debate de gênero, tempo de alfabetização ajustado para 7 (sete) anos,

²¹ Mozart Neves Ramos é um educador, escritor brasileiro, foi secretário de educação de Pernambuco (2003-2006) e, atualmente, trabalha como diretor de articulação e inovação do instituto Ayrton Senna, além de integrar o Conselho de Governança do TPE.

orientações que são indicadas como conteúdos, a estilização dos conteúdos por competências para avaliações externas, entre outros. Nesse caminho, os professores serão os responsabilizados por implementar este currículo em sala de aula, portanto, terão que se adequar ao documento. De acordo com Freitas (2017) a nova BNCC vem acarretar tanto ao ensino como à formação de professores uma forma de padronização, visando fortalecer os contratos com os terceirizados que por sua vez querem aos poucos mudar o lugar da escola pública, favorecendo o crescimento do processo de privatização.

A respeito da questão levantada sobre a formação continuada para os professores, Gomes (2015) ressalta que na LDB de 1996 está previsto que deverá ser obrigação do poder público a promoção de formação continuada aos professores, inclusive favorecendo a licença remunerada para este fim. Porém, o autor problematiza que

[o] ideal seria formar com qualidade e certificar o profissional por essa formação. Não parece plausível a existência de um sistema nacional de certificação de conhecimento em serviço sem a melhoria da qualidade da formação inicial e a promoção de formação continuada de Professores. (GOMES, 2015, p. 108).

Dessa maneira, cabe-nos compreender que não deve ser solução incorporar políticas públicas que prometa modificar os rumos da formação, sem de fato modificar a própria estrutura organizacional da instituição escolar, o que cabe pensar ainda na estrutura da própria sociedade. Para Freitas (2015), o que se configura com tais políticas públicas voltadas à formação do professor é que “vai se confirmando, uma política de formação de Professores que tem na certificação de competências e na avaliação de resultados sua centralidade”. (FREITAS, 2015, p. 126).

Com isso, ele ainda detalha os movimentos de formação que se intensificaram a partir dos anos 1990 e principalmente a partir da LDB de 1996, todos no objetivo de provocar mudanças na formação docente.

Compor as orientações da reforma do Estado provenientes dos organismos financeiros que propõem a adequação do sistema de ensino às políticas de ajuste econômico, com redefinição da Teoria do Capital Humano, priorizando a polivalência e a flexibilidade. Com medidas de diversificação de instituições e cursos, que acabaram por reduzir a política de formação de qualidade a mercadorias de bens e consumo. O que ocorre é uma burocratização da formação docente,

visto que a exigência por se adequar às normas e competências acaba por mercantilizar essa formação, fazendo com que o saber pedagógico fique em segundo plano. (FREITAS, 2015, p.128).

A medida formulada e implementada atualmente pelo MEC tem vindo ao encontro com o que defende o movimento TPE, como observamos em discussões recentes em que o governo estuda meios para ampliar a formação de professores.

Segundo Kruse (2017), em texto publicado ao jornal O Estadão, o MEC quer apostar principalmente na “criação de uma nova base para os currículos de cursos de licenciatura, reforçar a complementação pedagógica a distância e criar especializações no ensino médio que apresentem aos alunos a carreira de professor.” (KRUSE, 2017, arquivo digital). E ainda ressalta que o documento será publicado até o final de 2017, segundo a Secretária de Educação Básica do MEC, Rossiele Soares da Silva “a nova base para a formação de professores pode ser apresentada até o fim do ano, na forma de um ‘documento orientador’, que seria discutido com outras entidades. O texto deve trazer sugestões para conteúdos e habilidades que todas as licenciaturas devem saber.” (KRUSE, 2017, arquivo digital).

A notícia ainda deixa claro que o movimento Todos Pela Educação está de acordo com o governo e apenas aguardando o pronunciamento do mesmo para dar andamento à questão. Assim, deixa claro quem serão as entidades, conforme a fala da Secretária, que serão ouvidas pelo MEC nessa discussão.

Com essa discussão, o que tem havido, de fato, é uma mudança nas tomadas de decisões pela base de representação dos movimentos da educação básica, nos Fóruns educativos e movimentos sindicais, passando para entidades vinculadas ao TPE representadas pelo setor privado. Isso deixa claro quem está sendo ouvido pelo MEC nas pautas voltadas para a educação e como o TPE tem se fortalecido através dessa abertura dada pelo governo, ganhando adesão aos seus preceitos e deixando a entender que a via privada é a única possibilidade de resolver os problemas educacionais. Por isso coloca o sujeito privado como principal interventor no campo pedagógico, financeiro e social.

Tendo explicitado a respeito de qual o direcionamento dado pelo TPE para a política de formação de professores, podemos observar que elas têm se adequado a demandas neoliberais, na tentativa de colocar o setor privado em evidência, como podemos observar com a oferta dos cursos de formação continuada elaborados por empresas e oferecidos como soluções prontas à escola pública. Outra forma de

favorecimento do setor privado é através da difusão ideológica de que com a “desvalorização do professor” nunca obteremos um País economicamente avançado, o que faz com que o movimento TPE venha ganhando força perante a sociedade, para assim legitimar suas estratégias.

Por isso, a educação continuada tem se demonstrado como uma estratégia para o desenvolvimento de materiais, processos e cursos que se vinculam ao mercado da formação, apoiado na rede de serviços editoriais, assessorias à gestão das escolas e outros. Guimarães (2013) nos esclarece a interlocução do TPE com as empresas que mais prestam serviços editoriais ao setor público.

De acordo com dados do Portal da Transparência do governo federal, a empresa que, em 2012, mais recebeu recursos de gastos diretos da União para a edição de livros – que inclui a “produção, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a educação básica”, a “distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino médio” e a “distribuição de acervos bibliográficos para a educação básica” – foi a Editora Ática (mais de R\$ 133 milhões), pertencente ao Grupo Abril, que participa do Todos pela Educação por meio da Fundação Victor Civita. O terceiro lugar desse ranking é do mesmo grupo, com a Scipione, que teve uma receita de mais de R\$ 59 milhões em compras do governo federal nessas rubricas. Na segunda colocação (mais de R\$ 100 milhões), vem a Editora Moderna, que pertence ao Grupo Editorial espanhol Santillana, representado como um dos parceiros do TPE pela sua fundação. A editora Globo, parte das organizações que têm a Rede Globo e a TV Futura como parceiras do Movimento, aparece na nona posição, com um faturamento próximo de R\$ 9 milhões. (GUIMARÃES, 2013, p. 3).

É fundamental localizarmos, sobretudo, que o interesse mais determinante do TPE com essas iniciativas é o acesso às verbas públicas, em forma de políticas que atendam aos setores privados e aos grupos que assumem os processos formativos. Dessa mesma forma, conseguem através da divulgação desses materiais padronizar o ensino das escolas, buscando parâmetros requeridos na indústria para a educação, ou seja, competitividade, meritocracia e individualismo.

Assim, para complementar este tema, procuraremos abordar no item seguinte a questão do financiamento da educação, que também tem sido discutido e debatido entre esses atores individuais e coletivos, membros e mantenedores do TPE, quando pensam em soluções para melhorar a educação básica do País.

2.4.2 Financiamento da educação

Muito tem sido propagado e discutido sobre o financiamento da educação ao longo da história, principalmente após a Constituição Federal de 1988, quando o Estado passa a assumir o dever de oferecer educação para todos os brasileiros, sendo assim o principal provedor dos recursos a serem destinados à educação básica. Porém, temos de considerar que em meio às influências neoliberais a mesma Constituição que garante oferta gratuita a todos os níveis de ensino, também o deixa livre a iniciativa privada, como se observa no “Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.” (BRASIL,1988, p. 161).

Nesse sentido, o movimento TPE tem mobilizado seu discurso através de seus representantes, levando em conta seus documentos, projetos e formas de divulgação na mídia, imprensa e jornais. Para isso, utilizamos a Meta 5 (cinco) do TPE, que é voltada ao financiamento. “Meta 5 (cinco): Investimento em Educação ampliado e bem gerido até 2010, mantendo-se até 2022, o investimento público em Educação Básica obrigatória deverá ser de 5% ou mais do Produto Interno Bruto (PIB).” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017f, arquivo digital).

Vale lembrar que essas metas foram elaboradas pelo TPE para serem alcançadas até o ano de 2022, justificando ser o ano do centenário da independência do Brasil. Após a aprovação dessas metas houve alterações políticas e econômicas no cenário brasileiro, como o *Impeachment* da Presidente Dilma Roussef, ocorrido em 2016. Isso dificultou a garantia do cumprimento das metas de financiamento, pois a descontinuação do governo trouxe algumas incertezas à política educacional, como ocorreu com o Plano Nacional de Educação aprovado ainda sob seu governo, em 2014. Após o *impeachment* da presidente o corte de orçamento da educação caiu de 8 bilhões para 4 bilhões, e impôs a Proposta de Emenda Constitucional 241 que depois se tornou a Emenda Constitucional 95/2016, a qual assegura o congelamento do investimento nas despesas primárias por 20 (vinte) anos.

O Plano Nacional de Educação-PNE previsto pelo projeto de Lei nº 8035/10 foi organizado a partir de metas e estratégias a serem cumpridas no decênio 2011-2020. Foram elaboradas 20 metas e para cada uma delas diversas estratégias, que propõem, em sua maioria, aumento da cobertura em todos os níveis, principalmente na educação infantil, com a extinção do analfabetismo, valorização da profissão docente, aumento da oferta de educação integral. Todas essas questões requerem do Estado um maior investimento em educação, portanto, aparecerá na meta 20 do PNE que o governo

deverá “[a]mpliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto interno bruto do País.” (BRASIL, 2010, p.19).

Entretanto, após demorada tramitação do Projeto de Lei no congresso, acarretando discussões de diversos segmentos envolvidos com a educação, apenas em 2014 foi aprovada a versão final do Plano Nacional de Educação, regulamentado pela lei 13.005/2014. Ressalta-se que a meta 20, que diz respeito ao financiamento, foi umas das metas mais discutidas pela sociedade, a ponto de muitos setores defenderem a manutenção dos 7%; porém, havia uma organização de movimentos sociais que pressionava para a garantia de 10% do PIB de investimento. Assim, ficou aprovada a meta 20: “ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, observado o disposto no § 5º do art. 5º desta Lei.” (BRASIL, 2014, p. 84). Como bem problematizado por Leher (2014), já na primeira versão do PNE (2014) o investimento público em educação não era distinguido entre educação pública e privada e assim também foi aprovado na versão final.

Observa-se que as metas do PNE são um espelho do que propõe o TPE, e que o fato do investimento não estar explicitado onde será exclusivamente aplicado, dá a abertura para que o setor público injete recursos na iniciativa privada. Outro ponto, é que o TPE diz estar atento às demandas da sociedade por educação, porém na sua meta defende investimento de 5% do PIB até 2022, ou seja, se o PNE aprovado prevê o alcance de no mínimo o patamar de 7% do PIB no quinto ano de vigência e 10% ao final foi por pressão de movimentos sociais realmente engajados na luta por educação.

A respeito do tema observamos o que declara Jorge Gerdau Jonhanpeter em entrevista no dia 24 de maio de 2010, para a versão *online* do Jornal O Estadão, sobre várias questões relacionadas à educação. A entrevista comandada pela jornalista Sonia Racy deixa clara a ligação do empresário ao movimento Todos Pela Educação, inclusive apresentando-o não como empresário, mas como Presidente do Conselho de Governança do TPE. Demonstra, assim, que naquele espaço Gerdau falava em nome da organização, ou seja, deixando claro que a posição ali defendida é a posição adotada pelo movimento TPE na cena educacional. Quando questionado se o financiamento da educação no Brasil se constitui um problema, Gerdau responde que “os recursos são insuficientes em relação ao PIB. Mas o problema da educação é mais de gestão do que

de falta de recursos.” (RACY, 2010, arquivo digital). O empresário demonstra que o investimento fica em segundo plano, quando se tem uma gestão pouco eficiente aos moldes da empresa privada e defende as metas do movimento, principalmente a que trata do financiamento, justificando que o movimento mantém “uma parceria forte com o Ministério da Educação.” (RACY, 2010, arquivo digital).

O que Jorge Gerdau quer dizer se aproxima do ocorrido na Prefeitura de São Paulo, na gestão do prefeito João Dória (2017-2020), em que para resolver os baixos recursos do financiamento em educação se cortou o orçamento do leite destinado as crianças das creches com a justificativa de expandir as vagas. Iniciativas como essas ganham espaço nos meios de comunicação e legitimam os governos que as aplicam, pois trazem a aparência de uma gestão que se preocupa em economizar para que todos possam ter acesso, transmitindo a ideia de que a solução “rápida e barata” é a mais eficiente. Observamos, nesse sentido, que a partir do título da matéria do jornalista Paulo Saldaña ao Jornal Folha de S. Paulo, no dia 15 de fevereiro de 2017, “Doria recria Leve Leite com enfoque nos mais pobres e sem adolescentes”, o Prefeito declara que houve a diminuição da oferta do leite selecionando por idade e condição socioeconômica. No entanto, “[p]or outro lado, a prefeitura vai estender o benefício para crianças pobres que hoje nem sequer estão em escolas municipais. São famílias registradas, ou não, na fila por vagas em escolas da capital.” (SALDANA, 2017, arquivo digital). Com o início da frase, “Por outro lado”, o jornalista dá o tom positivo à iniciativa da gestão Dória, já que o que importa é que houve a abertura de vagas para “crianças que estavam na fila, ou não”. Percebemos a partir da notícia o apelo a uma política de cunho assistencialista, com um Programa que vem de gestões anteriores e que sempre foi utilizado como trunfo em épocas de campanha eleitoral. Além disso, como nos esclarece Freitas (2017),

[a] lição a ser aprendida pelos gestores do Brasil é que para financiar a educação, deve-se tirar o dinheiro da própria educação das crianças ou, então, da política de mendicância junto a empresas que, como se sabe, nunca sai de graça. Se ainda não der, privatize. Ou seja, livre-se das escolas. Este é o sentido que tem a “prioridade da educação” para a gestão Doria. Doria vai complementar esta expansão através de privatização: estima-se que será possível a criação de 185 creches, todas por convênios com organizações não governamentais. (FREITAS, 2017, arquivo digital).

Com isso, essa forma de administrar traz o legado da iniciativa privada e da eficiência empresarial para a gestão pública, procurando resultados, muitas vezes só quantitativos e a pouco custo. Seguindo essa linha de pensar o financiamento da educação, o Movimento Todos Pela Educação (2017), em coluna ao Jornal O Estadão, no dia 29 de setembro de 2017, traz a opinião do Movimento *Colabora Educação*²², sobre o chamado regime de colaboração²³ entre entes federativos. Para o *Colabora Educação*, esse regime, também defendido pelo TPE, tem favorecido o que se denomina de “boas práticas educacionais” e melhorado a qualidade em educação nos municípios. Porém, o que observamos a partir do texto do jornal é que tem se valorizado além da “cooperação”, a competição entre os municípios, como aborda o *Colabora Educação* a respeito dos “ganhos” evidenciados na experiência “exitosa” no Ceará.

Outros aspectos são o fortalecimento e a autonomia dada às coordenadorias regionais, a clareza que todos os envolvidos têm sobre suas metas, a transparência com que os resultados eram divulgados e, por fim, o **equilíbrio promovido por esse sistema entre cooperação e competição**. Um dos elementos que equilibram a competição é a distribuição de recursos do ICMS estadual para os municípios proporcional aos resultados educacionais, e o apoio que as cidades e as escolas com melhores resultados dão àqueles com os índices mais baixos. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017g, arquivo digital, grifos nossos).

Com isso, observando os discursos e documentos que defendem a utilização de um valor estipulado à educação, ressaltamos a aprovação da EC 95 no Senado Federal, em 13 de dezembro de 2016, que congela os gastos em educação e outras políticas públicas por 20 (vinte) anos, o que trouxe uma determinada impossibilidade para o alcance da meta 20 (vinte) do PNE até o ano de 2024. Como nos afirma Amaral (2017), que a EC 95 instituiu uma mudança constitucional impondo um novo regime fiscal, onde o Poder Executivo não poderá reajustar o seu orçamento por percentuais acima do ano anterior, o que para o autor significa que:

[a] análise da execução orçamentária do Poder Executivo no período 1995-2016 e do orçamento aprovado na LOA de 2017 nos permite

²²Fazem parte do Movimento Colabora Educação: BID, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Positivo e Movimento Todos pela Educação.

²³ Está presente em várias metas do PNE 2014-2024 e sugere uma maior articulação entre União, estados e municípios, buscando soluções conjuntas para ações como formação de professores, educação infantil e financiamento da educação.

afirmar que o cumprimento das metas contidas no PNE (2014-2024) no contexto da EC 95, que perdurará até o ano de 2036, abarcando também o próximo PNE decenal, é uma tarefa praticamente impossível, e pode-se afirmar que a EC 95 determinou a “morte” do PNE (2014-2024). (AMARAL, 2017, p.25).

Outra medida recente que se encontra silenciada pelo TPE é o fato de que foi vetado ao governo do Maranhão pela justiça federal, em dezembro de 2017, a liminar que cobrava da União o repasse de um aproximado de 270 bilhões aos municípios por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). O TPE compartilhou em seu site a notícia retirada do Jornal G1, em 18 de dezembro de 2017, intitulada “Justiça derruba liminar que aumentaria gastos de R\$ 270 bilhões com Educação através do Fundeb”, a qual conta com o seguinte trecho: “[a] mudança causaria um gasto estimado de mais de R\$ 270 bilhões aos cofres da União.” (LEITÃO, 2017, arquivo digital).

Podemos observar nesta reportagem através do uso do “derruba” que o texto demonstra a ideia de que a Justiça saiu vitoriosa perante a cobrança dos municípios, à medida que “derrubou” a liminar, como se este fato pudesse ser considerado um ganho, visto que o aumento do financiamento não seria necessário. Do mesmo modo que a assertiva “causaria um gasto” tendo em vista o contexto ao qual foi utilizada, quer construir a ideia de que educação traz prejuízos aos cofres da união e não deve ser enxergada como um investimento.

Os veículos de comunicação são ferramentas utilizadas pelo TPE, essenciais para articular suas ideias, e demonstram qual seu real interesse na educação, por isso nos interessa evidenciar que, por vezes, o movimento se mostra através da fala de seus parceiros, como vimos no caso do Colabora Educação, dos jornais Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e dos sites das fundações mantenedoras do movimento. Outro fato que muitas vezes é utilizado como estratégia para a não defesa do financiamento em educação, como foi o caso da Gestão Dória com as creches da cidade de São Paulo, é o argumento de que se tentou de tudo, e que agora a única solução que resta são as privatizações, favorecendo, assim, a política neoliberal e o mercado educacional.

Nesse sentido, abordamos no próximo item esta relação que foi se criando entre o público e privado e principalmente em que bases ela foi se constituindo.

2.4.3 Privado no público: o discurso da ineficiência do Estado

O Estado brasileiro, inserido na nova forma do capitalismo na relação público-privado, faz com que a educação também esteja localizada nessa dinâmica. Assim, seguindo as modificações de uma sociedade regida pelo capital, a tendência predominante é que a educação também siga os parâmetros do mercado. Porém, é fato que a história, assim como o sistema capitalista, é dado a contradições, das quais emergem as tensões sociais e conquistas por direitos, como foi o caso da abertura política e a Carta Constitucional de 1988. Observa-se, assim, a partir de autores como Mézaros (2002) e Chesnais (2005), que o capital vive crises estruturais e que utiliza as medidas de reestruturação produtiva, neoliberalismo, terceira via e globalização para a superação destas.

Nesse seguimento, o TPE tem se mobilizado por meio de ações no sentido de oferecer possibilidades aos seus membros e mantenedores ganharem a cena educacional e comporem a agenda pública com seus ideais, tendências, metas e objetivos próprios ao setor empresarial.

Para tanto, através da notícia retirada do site Movimento Brasil Competitivo²⁴, criado em 2001 e presidido por Jorge Gerdau, demonstramos que ele declara suas aspirações a respeito do tema educação. Para ele, “[a] educação precisa ser prioridade número um no país” (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2007, arquivo digital). Ressaltou a importância do envolvimento do primeiro, segundo e terceiro setores para tratar sobre o tema da melhoria da gestão da educação e vinculou o desenvolvimento econômico do País ao desenvolvimento da educação.

Estamos criando uma equipe que está revolucionando o processo da educação no Brasil. Quem não mede, não gere. Precisamos de medição para administrar a educação. Educação é importante para o desenvolvimento social, e fundamental para o desenvolvimento econômico. Não há limite na capacidade de evolução e desenvolvimento do ser humano quando se investe na educação. Ela precisa ser prioridade número um no país. (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2007, arquivo digital).

O trecho acima nos mostra a convicção do empresariado que se considera preparado para dar conta dos problemas da educação pública. Por meio da política de gerenciamento privado da educação, apostam que o País irá alcançar os patamares

²⁴ O MBC foi criado em novembro de 2001 e é reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), voltada ao estímulo e ao fomento do desenvolvimento da sociedade brasileira. Certificado pela ISO 9001:2000 desde novembro de 2004, o MBC tem como objetivo principal viabilizar projetos que visam o aumento da competitividade das organizações e da qualidade de vida da população.

desejados em desenvolvimento econômico. No entanto, a iniciativa privada não consegue suprir a demanda por educação de toda uma sociedade, e o que se observa é justamente o contrário: a demanda de longo prazo, como investimento em pesquisa e tecnologia, é feita pela gestão pública. Mas não podemos deixar de considerar a influência que a gestão privada tem na gestão pública, como o incentivo à produtividade e a utilização do ambiente público para a realização de pesquisas que serão utilizadas por empresas de capital privado. Sobre essa influência, Peroni (2012) ressalta que

[a]s teorias de administração gerencial não são apenas discursos, e influenciam de fato a gestão da educação. Assim como o neoliberalismo e a Terceira Via trouxeram influências do quase-mercado para a administração pública, também a reestruturação produtiva, com seus princípios de flexibilização, trabalho em equipe, compressão espaço-tempo e respostas rápidas e criativas às demandas, influenciaram o setor público. (PERONI, 2012, p. 24).

Sendo assim, a educação, nessa lógica, é conduzida para a adequação do trabalhador às demandas do mercado precário e serviços primários.

Seguindo na temática, Jorge Gerdau, na entrevista concedida a Racy (2010) ao Jornal Estado de S. Paulo, ressalta que a “educação no Brasil ainda não é tratada como problema de gestão técnica” e menciona que o “[c]liente, ou seja, a criança, não é analisado claramente”. Após comparação da criança-aluno a um cliente, na intenção de equiparar a escola a uma empresa, o empresário ressalta como a educação é meio primordial para a qualificação de mão-de-obra para o mercado, usando como exemplo sua empresa, conforme citação abaixo.

Quando comecei a exigir índices de produtividade nas empresas sem sucesso, a cada pressão, meu pessoal me perguntava: ‘Eles só têm o terceiro ano primário. Como é que tu queres o mesmo patamar de produtividade de um operário japonês?’ Aquilo me irritava. Então implantamos um processo de educação maciça no Grupo. O funcionário sai da escola e entra na capacitação profissional. O investimento é de, no mínimo, 70 até 100 horas para cada um. Hoje posso dizer que na Açominas, por exemplo, somente 0,6% de nossos empregados não têm grau escolar médio. (RACY, 2010, arquivo digital).

Quando questionado por Racy (2010) se “não era inaceitável delegar o problema dos maus índices da educação, para iniciativa privada”, Gerdau ressalta que

[s]e este País quiser realmente atingir patamares envolventes, um bom IDH, um lugar no ranking que não seja o 88º, o que devo fazer? Não vou ficar de espectador. Como sociedade, temos que participar do processo. É nessa conscientização que o Todos pela Educação trabalha. Esse movimento nasceu com a preocupação de tentar atingir, mobilizar a sociedade civil sobre a importância da educação. Trabalhamos fortemente nas campanhas educacionais para sensibilizar os pais. Eles têm que acompanhar os filhos na escola. E estamos conseguindo verbas fantásticas. Temos artistas declarando em campanhas que é possível acompanhar o filho na educação. (RACY, 2010, arquivo digital).

Sobre a campanha que o empresário menciona, quando diz que “os artistas estão declarando que é possível acompanhar os filhos na educação”, é evidente que o TPE estabelece uma estreita relação com os meios de comunicação de massa do País; não por acaso têm como um dos principais fundadores e mantenedores as Organizações Globo. Por meio da emissora, o movimento lançou campanha em que artistas gravaram uma vinheta, a qual era transmitida diariamente entre as programações. O objetivo era o de estimular pais e cidadãos a participar da educação de seus filhos e agir “em favor da melhoria do ensino”, a partir do pressuposto da corresponsabilidade.

Importante também observar que o TPE busca envolver a família no acompanhamento da educação, porque observa que na lógica do quase-mercado ela é quem deve definir o que se aprende e como se aprende. Como o TPE se localiza nessa perspectiva, a família deve repartir o bônus e o ônus da educação. Outro movimento importante empreendido pelo TPE é, pois, o de descentrar o eixo pedagógico das Instituições públicas para a família.

Foi lançado ainda no dia 11 de novembro de 2009, a campanha publicitária e articulação político institucional “Eu, Você, Todos pela Educação”, que para o TPE tem o objetivo de:

[estimular e ampliar a participação da família na Educação de seus filhos e teve início com duas ações de comunicação. Os primeiros filmes veiculados diariamente em rede nacional pela TV Globo contavam com os depoimentos de Cláudia Abreu, da apresentadora Ana Maria Braga e da empregada doméstica Cilene Oliveira. Para este primeiro momento ainda serão veiculados, já no primeiro trimestre de 2010, os filmes de Alexandre Borges, Letícia Spiller, Mariana Ximenes, Mauricio Gonçalves, Milton Gonçalves e Thiago Lacerda. A outra ação é com o Clube dos 13. Durante as rodadas do Campeonato Brasileiro, os jogadores dos times de futebol da série A entraram em campo com as faixas da campanha. Em 2010 a mobilização Eu, Você, Todos Pela Educação articulará o tema com as

eleições presidenciais e estaduais. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017, arquivo digital).

Com todo suporte dado pela estratégia de mobilização e comunicação do TPE e suas redes de relações e o poder econômico que o respalda, o que identificamos é um direcionamento ideológico dado pela fala dos empresários, reforçando e legitimando os ideais do movimento.

Na entrevista de Jorge Gerdau a Racy (2010), observa-se um conceito muito discutido na teoria de Análise do discurso, que é o conceito da *heterogeneidade*. Em sua fala encontra-se a presença de outros discursos, neste caso, o discurso do próprio empresário, demonstrando por meio de sua experiência que o que fala é possível. O que quer dizer que em toda enunciação é sempre considerado o lugar de onde é proferido o discurso, a presença do outro, assim como as condições de produção do mesmo. A linguagem assume a forma de prática social, como meio de convencimento e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente. (MANGUENEAU, 1989).

Em ambas as entrevistas, trazem sempre a ideia de que a educação como política pública, pode se espelhar nas concepções de gestão da empresa privada, indicadas com os termos “*metas, resultados, clientes, índices*”. Assim, os discursos idealizam a escola como meio de formação de mão-de-obra, e se apropriando de uma problemática histórica da educação brasileira de desigualdade e de baixos índices de aprendizagem, se apresentam como solução. O TPE é a materialização da desigualdade histórica produzida com o apoio do empresariado brasileiro que sempre entendeu que a educação é gasto e não investimento. Agora, ao que parece, conseguiram capitanear a educação como campo de investimento, envolvido em um discurso bem articulado de metas e resultados, mas que tem pouca probabilidade de ser eficiente.

Por razões muito simples o TPE não chegará aos objetivos pretendidos: a incapacidade de a iniciativa privada atuar no campo da desigualdade, uma vez que a mesma é responsável pela produção das desigualdades; os investimentos na educação básica consomem mais de 2/3 do PIB anual da educação, isso só se sustenta com verba do Estado; o empresariado utilizará as verbas do Estado para a sua própria reprodução no mercado educacional, pois não existe benevolência em assuntos do capital.

Segundo Lima (2017), para a coluna *Radar* da revista *Veja*, a respeito dessa questão, Jorge Gerdau aponta “a educação como o maior entrave para o aumento da

competitividade do país, colocando-a no topo da lista de prioridades para o desenvolvimento das empresas”. Ele menciona que essa afirmação está baseada na pesquisa já concluída intitulada *Mapa Estratégico da indústria 2013-2022*, realizada pela CNI, com 275 líderes empresariais. (LIMA, 2017, arquivo digital).

Esse mesmo assunto aparece ainda em entrevista dada por Priscila Cruz, ao Programa Novos Intérpretes, no dia 17 de setembro de 2014, disponibilizado no canal *Youtube*. O jornalista entrevistador Luzio (2017) apresenta a convidada apresentando os temas que serão abordados e mencionando “que a educação tem sido um dos assuntos mais apontados pelos especialistas por ser um dos maiores gargalos ao desenvolvimento do setor empresarial do país.” (LUZIO, 2017, arquivo digital).

O empresariado, como é possível constatar, utiliza a educação como mote ideológico, ignorando o conjunto das políticas públicas em atuação no País, incluindo as instituições de formação profissional, como se não existisse nenhum projeto sendo realizado ou já instituído. O Brasil possuiu uma rede de formação, como por exemplo, os Institutos Federais de Educação e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), que são os mais complexos e completos da América Latina, com capacidade de formação técnica de nível médio de alto valor formativo, não apenas ao mercado, mas para os níveis superiores. Para os ideólogos do TPE, é como se a educação brasileira não existisse e que fosse preciso construí-la do zero. Usam esse argumento para reforçar suas ações e construir sua estratégia para colocar a educação brasileira a serviço do desenvolvimento da iniciativa privada.

Destacamos que mesmo antes da criação do TPE, os empresários já realizaram intervenções na educação através de suas fundações e ONGs, buscando dar conta da profissionalização de jovens e da alfabetização de adultos, como é o caso de Milu Villela, na *Associação Comunitária Despertar*, que atua na periferia do São Paulo. Numa entrevista ao Jornal Folha de S. Paulo, no dia 13 de maio de 2001, que mais parece uma biografia da empresária, o jornalista Kotscho (2001) descreve o dia-a-dia da voluntária Milu, quem, segundo ele, é “herdeira de banco, porém só trabalha de graça”. No trabalho na periferia a Associação atende a “7.000 pessoas por mês, com cursos de eletricidade, jardinagem, corte e costura, informática, assim como alfabetização e de teatro”. (KOTSCHO, 2001, arquivo digital).

Nesse sentido, foram constituindo as bases necessárias para criação do movimento, através do “trabalho voluntário” tirando o foco dos problemas essenciais e históricos da educação brasileira, como a falta de planejamento e os baixos

investimentos. Importante destacar ainda que a estratégia das ONGs e das OSCIPs, nesse caso, é bastante clara: a de acessar as verbas públicas para a execução de serviços públicos na perspectiva da governança, ou seja, assumindo o lugar do Estado.

Souza (2010) reconhece o tipo de formação e qualificação profissional de curta duração oferecidas por iniciativas como a da associação presidida pela Milu Villela como:

[u]m alimento a esperança ao trabalhador, de se inserirem ao mercado de trabalho, mas o fato é que a maior parte não adquire emprego formal quando procura. O que para ele acaba por gerar um sentimento de resignação diante das dificuldades em conseguir um emprego e de voluntarismo para aceitar e enfrentar de forma criativa sua realidade. O que causaria uma conformação ética e moral a nova dinâmica da precariedade. (SOUZA, 2010, p.137).

Para isso, organizações como o TPE e seus parceiros impõem um novo ritmo à educação básica pela Terceira Via, reforçando a ideia da ascensão social por meio da educação. Propagam sua ideologia apresentando-se como os que conhecem a formação adequada e necessária para elevar os patamares educativos e do desenvolvimento do País. Assim, passam as mensagens de convencimento com as suas bandeiras, metas, atitudes e por meio de seus projetos e aparições midiáticas.

Priscila Cruz (2009), na mesma entrevista mencionada acima, declara a importância do Terceiro Setor e do empresariado, já que, para ela, o aluno deveria ter uma experiência no “voluntariado para desenvolver uma consciência cidadã”. Menciona que nunca antes na “educação brasileira tanta gente se envolveu para melhorá-la”, fala ainda do desenvolvimento de um setor denominado setor 2,5 (dois e meio), que são espécie de “negócios sociais” em que “voluntários” interessados se unem e montam uma empresa para atuação voltada aos interesses sociais.

Uma interessante faceta da Terceira Via é que surgem iniciativas como as declaradas pela Presidente Executiva do Movimento, que se se apresentam como iniciativas novas para o desenvolvimento social, porém não passam de novos ramos de negócios no ramo educacional. De maneiras às vezes veladas, às vezes não, essas iniciativas têm demarcado seu espaço e vêm ganhando o apoio da população, inclusive dos setores do próprio governo. (PERONI, 2012).

O Estado, a gestão pública e, em especial, a educacional materializam-se em um determinado momento histórico com características

específicas e são parte de um movimento histórico maior. Nesse sentido, verificamos que, no Brasil, a concepção de quase-mercado na educação tem sido introduzida principalmente pela interlocução direta dos empresários com os governos, como no movimento Todos pela Educação, ou por parcerias em todos os níveis, desde o nacional até o escolar, como, por exemplo, com o Instituto Ayrton Senna ou o Instituto Unibanco, com o Programa Jovem do Futuro – enfim, inúmeras entidades privadas, que têm o mercado como parâmetro de qualidade e a simpatia da sociedade, por se apresentarem como instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, que querem o “bem” da educação. (PERONI, 2012, p. 26).

Na justificativa de que é preciso formar um novo cidadão para a sociedade, principalmente para enfrentar o novo século é que atua o TPE. Numa ampla articulação de forças privadas vêm dando a tônica sobre quais os patamares e para que finalidade deve servir a educação no Brasil nas últimas duas décadas. Vale lembrar que o TPE é a forma mais bem acabada da destituição dos conceitos de público e privado, pois a partir de sua criação, as questões públicas passam a ser tratadas pela iniciativa privada com aportes orçamentários públicos. Na medida em que controlam centros midiáticos e capacidade de intervenção política, emergem com muita convicção sobre as necessidades do trabalho, apresentando-se como a solução para nova cidadania.

No próximo item vemos de que maneira o setor privado tem se mobilizado e reproduzido esses discursos para legitimar essa “necessidade” de construção de um novo cidadão por meio da educação.

2.4.4 Preparando o cidadão para as mudanças da sociedade

Como parte do pacote de mudanças empreendidas pelo capitalismo no momento de crise nos anos 1970, a reestruturação produtiva surgiu como um modo de produção que se apresenta de forma menos rígida, exigindo um trabalhador flexível, criativo, que pudesse ao mesmo tempo desenvolver várias tarefas e valorizasse o trabalho em equipe. Por isso, podemos identificar como o empresariado tem trazido essas ideias para a educação na fala de Jorge Paulo Lemann, Presidente da Fundação Lemann, que vem funcionando desde 2002. A fundação Lemann exprime como meta “alcançar um Brasil justo e avançado ampliando o potencial de escolha de todos, para assim criar um impacto positivo no mundo.” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2017, arquivo digital). A Fundação tem como objetivo desenvolver e apoiar projetos inovadores em educação, realizando pesquisas para embasar políticas públicas no setor, oferecendo

formação para profissionais da educação e para o aprimoramento de lideranças em diversas áreas.

Para a criação da nova sociabilidade burguesa e alcance do consenso, a classe dominante aposta na redefinição do papel do Estado e incentiva uma cultura da solidariedade, da responsabilidade e do controle social. As bases dessa sociabilidade são o individualismo e a competitividade, ancoradas no incondicional apoio do Estado e na conformidade da sociedade civil.

Na área de educação, Lemann começou com investimentos na empresa *Gera Venture Capital*, que desde sua criação, em 2010, atua como um fundo em educação que inovou na área de investimentos educacionais com a aquisição da *Holding Eleva Educação*, composta por 4 escolas que atendem mais de 30 mil alunos. O grupo buscou em 2017 a criação de uma escola própria, a Escola Eleva, que começou suas ações localizada no prédio antigo da Casa Daros²⁵ em Botafogo, no Rio de Janeiro. Começou as atividades no mês de fevereiro de 2017, com 370 alunos oriundos de colégios tradicionais e com currículo e proposta educacional moldados pela equipe da Gera que passaram por um rigoroso processo seletivo.

A relação educação e ações no mercado trata-se de uma das chaves de atuação do TPE. O investimento em escolas específicas para poucos estudantes, mas com rigorosa seleção significa o investimento em futuros intelectuais que venham a atuar no processo e reprodução do sistema empresarial. Por isso, de um lado temos o campo econômico sendo dinamizado por meio de verbas públicas e por outro lado o processo de formação sendo conduzido pelo empresariado buscando a formação de um profissional com novo ideário: o empreendedor, individual, ativo.

Em pesquisa recente, encontrada no relatório da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2016), o Brasil aparece como uma das nações mais empreendedoras do G20²⁶ e do BRICs²⁷.

²⁵ A instituição foi criada para divulgar o acervo da Coleção Daros Latinamerica, é sediada em Zurique, na Suíça, e possui um casarão em Botafogo no Rio de Janeiro.

²⁶ G20: Grupo dos 20 (vinte) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 (dezenove) maiores economias do mundo mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990.

²⁷ O grupo Bric é uma abreviatura das iniciais Brasil, Rússia, Índia e China, que inicialmente formavam o Bric, em 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla Bric para formar o Brics, após a admissão da África do Sul, juntos formam um grupo político de cooperação que buscam se legitimar como potência econômica na cena mundial.

Taxas de empreendedorismo Inicial (TEA) para os países classificados segundo as características de suas economias: impulsionadas por fatores, eficiência ou inovação. O Brasil em 2015 havia assumido o oitavo lugar (21%) no ranking de 31 países com o desenvolvimento econômico impulsionado pela eficiência, posição mantida em 2016, mesmo com o resultado de 19,6%. Tal percentagem representa 26 milhões de brasileiros envolvidos com uma atividade empreendedora há menos de 42 meses, tomando por base os dados das projeções da população brasileira estabelecida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2015). (GEM, 2016, p. 23).

Portanto, o discurso dos membros do TPE desconsidera a condição real de iniciativa e capacidade de criar da população brasileira, que só não faz mais por falta de condições de investimentos. Mas exatamente nessa potencialidade se localiza o eixo do TPE: captar as verbas para que não mais o Estado, senão o empresariado conduza o processo empreendedor e educacional.

O projeto da escola Eleva é encabeçado por Jorge Lemann, e de acordo com entrevista do dia 18 de fevereiro de 2017 à Revista GQ Brasil, ligada à empresa Globo, o Diretor Executivo da Eleva, Duda Falcão, explica que o empresário não aparece apenas como investidor, relatando que o seu contato com o empresário é constante e que a negociação do local onde funcionaria a escola foi intermediada por ele. Desde a criação do *Gera Venture Capital*, a relação de ambos se tornou muito forte. Para Duda, “[d]esde o início, o objetivo foi dar retorno aos investidores e impactar de forma positiva a educação no Brasil. Só investimos em educação. E o Jorge Paulo participou desde o começo” (MANECHINI, 2017, arquivo digital).

O empresário Jorge Lemann, portanto, comunga com a noção neoliberal de que a educação, por meio da escola, é a única responsável por resolver os problemas de desigualdade. Mecanismos de avaliação, metas, índices, testes são a melhor forma de se obter a qualidade educacional, como relata ao jornalista Teixeira (2017), em entrevista à versão online da Revista Forbes, no ano de 2016. A mesma explica também como começou o seu interesse em investir na política de educação.

Até pouco tempo antes de existir a Fundação Lemann, eu acreditava que, cumprindo bem minha vocação de empresário, estaria devolvendo ao país as oportunidades que ele me proporcionou. Mas cheguei à conclusão de que poderia tentar fazer algo além da esfera empresarial. A Fundação Lemann é o veículo que está tentando fazer mais, devolver mais para a sociedade. E, ainda que sua atuação seja uma gota no mar de todas as necessidades existentes, espero que seja uma gota efetiva. Para isso, buscamos ir além das melhorias pontuais ou incrementais. Acredito que melhorar o nível educacional brasileiro

é, portanto, essencial para diminuir as desigualdades sociais e ajudará o país a se tornar mais competitivo em médio e longos prazos. (TEIXEIRA, 2017, arquivo digital).

Na tentativa de alavancar o seu empreendimento, empresários como Lemann passam a exigir da esfera pública que também se enquadre nos ditames da gestão privada. Para Peroni (2012),

[h]istoricamente, o mercado foi o padrão para o público. Os princípios da administração científica de Taylor tinham o objetivo de acelerar o processo produtivo, produzindo mais em menos tempo e com qualidade, por meio, entre outros, da divisão do trabalho; da especialização; do controle pela gerência; da padronização, com aplicação de métodos científicos para obter a uniformidade e reduzir custos; e de incentivos salariais e prêmios por produtividade. É o que vemos hoje com os “métodos replicáveis” de apostilas no ensino superior ou na venda de sistemas de ensino, ou em parcerias que vendem um pacote pronto. Assim, verificamos que muitos dos elementos propostos por Taylor estão bem presentes nas propostas atuais de gestão de mercado para o público, apesar de o discurso ser de modernização na gestão. (p. 24).

A trajetória de Lemann na política educacional começou justamente na possibilidade de obter lucros na área, com investimentos na criação de escolas, elaboração de materiais para serem comercializados na rede pública, assim como assessoria e consultoria para a formação e capacitação de professores, que também se configura como o pilar de atuação do Movimento TPE. Contudo, o empresário ainda declara ter a intenção de mudar os rumos do País nos próximos anos, formando um Presidente que seja originado da escola que ele idealizou, ou seja, que tenha sido criado por ele. Para isso, o empresário investe ainda na concessão de bolsas a jovens que considera ter grande potencial empreendedor, através da *Fundação Estudar*, a qual existe há mais de 26 anos.

A adesão ao TPE foi justamente para que a fundação ganhasse mais força na atuação no mercado educacional. De acordo com Martins (2009),

[p]ara cada esfera da sociedade, teve uma maneira de adequação ao movimento, a esfera pública – representada por estados e municípios – vislumbrou na adesão ao TPE uma possibilidade de estabelecer parcerias com empresários, de modo a atuarem de forma conjunta. Já a ampliação da adesão de setores ligados a grupos empresariais teve como objetivo a elevação da produtividade, estabelecendo uma relação direta entre investimento em educação e desenvolvimento econômico. (p. 108).

Nessa mesma linha a representante da Fundação Ayrton Senna, uma das maiores influenciadoras da educação atual, Viviane Senna, em entrevista ao Jornal Terra, no dia 5 de junho de 2015, declara para Costas (2017) que o “País tem de começar a atender as demandas do século 21”, que se por um lado o Brasil avançou em ciência e tecnologia, as escolas continuam no século 19. Para isso, Viviane Senna, por meio de projetos de sua fundação, tem apostado em métodos de ensino que buscam desenvolver nos alunos novas “habilidades e competências”. Para ela,

[n]a área de neurociência, por exemplo, estamos avançando no conhecimento das chamadas funções executivas, ligadas ao córtex pré-frontal. Algo que se descobriu recentemente, e que tem sido confirmado por pesquisas na área de psicologia e economia, é que as capacidades de você autorregular seu comportamento, estabelecer metas e ser persistente na busca dessas metas, ter disciplina e responsabilidade têm um impacto imenso na aprendizagem escolar e na sua trajetória pessoal e profissional. (COSTAS, 2017, arquivo digital).

Com isso, ela complementa dizendo que “Desenvolver habilidades como flexibilidade, persistência e criatividade devem ser metas de ensino, como a aquisição de determinados conhecimentos de português e matemática” e que “[e]ssas habilidades socioemocionais são cruciais para que as pessoas e países possam prosperar.” (COSTAS, 2017, arquivo digital). Viviane ainda aposta na ideia de que tais habilidades podem trazer o sucesso pessoal, reforçando o ideal da meritocracia, tal como fica claro neste trecho da entrevista:

[u]ma criança disciplinada, perseverante e focada aprende. E as pesquisas mostram que pode ter tanto ou mais sucesso na escola e fora dela do que uma criança considerada muito inteligente, com QI alto. Não adianta ser um Einstein em potencial. Então algo que precisamos pensar seriamente é como desenvolver essas qualidades. Outra coisa interessante que as pesquisas têm mostrado é que as habilidades socioemocionais podem ter um impacto maior que o nível socioeconômico de uma criança em seu desempenho escolar. (BBC BRASIL, 2015, arquivo digital).

Com essa fala de reforço ao empenho pessoal e, sobretudo, nos fatores psicológicos parece ser a saída para os problemas da educação e da formação de empreendedores. Mas é necessário se perguntar se os fatores psicológicos estão destacados das condições da existência do indivíduo. Porque, a depender da resposta a

esta pergunta, iremos, como o fez Viviane Senna, trilhar o campo da meritocracia, que se sustenta no esforço individual como mecanismo para o sucesso pessoal. Não por acaso, a ideia de habilidades e competência ganha força como estratégia de aprendizagem, pois ela é alocada na responsabilização individual, sem qualquer indicação das questões coletivas e estruturais que possam envolver. Nos ajuda nesta reflexão, acompanhando nossa linha crítica, Peroni (2012), quando esse diz:

[o] individualismo é uma posição comum ao neoliberalismo e à Terceira Via. Para esta, cada indivíduo é responsável por abrir o seu caminho, e as transformações ocorrerão na esfera pessoal, e não societária – mesma concepção da teoria do capital humano, que reforça o individualismo e a meritocracia. (p. 24).

Podemos constatar que a parcela empresarial está interessada, sobretudo, no desenvolvimento econômico, e como bem nos fala Souza (2010),

[a] nova cultura empresarial tem buscado construir na classe trabalhadora talvez a mais importante das competências no atual estágio do desenvolvimento do capital: a capacidade para assimilar e aceitar de forma positiva as mudanças que se impõem ao trabalhador no contexto do trabalho e da produção. De modo geral, essas são as competências necessárias a conformação psicofísica do trabalhador aos novos métodos e processos de trabalho e de produção que se consubstanciam na captura da subjetividade operária em nome de uma nova dinâmica de subsunção real do trabalho ao capital. (p. 134).

O processo empreendido pelo TPE na educação tem se apresentado de forma multifundacional, trazendo à cena uma forma de se pensar a política pública, baseada na corresponsabilidade, na atuação do Terceiro Setor, e disseminando uma cultura de competição, de sucesso individual e meritocracia, próprios ao funcionamento da empresa privada orientada pela política neoliberal. Desse modo, além do fator de desenvolvimento econômico, o que essas fundações e empresas procuram é a difusão ideológica de que para se incorporar na sociedade moderna é necessário acreditar no sucesso do capitalismo e, portanto, introduzir em todos os ramos da vida social o que determina o mercado. Porém, para isso é necessário um Estado que seja mínimo para os direitos sociais e máximo para as forças privadas.

CAPÍTULO III

A INCIDÊNCIA DO TODOS PELA EDUCAÇÃO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS E O ESTADO COMO ARTICULADOR

Neste capítulo procuramos demonstrar como tem se dado o processo de implementação das reformas educacionais na atualidade, como a reformulação do Ensino Médio e a construção e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ambas concluídas em 2017. Buscamos principalmente desenhar em que bases elas foram se constituindo ao longo da história, considerando que o Movimento Todos Pela Educação tem agido no sentido de subsidiá-las e apoiá-las juntamente ao governo. Para os neoliberais e para o TPE a educação brasileira enfrenta uma crise que se concentra na forma de aprender e que só será sanada com a ajuda dessas reformas. Nesse sentido, abordamos em que rumo se caminhará o impacto das reformas, assim como a relação de afinidade do TPE com as pautas governamentais para educação e o que vem causando o acirramento das desigualdades, o aprofundamento da privatização e o entrave do acesso público à educação.

Abordaremos ainda como o Estado, ancorado nas amarras do capitalismo contemporâneo, vem agindo para incentivar a agenda do capital para educação, reforçando seus ideais e articulando medidas que trazem sua legitimidade. Por fim, identificamos como este movimento de relação mútua entre Estado e capital tem preparado o campo fértil para a atuação ideológica do TPE, articulando reformas, vendendo soluções e legitimando na sociedade a busca cada vez mais efetiva por uma educação que valorize a cultura de mercado, de preparação técnica para o trabalho, competitividade por resultados, e que isso seja realizado no menor tempo e com o menor esforço possível.

3.1 O argumento da “Crise” da educação revestido de crise da aprendizagem e o modelo de competências como solução

Principalmente a partir da Constituição Federativa de 1988, com o estabelecimento do direito universal à educação, a escola passa a receber alunos de diversos seguimentos, fazendo com que a crítica à política de educação cresça entre aqueles que a formulam e a projetam. Com isso, neste momento da história, também

influenciado pelas ideias neoliberais reforçadas no País a partir dos anos 1990, criam-se um conjunto de reformas para se resolver o que para esses reformuladores se chama de “crise da escola”. Para isso, o déficit do currículo seria o primeiro entrave que deveria ser resolvido, visto que para eles era o que causava esta crise na educação, desse modo, reformas foram pensadas e implementadas ao longo dos anos em diversas áreas, como na formação do professor, reorganização de ciclos e séries, reformulação de materiais didáticos. (ROSA, 2015).

Para os neoliberais, era necessário que a educação preparasse um novo tipo de trabalhador; aquele que seria adequado às novas exigências do capital, que fosse flexível e polivalente, que resolvesse os problemas com mais destreza e criatividade, mas que ao mesmo tempo não questionasse o modelo de produção, mais que isso, que fosse compreensivo e se aceitasse como parte do sistema. Portanto, teve-se na educação um meio de propagar e formar esse novo trabalhador. Advindo do modelo neoliberal, o que se buscou implementar na educação foi um modelo de ensino que respondesse as exigências do mercado por competitividade, individualismo e meritocracia.

Dessa forma, as reformas educacionais empreendidas a partir de 1990 buscavam criar um modelo baseado em competências. A educação na transformação das relações de trabalho, empreendida pela mundialização do capital, ocupa espaço para a criação de capital humano, o que consiste na tese de que a educação é responsável pela empregabilidade e renda²⁸. Sobre essas reformulações do capital e da educação, Lopes e Zaremba (2013) ressaltam aspectos da tese do capital humano que reverberam para as reformas educacionais.

No contexto dessas transformações, estudos sociológicos e pedagógicos recuperam o debate sobre a educação, ao mesmo tempo em que se testemunha a emergência da **noção de competência** atendendo a diversos propósitos: reordenar conceitualmente e epistemologicamente a compreensão da relação trabalho/educação, desvirtuando o espaço das ocupações/empregos e institucionalizar novas formas de educar/ formar os trabalhadores e submetê-los internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novas identidades profissionais. (p. 286, grifo nosso).

Ademais, com a noção de pedagogia das competências e o discurso da crise da educação, propaga-se a ideia de que a educação é a única a ser capaz de recuperar o

²⁸ Um importante debate sobre as teses do capital humano ocorreu no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Gaudêncio Frigotto inaugura essas discussões com o lançamento, em 1987 da obra *A Produtividade da Escola Improdutiva*.

potencial de competitividade no cenário econômico internacional. Freitas (2012) relata através das ideias de Taubman que a pedagogia das competências e a necessidade de reformar a educação pelos empresários americanos foi sustentada em ciências como a psicologia behaviorista, as ciências da informação, e a neurociência. Para ele, essas áreas de conhecimento buscam criar uma cultura de auditoria, que seria a base para a construção de uma subordinação das noções de qualidade educacional pelas noções da administração eficiente, na qual o controle dos processos seria a melhor solução.

O que ocorre ainda é que busca-se empreender, de acordo com Netto (1996), uma psicologização das relações sociais, que nada mais é do que trazer para o âmbito privado o enfrentamento da “questão social”. Portanto, ela se origina das condições de exploração e subordinação do trabalho, que, conseqüentemente, geram, por exemplo, a pobreza, miséria, desemprego, violência, entre outras.

Através da psicologização, se buscaria, de acordo com Netto (1996), transformá-la em problema social, como se os mesmos fossem originados por dilemas mentais e morais. Ou seja, para que houvesse modificação no âmbito público seria necessário haver uma mudança de comportamento individual, com necessidade de redefinição de suas características individuais. Assim, com a dificuldade em enfrentar as refrações da questão social via serviços públicos, tem-se a criação de mecanismos que visam a “indução comportamental num exercício que se constitui uma verdadeira pedagogia psicossocial, voltada a sincronizar os impulsos individuais e os papéis sociais”. (NETTO, 1996, p. 38).

Com a justificativa de que através da mudança do comportamento individual e, sobretudo, da premiação de tais mudanças, se mudaria os rumos da educação e a sua qualidade, os reformadores brasileiros, influenciados pelos americanos, reforçaram a possibilidade de os empresários adentrarem o campo educacional com suas teorias de gestão e tecnologia, que buscam a mecanização dos processos educacionais, assim como acontece no âmbito da produção. Com isso, Freitas (2012) baseado na ideia de pedagogia tecnicista de Saviani (1986) esclarece o que segue.

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “*standards*”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas

concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo”. Este neotecnicismo se estrutura em torno a três grandes categorias: *responsabilização*, *meritocracia* e *privatização*. No centro está a ideia do controle dos processos, para garantir certos resultados definidos *a priori* como “*standards*”, medidos em testes padronizados. (FREITAS, 2012, p. 383, grifos do autor).

Essas medidas são reflexo das mudanças que se fizeram necessárias ao capitalismo, para se estabelecer diante da crise dos anos 1970, porém, vale ressaltar que a crise do capitalismo é uma crise estrutural, sendo que faz parte do sistema “estar” em crise, o que demonstra a sua necessidade em manter todos os serviços, até mesmo os que não fazem parte da produção, sob seu domínio. Nesse sentido, busca-se alcançar maior capacidade ideológica de manutenção e legitimação do sistema. No entanto, da mesma forma, que consegue se estabelecer enquanto sistema e garantir suas taxas de lucro e riqueza, o capital faz elevar os níveis de pobreza, miséria e violência em todo o mundo. Situações promovidas e ocasionadas por cada momento de transformação nas relações de trabalho, de desregulamentação dos mercados e primordialmente pela concorrência internacional para a dominação e monopolização da economia mundial, pelas grandes potências econômicas.

Sobre as reformas empreendidas pelos governos e empresários na educação, ressalta-se que elas têm sido organizadas de forma pontual, se atendo às dificuldades focalizadas, como currículo, aprendizagem, comportamento individual e não tratando das determinações gerais do sistema macrosocial.

Caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admitidas apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*. (MÉSZÁROS, 2005, p. 26, grifos do autor).

Portanto, a mundialização do capital traz consigo a liberdade de o capital atuar em diversas áreas e de forma planetária, realizando seus ajustes e intervenções além da esfera produtiva. As reformulações promovidas na legislação educacional a partir da LDB de 1996 são resultantes da atuação neoliberal nesse campo, empreendendo medidas de reformulação de objetivos, flexibilização do currículo e apelo ao desenvolvimento das habilidades cognitivas e comportamentais, no sentido de responder a demandas impostas pela reestruturação produtiva dessa fase do capitalismo. No entanto, tais medidas de reformulações também têm suas bases na necessidade que foi imposta ao País, de a educação ser ofertada a todos, e por isso também ser responsabilidade de todos. A educação deveria fincar suas bases na descentralização e maior autonomia aos municípios, a partir do momento que, ao menos no âmbito textual da CF de 1988, estariam garantidos recursos financeiros para sua manutenção.

Com a Constituição de 1988, como ocorreu uma elevação no status político e econômico do município, aumentou-se quantitativamente o número de municipalidades e qualitativamente o de responsabilidades e deveres desse, agora, ente federado. Essa situação desencadeou a eclosão de diversas redes municipais que, em colaboração com as outras redes já existentes, se muniram de mecanismos de financiamento muito importantes: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB). (ROSA, 2015, p. 17).

Com a criação dessas novas formas de financiamento, a busca por alunos aumentou significativamente, já que era contabilizado para o recebimento do recurso, o que ocasionou nesse momento quase que uma universalização do acesso ao ensino fundamental no País. Com isso, passou-se a observar que, além do aumento do acesso às vagas, o que deveria ser realizado para o aumento da qualidade da educação deveria ser voltado principalmente ao novo aluno que a escola passava a receber, portanto, a culpabilização pela “queda” da qualidade seria de âmbito pessoal e não estrutural.

O novo aluno era responsabilizado, pois advinha de classes sociais não escolarizadas, colocando nessa conta o seu *déficit* de aprendizagem. Desde então o principal motivo para que a escola não funcione, ou não seja de qualidade, é que o seu currículo não está de acordo para a aprendizagem dos alunos e que, acima de tudo, os alunos não estão aptos a esse currículo, pois não apresentam desempenho pessoal

suficiente. Neste seguimento, a base da proposta é responsabilizar o aluno pela sua não aprendizagem.

A meritocracia é uma categoria, portanto, que perpassa a responsabilização. Ela está na base da proposta política liberal: igualdade de oportunidades e não de resultados. Para ela, dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas e o esforço pessoal, é o mérito de cada um. Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados. (FREITAS, 2012, p. 383).

A lógica da sociedade de consumo faz com que uma educação que não forme o sujeito para ocupar uma vaga de emprego e para buscar ascensão econômica, que vise acumulação de riqueza e aquisição de mercadorias, não é suficiente e qualificada. Portanto, com esse papel fundamental da educação para o desenvolvimento econômico, a “sociedade do conhecimento” ganha expressividade, já que é urgente a adaptação do cidadão às exigências globalizantes, tecnológicas e informacionais.

Essas exigências se expressam na necessidade que os reformadores têm em defender a modificação do currículo escolar, para que ele se adeque às exigências acima. Porém, Rosa (2015) aponta que diversos foram os fatores que contribuíram para que a educação fundamental tivesse problemas na sua implementação. Entre esses fatores, estão a formação inicial deficitária dos professores, com problemas de salário e plano de carreira, somado a problemas de estrutura física das escolas, como falta de água tratada, esgoto sanitário, energia elétrica, internet, biblioteca, quadra de esportes e laboratório de ciências.

Dessa maneira, apostar na debilidade do currículo é montar um arsenal ideológico, sobre a ideia de que a crise da educação é uma crise da aprendizagem e não de fatores externos. Nessa linha de responsabilização, o que ocorre segundo Freitas (2012) é uma “corrida para o centro” à medida que afeta os alunos de maior e menor desempenho, já que o professor, nessa lógica, passa a focar nos alunos que se apresentam dentro da média, ou de um padrão de desempenho que podem demonstrar uma chance de alcançar melhores resultados nos testes e premiações. (FREITAS, 2012, p. 385).

Com essa justificativa, desde o final dos anos 1980, a agenda privatizante vem implementando na educação seus ideais de reformas, que, na realidade, só tendem

a adequar a política educacional aos seus preceitos e garantir “soluções formais e não essenciais”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Neste sentido, na atualidade os reformadores empresariais, representados no Brasil pelo TPE e apoiados pelo governo, tem apostado ainda na reformulação do currículo, como forma de resolver os problemas da qualidade em educação. Para isso, lançam mão das mesmas justificativas utilizadas há trinta anos, mas concretizadas em reformas atuais do ensino médio, instituída pela lei nº 13.415/2017, e da aprovação da Base Nacional Comum Curricular, em dezembro de 2017. Ambas as reformas foram alvos de debate e mobilização social, apesar de terem sido ouvidos apenas alguns setores estratégicos da sociedade, como é o caso do movimento Todos pela Educação, que teve expressiva participação. Com isso, trataremos no item posterior sobre como se deu esse processo de influência e participação do TPE na discussão e implementação das referidas reformas.

3.2 O TPE e as reformas empreendidas como solução para a “crise” da educação atual: a BNCC e a reforma do Ensino Médio

Essas duas pautas trouxeram um amplo debate dos setores envolvidos com a questão educacional, principalmente por alguns setores terem levantado argumentos contrários à sua implementação. Diversas foram as questões apresentadas pelos setores que defendiam e os que eram contra as reformas. O movimento Todos pela Educação, através de seus membros e fundações, tiveram participações efetivas no curso das duas reformas, seja através da apologia por meio de seus canais de comunicação e divulgação, seja através das defesas apresentadas em reuniões e congressos que debateram os temas.

As bases para o estabelecimento dessas iniciativas foram fincadas ou estabelecidas, como já mencionado, desde a CF de 1988 e a LDB de 1996, montando, desde então, um cenário propício para que o discurso sobre a urgência dessas reformas fosse propagado pelos setores favoráveis a elas. A partir do Plano Nacional de Educação (2014-2024) começaram os sinais para uma possível mudança nos currículos, assim como na organização do ensino médio.

3.2.1 A BNCC e a normatização do currículo

Segundo o documento relata, a BNCC foi construída após se ouvir diversos setores da sociedade, inclusive tendo feito audiências públicas em cinco regiões do País. Para o Ministro da Educação, Mendonça Filho, que ocupou o cargo desde maio de 2016, mencionou na apresentação do documento, que

[a] BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá. (BRASIL, 2017a, p. 5).

Nesse sentido, o debate girou em torno da ideia de que a Base viria para normatizar o currículo e estabelecer os parâmetros, a serem seguidos por todos os níveis de ensino e por todas as regiões do país, sem que houvesse uma interface com as especificidades de cada realidade escolar e cada realidade local. Assim, não deveria ser a única referência para a escola, do mesmo modo, deveria ser aberto espaço de fato para uma escuta dos professores, estudantes e comunidade.

A restrita participação da sociedade civil e a abertura dos canais de comunicação de modo restrito para o debate, fez com que o Governo pudesse mascarar a sua decisão e divulgar a população como se tivesse sido uma Base coletiva, pensada por todos. É necessário dizer que o currículo também não é neutro, tendo em vista que expressa, dentro de uma sociedade marcada pelo modo capitalista, a correlação de forças e as relações de poder que se enfrentam na cena política, econômica e social. Isso demonstra que o discurso de que o documento foi elaborado e pensado pelo conjunto da sociedade, não passou de uma estratégia dos governantes e da classe empresarial para manter sua hegemonia na educação.

Como nos diz Gramsci (2015, p. 62), “a supremacia de um grupo social não se determina apenas pelo domínio, mas também como direção intelectual e moral”. Com a construção da BNCC, o grupo social dominante utilizou muito mais as ferramentas ideológicas, para exercer seu domínio, do que efetivamente o uso de força.

Com essa perspectiva, grupos que não compartilhavam a realidade da escola e nem ao menos a realidade educacional, são convidados a opinar e construir um importante documento para a política educacional. Enquanto professores, alunos,

diretores e pais fazem suas críticas, constroem soluções que são deixadas de lado na hora da elaboração do documento.

Dessa maneira, a nova forma de privatização, a qual passa por dentro do espaço escolar público, tem ganhado cada dia mais espaço. Essa estratégia não deseja vender o espaço físico das escolas públicas, mas busca pensar as práticas escolares, participando de seminários, elaborando documentos, materiais didáticos e oferecendo formação continuada aos docentes, dentre outros. Ou seja, a disputa se dá por dentro da formatação da política e impõe padrões curriculares questionáveis diante das necessidades reais da escola pública brasileira.

O discurso no texto da BNCC apresenta a “preocupação” dos governantes em ofertar uma educação com formação humana, que vise a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017a, p.6).

Podemos observar que o documento traz um texto que tenta mostrar comprometimento com a educação de formação crítica, que utilize o espaço escolar para difusão de novas formas de estabelecer relações sociais. Porém, seguindo o texto, o documento apresenta os princípios “éticos, políticos e estéticos que visem a formação humana integral”, articulados ao cumprimento das competências. O termo competências tem origem nos conceitos gerenciais, vindos do campo da psicologia para organização do trabalho nas empresas, cuja centralidade é a separação entre a concepção e a ação, ou seja, entre os aspectos formativos dos epistêmicos. No texto da BNCC:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências** gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno

exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017a, p.8, grifos do autor).

Fica clara a opção do documento em valorizar as dimensões de âmbito individual do sujeito, como o de desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais, psicologizando os fatos sociais, ligando-os principalmente a inserção ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania. Ressaltamos que o alcance da cidadania também é tratado pelo TPE no documento *Todos pela Educação: rumo a 2022* como responsabilidade dos pais, visto que eles seriam os maiores interessados em exigir uma educação de qualidade.

Para Shiroma, Garcia e Campos (2011), trata-se de uma problemática, pois o documento iguala os pais das escolas públicas aos da rede privada, que reclamam e exigem seus direitos. Para as autoras, o que está implícito nessa comparação é, na realidade, uma visão conservadora, “alegando que educação vem de berço, que os pais são corresponsáveis pela qualidade da educação e que a culpa pelo fracasso deve ser compartilhada pela família e escola, reforçando a ideia de “gestão participativa””. (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 238). Na prática acontece apenas a divisão das responsabilidades e a naturalização da ideia de que o Estado está cumprindo com sua parte.

O Texto da BNCC ainda fortalece o uso do termo competência e reforça a pedagogia voltada aos resultados e à valorização das avaliações de larga escala. Sendo assim, o ideal de formação humana do documento demonstra sua interrelação com os ideais do capital, pois expressa sua ligação com o trabalho voltado à criação de valores vinculados ao mercado. Portanto, é necessário explicitar que Tonet (2006) entende a formação humana a partir dos referenciais marxistas, uma vez que, para ele

[c]oube a Marx e a outros pensadores que desenvolveram suas ideias, lançar os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de formação humana. E o fundamento dessa concepção radicalmente nova encontra-se exatamente na apreensão correta da articulação entre espírito e matéria, entre objetividade e subjetividade, entre interioridade e exterioridade no ser social. Tomando como ponto de partida o trabalho entendido como o ato ontológico-primário do ser social, Marx ressalta que este não se define pela espiritualidade, mas pela práxis. Na realidade ele mostra que entre interioridade e exterioridade não há uma relação de exclusão, nem de soma, mas uma relação de determinação recíproca. Desta determinação recíproca é que resulta a realidade social. (TONET, 2006, p. 2).

Nessa perspectiva de pensamento, o termo “integral” é entendido por Tonet (2006) nos moldes da sociedade capitalista como a “transformação do ser humano em mercadoria, para estar apto a atender as demandas do mercado de trabalho” visto que, o “caráter de mercadoria da força de trabalho é dado como natural”. (p. 4). E ainda complementa que esta formação integral é uma “impossibilidade absoluta numa sociedade regida pelo capital”, e que para que ela seja real “deveria ser constituída sob uma autêntica comunidade humana”, e, para isso, seria “necessário a supressão do capital”. (TONET, 2006).

A BNCC mobiliza termos como “Formação Humana, Integral, Equidade, Igualdade, Justiça, Democracia, Ética” (BRASIL, 2017, p. 9), empregados a partir da apropriação de conceitos da tradição crítica preocupada de fato com a transformação do quadro social. Porém, ganham sentidos completamente diversos no conjunto do texto para ganhar legitimidade da sociedade, que os interpretam como representação de seus anseios e demandas. Por isso, esse discurso, sem uma real mobilização e questionamento das contradições sociais, contribuem para o enraizamento das determinações das desigualdades e injustiças sociais. Em conjunto a isso, o texto emprega ainda termos que foram criados para atender a nova fase do capital, utilizados na iniciativa privada, como por exemplo, “Competências, Habilidades, Flexibilidade, Cooperação, Avaliações”. (BRASIL, 2017, p. 10).

Outro ponto importante da BNCC é que o documento incentiva a participação da sociedade civil, conforme solicita o Movimento TPE, como um compromisso com as pautas educacionais, porém para isso:

A mobilização não pede que as pessoas rompam seu cotidiano familiar e profissional para se dedicar a uma determinada causa. Cada um faz o que pode em seu meio, dentro de suas condições e possibilidades de maneira contínua, sem arroubos. A mobilização é coisa do dia a dia, como feijão com arroz. Mobilizar é correr uma maratona - devagar e sempre - não uma corrida de cem metros rasos em disparada. Segundo Bernardo Toro, a mobilização envolve as pessoas nos níveis da razão, do sentimento e das emoções. Essas três dimensões devem expressar-se na construção de um *imaginário social coletivo*, capaz de mexer com a consciência e os sentimentos do ser humano, levando-o à ação. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 6, grifos do autor).

O ideal de mobilização defendido pelo TPE e BNCC é algo restrito ao ambiente privado e mais uma vez apela para o âmbito das emoções, dos sentimentos. Esse é um fator determinante para o entendimento da afinidade do documento da BNCC

com as pautas defendidas pelo TPE. Para a BNCC, assim como para o TPE, o processo de mobilização deve ser realizado através do desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais, resguardadas as características individuais. Assim, o processo de aprendizagem baseado no desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais foi uma tendência trazida principalmente pelo terceiro setor, através do Instituto Ayrton Senna. Esse Instituto, juntamente com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Gestão 2010-2014), buscou desenvolver uma metodologia de medição das competências socioemocionais com alunos a partir do 5º ano. (SMOLKA et al., 2015).

O Relatório intitulado: *Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: Uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas*, de autoria de Daniel Santos e Ricardo Primi (2014), apresenta os resultados preliminares do projeto piloto acima mencionado, discorrendo sobre as pesquisas científicas e as evidências empíricas que o sustentam, e fazendo referência a um “[...] amplo conjunto de instrumentos psicométricos consagrados na literatura internacional [...]”. (SANTOS; PRIMI, 2014, p. 12) Os autores esclarecem que o primeiro grande objetivo do Projeto foi construir um instrumento ao mesmo tempo “economicamente viável para aplicação em larga escala” e “cientificamente robusto para subsidiar pesquisas acadêmicas na área”. (SMOLKA et al, 2015, p. 221, grifos do autor).

Nesse relatório, uma das evidências científicas encontradas pelos autores para justificar sua forma de avaliar e ensinar é buscada na psicologia behaviorista e se resumiria em cinco fatores: Abertura a Novas Experiências, Extroversão, Amabilidade, Conscienciosidade e Estabilidade Emocional. Observa-se que os cinco fatores são provenientes do campo socioemocional, que não contemplam as questões do campo socioeconômico ou sociopolítico como critérios de ensino e de avaliação. A BNCC busca articular uma proposta de uma educação que focaliza o indivíduo, e, para tanto, desconsidera a totalidade e as contradições que ela está inserida, que resultam na própria debilidade da política educacional.

As políticas sociais, os direitos sociais, políticos e trabalhistas, são expressões da organização e luta histórica da sociedade. Porém, elas apenas minimizam os dilemas sociais, pois estes são intrínsecos ao funcionamento do capital, e as crises deste sistema são naturais ao seu desenvolvimento, produzidas pelas contradições necessárias para sua manutenção. No mesmo caminho da BNCC, a reforma do ensino

médio será abordada na sequência, demonstrando a articulação das propostas desenvolvidas e defendidas pelos reformadores empresariais para a política educacional, com vistas a fornecer subsídios necessários ao domínio ideológico e econômico do capital.

3.2.2 A Reforma do Ensino Médio e a prerrogativa para a tecnicização do ensino

Assim como a BNCC, outra pauta que levantou um amplo debate social foi a proposta de reformulação do ensino médio, que foi aprovada a partir da lei nº 13.415/2017, a qual subdividiu os campos formativos em: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. Estes conteúdos são de caráter obrigatório e serão implementados em forma de percursos em tempo integral progressivamente. A determinação do que seria trabalhado em cada disciplina, fora desses campos formativos, seria definido pela BNCC que ainda não foi aprovada para o ensino médio.

Para entendermos as bases sob as quais se constituiu a reforma, é necessário compreender que a história do ensino médio no Brasil remonta o período colonial, com o ensino Jesuítico, quando seu objetivo inicial foi o de fornecer formação aos jovens da elite para ingressarem em cursos superiores. Houve mudanças mais reais nesse ciclo de ensino a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, por meio da Reforma de Francisco Campos (1931), com o Decreto nº 19.890/1931, que estabeleceu o aumento de anos e também a divisão em ciclos, assim como frequência obrigatória. (RAMOS; HEINSFELD, 2017).

Em 1942 houve o Decreto-lei nº 4.244, conduzido por Gustavo Capanema, que organizava o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos e duas opções de cursos: o clássico e o científico. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961, e da Lei nº 5.692/1971, o ensino secundário passa a denominar-se segundo grau. O ensino profissionalizante passa a ser intrínseco a ele, não distinguindo mais a preparação para o ensino superior e a formação técnica, o que só se intensificou com a ditadura militar. Com a LDB de 1996, o ensino médio passa a ser responsabilidade dos Estados e privilegia a dimensão formativa, se sobrepondo às divisões anteriores, quais sejam: de

formar para a educação superior ou formar para o mercado de trabalho. (RAMOS; HEINSFELD, 2017).

Diante do cenário exposto, fecundou-se um campo fértil para que culminasse na tentativa dos governos atuais em reformular o ensino médio ou retroceder ao momento em que ele era basicamente preparação técnica e instrumental para o mercado de trabalho. Portanto, durante todo o processo de votação da Medida Provisória, o governo apostou em várias formas de divulgação para propagar uma imagem positiva da reforma e ganhar o apoio da população. Diversas foram, por exemplo, as campanhas na televisão, rádio e internet afirmando que quem conhece a reforma concorda com ela. Para isso, utilizam o resultado de uma pesquisa que o próprio governo encomendou ao IBGE, em que diz que 72% dos entrevistados concordam com a reforma. O discurso proferido pelo governo é de que é necessário economizar dinheiro público e fortalecer a formação profissional para que o País recupere o crescimento econômico, em contrapartida, investe quantias enormes em campanhas como essas. (REIS, 2017, arquivo digital).

Antes de ser promulgada como Lei, a Medida Provisória (MP) 746 foi detalhada através de um sumário executivo para subsidiar a sua votação no senado, constando as alterações que eram propostas pela MPV na LDB de 1996.

O art. 1º da MPV acrescenta parágrafo único ao art. 24 da LDB para facultar a ampliação da carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas, de acordo com as normas de cada sistema de ensino e as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE). O art. 1º altera também o art. 26 da LDB. O § 1º desse artigo determina que os currículos da educação básica, cuja parte obrigatória está ali definida, serão estabelecidos em artigos, específicos para cada nível de ensino.

O art. 1º altera também o § 2º do mesmo art. 26 da LDB para restringir a obrigatoriedade do ensino da arte à educação infantil e ao ensino fundamental. (BRASIL, 2016, p. 01).

Nesse sentido, quando se transformou em lei, o texto da MPV foi mantido, o que demonstrou bastante descaso perante as diversas manifestações contrárias, muitas advindas de eventos acadêmicos nas universidades públicas e de manifestações nas ruas. Para Motta e Frigotto (2017), a reforma representa um retrocesso teórico e político e faz parte de uma orquestra ensaiada de reforço aos ideais mercantilistas na educação. Esses autores ressaltam ainda o pano de fundo que possibilitou a aprovação da reforma do EM com o “golpe que se consumou em 31 de agosto de 2016” possível “com apoio da

grande mídia financiada pela classe empresarial, o suporte do judiciário e o apelo moral, arma reiterada de manipulação da grande massa, a quem se negou sistematicamente o conhecimento escolar básico.” (MOTTA, FRIGOTTO, 2017, p. 365).

O Todos Pela Educação é, pois, considerado por Motta e Frigotto (2016) como o golpe melhor orquestrado ao longo da história do Brasil. Isso, segundo os mesmos, por, justamente, contar com o apoio da chamada sociedade civil, mas ser mantido e composto por empresários que, por sua vez, buscam estabelecer proximidade ao governo e dar a falsa impressão de que quem está opinando são os próprios cidadãos.

No âmbito da sociedade civil, as frações burguesas dominantes ampliaram suas organizações privadas, aparelhos de luta hegemônica da classe dominante e intensificaram as disputas do projeto de sociedade e educação, aparelhos esses que, no núcleo duro, se expressam nos 14 grupos econômicos fundadores denominados mantenedores do movimento “Todos pela Educação” e das 18 organizações que aparecem como parceiras. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 367).

Motta e Frigotto (2017) estabelecem ainda relação do TPE com outras tentativas de modificações que a educação está sofrendo, como o Movimento Escola sem Partido e a PEC 55/2016, que posteriormente se transformou em EC 95/2016, após editada e aprovada, a qual limitou os gastos públicos com a educação e outras áreas sociais durante 20 anos. Relacionamos ainda sua ligação com a aprovação da BNCC, que carrega pontos em comum com as demais reformas e foi promulgada no mesmo cenário político. Para os autores, o momento vivido pelo País foi propício para que as reformas se firmassem.

É uma constante nas ditaduras e golpes efetivarem reformas na educação. Assim foi na ditadura Vargas, na ditadura empresarial-militar de 1964, no golpe neoliberal na década de 1990 à Constituição Federal e, agora, no golpe parlamentar, midiático, jurídico e policial. A reforma do Ensino Médio e o congelamento dos investimentos nas instituições públicas de Ensino Superior são a concretização material do que interessa à PEC nº 55 e vai ao encontro das ideologias do Escola “sem” Partido e do Todos pela Educação. Com efeito, o que postulam, na verdade, é a surrada tese do conhecimento e do ensinar na perspectiva tecnicista que autodenomina sua ideologia, concepção de conhecimento, educação e escola como neutros. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017, p.367).

Portanto, nesse caminho analítico, a reforma do ensino médio, como aprovada em Lei, não busca apenas modificações administrativas e burocráticas, mas, antes disso, uma mudança de concepções, valores e comportamentos. Estabelece uma

divisão clara da educação voltada aos trabalhadores simples, para mera atuação no mercado de trabalho, visto que a maioria dos jovens brasileiros se encontra matriculado em escolas públicas, fazendo com que a escola privada seja a menos impactada com a reforma.

Privilegia-se as disciplinas de domínio técnico e instrumental, em detrimento de artes, filosofia, sociologia, que são responsáveis por ofertar uma leitura mais clara da realidade social, no intuito de retirar a possibilidade crítica dos alunos. Não é por coincidência que isso ocorre num momento em que uma grande parcela dos estudantes do ensino médio protagoniza movimentos nas ruas e ocupação das escolas, a favor da escola pública, contra as privatizações, com graves denúncias sobre a infraestrutura das escolas. Sobretudo, tal contexto oferece um quadro propício de ineficiência da formação docente, para que a classe empresarial possa oferecer suas soluções prontas e fortalecer o mercado editorial, de venda de materiais didáticos e cursos de aperfeiçoamento profissional, via modalidade de Educação a Distância.

No processo de conquista dessas reformas, observamos que elas não seriam possíveis sem a junção dos poderes estatais com a classe burguesa dominante, num movimento de cooperação mútua e articulando interesses em comum. Por isso, avaliamos que o Estado age como base estrutural para o avanço dos mecanismos de privatização da educação pública.

3.3 O Estado articulador e incentivador da agenda privatizante na educação

Com as medidas de privatização, desregulamentação e diminuição de impostos, as empresas privadas trazem a noção de que o Estado se retirou da cena e entregou suas funções para a ação de capitais privados, que passaram a exercer domínio em setores até o momento não mercantis. Porém, para Dardot e Laval (2016), não é necessário apenas considerar a retirada da intervenção do Estado e sim considerar seus reais objetivos.

Muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios da acumulação do capital quanto a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida à exigência de eficácia semelhante aquelas a que se sujeitam as empresas privadas. O Estado foi reestruturado de duas maneiras que tendemos a confundir: de fora, com privatizações maciças de empresas públicas que põem ao “Estado produtor”, mas

também de dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governos e sujeitos sociais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273).

Ressalta-se, portanto, que os empresários começam a deixar de lado o discurso de que o Estado deve ser apenas o regulador, cobrando agora que este tenha uma intervenção eficaz. Observamos isso na reforma do ensino médio, quando os atores empresariais se articularam em torno dessa ideia, através de seminários como o “*Seminário Internacional, Desafios Curriculares do Ensino Médio: flexibilização e implementação*”. O Seminário foi promovido pelo Instituto Unibanco, com destaque para as mediações de nomes conhecidos pela defesa das privatizações, como Claudia Costin, do Centro de Inovação em Políticas Educacionais (CEIP) e FGV do Rio de Janeiro, Elizabeth Fordham, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e João Marcelo Borges, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além disso, contaram com o apoio maciço do Consed e do MEC, que, para Freitas (2017), tem ainda mais significado.

Destaco ainda a posição do CONSED, com a apresentação de Julio Gregório, onde se pode ver a proposta de um “**Programa de Formação em Planejamento para a Implementação de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ensino Médio**” que será desenvolvido em uma parceria entre o CONSED, Itaú BBA, Instituto Unibanco e o Insper. Esta parceria pretende realizar um programa de formação com *todas as secretarias de educação* para discutir o desenvolvimento do ensino médio, no contexto da Lei 13.415/2017 a ser potencialmente implementada. É composto de várias frentes, uma delas denominada “BNCC e Flexibilização Curricular” prevê um Grupo de trabalho com o propósito de criar um posicionamento do Consed para incidência na definição de um desenho de BNCC que potencialize a flexibilização curricular e conceba premissas comuns aos estados, para a construção de arquiteturas curriculares que promovam igualdade de acesso e aprendizagem a todos os estudantes. (FREITAS, 2017b, arquivo digital).

Com isso, o que pretende a classe empresarial é que o Estado interfira nas políticas educacionais de modo a garantir seu interesse, desenvolvendo políticas que sejam uniformes para todos os estados brasileiros. Desse modo, ficam garantidas as padronizações do currículo de modo a facilitar o acesso e o alcance das empresas com seus produtos em todo o território nacional. O documento *Flexibilização curricular e sua implementação no Brasil: uma proposta de estruturação do debate*, de Ricardo

Henriques, do instituto Unibanco, mostra uma série de dados estatísticos históricos que demonstram a necessidade de reforma do ensino médio, como a quantidade de alunos que adentram na educação básica e a quantidade que passam para o ensino médio e, posteriormente, para a educação superior, mostrando a significativa evasão que existe. Porém, como forma de resolver a questão, o documento aponta para a flexibilização do ensino como solução, que teria como estrutura a figura abaixo.

Figura 01: Dimensões que precisam ser reorganizadas para a flexibilização curricular.



Fonte: HENRIQUES (2017, p. 18).

A Flexibilização imposta deveria, de acordo com o documento, abranger diversos setores, com especial destaque para a formação de professores, que passaria a ser através da aceitação de profissionais com “notório saber”. Importante considerarmos, ainda, que o documento foi elaborado com a participação de sujeitos individuais e coletivos, como o Unibanco, O Movimento Todos Pela Educação, Cláudia Costin, Priscila Cruz e César Calegari, que formaram uma equipe de debate e

coordenação da reforma. A Base Nacional Comum Curricular também foi abordada nesse documento, baseado no desenvolvimento de competências e o incentivo às avaliações. (HENRIQUES, 2017). Vale dizer que, assim como esse, tiveram mais alguns documentos importantes que subsidiaram os seminários de discussão a respeito da reforma do EM, como o *Processos de reestruturação do Ensino Médio: desafios e aprendizados*, de Cláudia Costin, e *Uma perspectiva internacional sobre o Ensino Médio*, de Elizabeth Fordhan, e *Processos de reestruturação do Ensino Médio: desafios e aprendizados*, de João Marcelo Borges.

Desse modo, a intervenção do Estado no setor social na fase monopolista do capital, tem sido voltada ao seu enfrentamento, somando as esferas públicas e privadas, como observado no direcionamento das reformas educacionais aprovadas ao longo da história. Assim, para Netto (1996), o Estado busca formas ideais, mas também operativas para a resolução da questão social dentro dos moldes da sociedade monopólica, o que ocorre, portanto, de duas formas:

[...] das *reformas*, que o desenvolvimento do capitalismo situa como possíveis e necessárias, no interior de seus quadros e o *das induções comportamentais*, sobre os sujeitos cuja a condição permanece refratária a elas. Nos dois planos é a questão da *ordem* que constitui o eixo das intervenções: no primeiro, a rearticulação de fenômenos econômicos sociais e políticos que sejam funcionais a ordem monopólica; o segundo, o controle dos sujeitos que escapam a sua órbita. De um lado, o traço “público” da “questão social” que conduz a regulação dos fenômenos econômicos sociais e políticos, doutro, o traço “privado” que conduz ao disciplinamento psicossocial dos indivíduos excluídos do circuito integrativo a que a regulação se propõe. Entre o público e o privado os problemas sociais recebem a intervenção estatal: de uma parte a direção estratégica do processo econômico-social e político, de outro a rede institucional de “serviços” que incide sobre as “personalidades” que se revelam colidentes, por que vítimas, com aquela. (NETTO, 1996, p. 47, grifos do autor).

Assim, as ações estatais visam apoiar a iniciativa privada através de duas formas, no sentido de manutenção da economia e ainda no intuito de submergir as posições contrárias ao pleno funcionamento do domínio hegemônico burguês. Para que a aliança com o Estado fosse possível, o domínio capitalista passou por modificações que culminou em sua fase monopólica, mediante a qual empreendeu medidas de flexibilização para dominar o setor de serviços, o que era antes exclusividade do Estado. O aumento de sua cobertura se deve à capacidade de reinvenção e também à crise em que se encontrava o socialismo em todo o mundo. Desse modo, encontra-se uma

sociedade civil que está disposta a legitimar a sobrevivência do domínio burguês e, portanto, legitimar um Estado conivente e incentivador.

Para Gentili (2002), o Estado na fase contemporânea do capital assume características neoliberais, ou seja: sua atuação deve ser apenas na regulamentação das ações econômicas de âmbito privado e a forma de atuação nas políticas sociais será realizada através do incentivo ao livre acesso e intervenção dos setores privados da sociedade que buscam legitimação ideológica. Representa, assim, uma “parceria” do privado com o Estado, já que este vem sendo visto como ineficiente para certas funções. Porém, o que podemos enxergar não é sua retirada dessas funções, mas um incentivo, por meio do apoio dado à classe dominante, para estabelecer sua atuação.

Principalmente a partir do ano de 2004, se desenvolveu no Brasil o incentivo às chamadas Parcerias Público Privadas (PPPs), embora já tivessem sido criadas em 1995 com a reforma gerencial do Estado. Elas buscavam, acima de tudo, que o setor privado pudesse dominar setores públicos, com a justificativa de ineficácia do Estado para realizar tais funções sozinho. O projeto de lei 2.546 de 2003 considera Parceria Público Privadas “o ajuste celebrado entre a administração pública e entidades privadas, que estabeleça vínculo jurídico para implantação ou gestão, do todo ou em parte, de serviços, empreendimentos ou atividades de interesse público.” (BRASIL, 2003).

Para Miranda (2013), a materialização das PPPs é um movimento global segundo seus idealizadores, e diversos países apostaram nesse mecanismo para viabilizar investimentos públicos, mesmo em fase de ajustes fiscais. No Brasil, as PPPs foram intensificadas no Governo Lula, que, através da lei 11.079 de 2004, ofereceu oportunidades de investimentos a diversos setores da sociedade civil para se envolverem em políticas sociais, expandindo ainda para outros setores, como obras, infraestrutura, educação, saúde, habitação. A criação do TPE em 2006 é um exemplo do fortalecimento das PPPs, pois o movimento buscava por meio de ideais de solidariedade e cooperação estabelecer ações de cunho privado com o apoio do Estado, principalmente incorporando à sua equipe executiva nomes expressivos da política governamental. Ações como as do TPE têm uma dimensão dúbia, pois podem ser vistas como ação de “controle social e ainda como produção de bens e serviços sociais e científicos”. (MIRANDA, 2013, p.120). No pensamento de Marx, o Estado é intrinsecamente a favor das forças dominantes, já que era impossível para ele se colocar a favor do social e do

político ao mesmo tempo. Ademais, na concepção do mesmo, só com a supressão do Estado, os trabalhadores conseguiriam ter acesso ao poder. (MÉSZÁROS, 2011).

Para Gramsci (1999), só a partir da luta hegemônica os grupos subalternos organizados na sociedade civil poderiam dominar o Estado e após isso modificá-lo.

A partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (GRAMSCI, 1999, p.225).

Porém, assim como Marx considera que o Estado na sociedade capitalista age para dominação dos grupos subalternos, isto é, age como educador para o consenso, o considera, também, como um dos elementos que constitui o marxismo.

Unidade nos elementos constitutivos do marxismo. A unidade é dada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre o homem e a matéria (natureza - forças materiais de produção). Na economia, o centro unitário e o valor, ou seja, a relação entre o trabalhador e as forças industriais de produção (os que negam a teoria do valor caem no crasso materialismo vulgar, colocando as máquinas em si - como capital constante e técnico - como produtoras de valor, independentemente do homem que as manipula). Na filosofia, é a práxis, isto é, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica. **Na política, é a relação entre o Estado e a sociedade civil, isto é, intervenção do Estado (vontade centralizada) para educar o educador, o ambiente social em geral.** (GRAMSCI, 1999, p. 236, grifos nossos).

Assim, Gramsci (1999) se questiona ainda se o Estado deve ser considerado apenas como a unidade estatal ou como sociedade civil organizada, ou ainda, se deve ser uma unidade entre os dois. Reconhece que para a conquista da hegemonia e do domínio do poder os intelectuais se fazem valer do pensamento e de fatos de cultura. Com isso, na sociedade capitalista o Estado garante a conquista do consenso aos intelectuais da classe dominante. (GRAMSCI, 1999).

Para que seja alcançado o consenso se deverá utilizar não apenas ações de esfera da ação política, mas instrumentais de ordem moral, ideológica, assim como apoio a formas de comunicação, argumentação e convencimento de que as normas propostas são a melhor solução para determinada problemática.

Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil a estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica. (GRAMSCI, 1999, p. 324).

Considerando o fato de que as condições políticas não são capazes de modificar a realidade social, Mézáros (2002) esclarece, baseado na concepção de Marx, que só através da modificação da estrutura econômica se alcançará a mudança educacional.

Consequentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política, mas apenas as garantias de sua organização *formal*. Isto explica por que Marx, mesmo nas suas referências mais positivas à estrutura política da Comuna de Paris, a define *negativamente* como “uma alavanca para *arrancar pela raiz* os fundamentos econômicos da dominação de classe”, vendo a tarefa positiva “na emancipação econômica do trabalho”. E, mais adiante, no mesmo trabalho, Marx compara “a força pública organizada, o poder do Estado” da sociedade burguesa a uma “*máquina* política” que “perpetua pela força a escravidão social dos produtores de riqueza pelos seus apropriadores, a *dominação econômica do capital sobre o trabalho*”, tornando novamente bastante claro qual deveria ser o objetivo fundamental da transformação socialista. (MÉSZÁROS, 2002, p. 576).

Mesmo reconhecendo que movimentos como a Comuna de Paris tenham mudado efetivamente o atendimento às demandas sociais na fase monopolista, a medida que o capital começa a atender algumas demandas sociais, o caráter funcional desse enfrentamento não modificou a estrutura da dominação econômica, que gera novamente a questão social desarticulada da noção de classe. Sendo assim, para Netto (1996), a burguesia se reinventa e usa de macroestratégias em dois rumos, para mobilizar os trabalhadores no sentido de atender aos seus projetos:

Com estes recursos, além do enorme potencial de corrupção e cooptação, que radica no seu poderio econômico e na sua supremacia ideológica, ela pode formular um projeto alternativo e concorrente ao do proletariado, cujo conteúdo conservador se explicita ao abordar a “questão social”, tal como se põe na emersão do monopólio, com um enfoque despolitizador. Todo empenho burguês consiste em deslocar a “questão social” do campo da política, em privá-la de uma contextualização classista. (NETTO, 1996, p. 57).

Ancorado por este movimento e forte apoio do Estado, as classes dominantes buscam conduzir a educação com movimentos como o TPE, utilizando seu

potencial formativo para empregar sua ideologia e estabelecer um novo jeito de agir e ser do sujeito.

3.4 O caráter ideológico do TPE

Não há como falar sobre atuação ideológica e não mencionar o momento em que as condições sociais, econômicas e políticas se fizeram propícias ao seu fortalecimento. Tal momento tem no neoliberalismo seu maior impulsionador, pois a partir daí percebe-se que para uma classe se estabelecer no poder é preciso mais que uso de força, é preciso convencimento de suas ideias, como as que devem ser seguidas e defendidas a todo custo. O neoliberalismo pode ser reconhecido por si só como uma ideologia, empregada por governos para legitimar o funcionamento da dinâmica capitalista, concentrando privilégios nas classes dominantes e retirando direitos das classes subalternas. Apesar do discurso do TPE que se apresenta como saída para uma educação em “crise”, que sustenta índices de formação baixos, a questão central está em que os empresários querem conduzir esse processo formativo. Ao longo desta dissertação fomos mostrando como esse eixo caracteriza a direção do TPE.

Assim, o processo de busca por conhecimento passou a ser o alvo daqueles que queriam moldar os indivíduos ao fortalecimento da estrutura econômica, maior alvo da sociedade baseada na perspectiva capitalista. Por exemplos como esse, para Mézaros (2004), a utilização das palavras, dos termos e frases na nossa sociedade estão e sempre estiveram impregnados de ideologia.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores, que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de sermos levados a aceitar, absolutamente sem questionamento, um determinado conjunto de valores a que se deveria opor uma perspectiva alternativa muito bem fundamentada, juntamente com as consequências práticas que nele se encontram mais ou menos implícitas. (MÉSZÁROS, 2004, p. 13).

Dessa maneira, considerar objetivamente um discurso, levando em conta apenas a consideração e a valorização de seu caráter científico, é desconectar-se da crítica e da consciência humana, aquela interligada ao potencial que todo indivíduo tem de se relacionar conscientemente com a natureza e com os outros homens. (MÉSZÁROS, 2004).

Gramsci (1999) considera que o conceito de ideologia teve sua origem no materialismo francês do século XVIII e era entendido como a ciência das ideias: “[a]s ideias deveriam ser decompostas em seus ‘elementos’ originários, que não poderiam ser senão as ‘sensações’: as ideias derivam das sensações” (GRAMSCI, 1999, p. 201). Como um elemento de erro na identificação do valor de uma ideologia, via o fato de nomear de ideologia a superestrutura necessária de uma determinada estrutura e identificou o que ocasionou este erro.

O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Para Gramsci (1999), portanto, é necessário diferenciar as ideologias em dois grupos, as “ideologias historicamente orgânicas”, ou seja, que são imprescindíveis a uma determinada estrutura, e “ideologias arbitrárias, racionalísticas, voluntaristas”. (GRAMSCI, 1999, p. 237). Por isso consideramos que o conceito de ideologia não deve apenas ser carregado de valor negativo, à medida que também expressam a vontade e a força de um grupo organizado, que por meio de seus ideais e valores buscam modificar a estrutura dominante. Desse modo, Gramsci (1999) esclarece:

Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (Nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, p. 237).

O conceito de ideologia entendido a partir do referencial marxista deve ser considerado em seu caráter essencial. Segundo Gramsci (1999), isso ocorre somente a partir das obras maduras de Marx, como o *18 Brumário* e os escritos sobre a *Questão oriental*, e *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, *A guerra civil na França*. Nessas obras, Marx demonstra o caráter profundamente material das ideologias.

A respeito disso, Fairclough (2001) desenha um quadro de asserções que perpassa o conceito de ideologia, que são responsáveis por demonstrar o poder da linguagem transformada em prática social e efetivadas através do discurso, importante instrumento utilizado pelo movimento TPE para legitimar suas ações e ideais. Para esse autor, baseado em referenciais teóricos de Gramsci e Althusser, as bases teóricas para discorrer sobre ideologia são essencialmente:

[p]rimeiro, a asserção de que elas têm existência material nas práticas das instituições, que abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia “interpela os sujeitos”, que conduz a concepção de que um dos mais significativos “efeitos ideológicos” que os linguistas ignoram no discurso (segundo Althusser, 1971: 161, n.16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os “aparelhos ideológicos de estado” (instituição tal como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116).

No entanto, Fairclough (2001) enfatiza que as condições ideológicas não devem ser apenas consideradas como aquelas que determinam a dominação de uma classe, e que isso aconteceria de forma imutável e constante. Defende que existe uma luta ideológica, como dimensão da prática discursiva, que pode remoldar essas mesmas práticas discursivas, no sentido de transformação das relações de dominação.

Ademais, é necessário enxergar através dessa concepção de ideologia voltada a legitimar a classe dominante, como o discurso empreendido pelo TPE tem utilizado os “aparelhos ideológicos de Estado” conduzindo as políticas educacionais e, por meio delas, a sociedade, no sentido de formar consciências e subjetividades que busquem naturalizar seus ideais e significados sobre a educação.

Assim, para Shiroma, Garcia e Campos (2011), o que diferencia o movimento de Educação Para Todos, de Jomtien, e o movimento TPE dos outros seguimentos que também buscam intervenção na educação é justamente seu caráter ideológico, visto que se busca a difusão de ideias e valores para efetivar a perspectiva gerencial na educação.

Expressa em formulações que procuram associar princípios, tais como eficácia e eficiência gestonária, com justiça social. Recoloca-se a questão das bases epistemológicas e valores morais que sustentam ambas as perspectivas – da eficácia social, medidas nos testes de

rendimento de aprendizagem ou nos valores que vinculam o direito à educação como princípio de justiça social. (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 241).

Essa mudança de perspectiva, muito propagada pelo TPE, principalmente por meio de seus documentos e canais de comunicação, têm por objetivo, acima de tudo, desenvolver através da escola um outro perfil de cidadão e de sociabilidade. Nesse rumo, o TPE assume e legitima a dinâmica do capital, em se preocupar com a garantia de produção e reprodução da força de trabalho, com instrução necessária para atender suas demandas e, por outro lado, age ideologicamente para garantir o abafamento das lutas sociais e naturalizar a questão social no sentido de conformação dos seus valores, ideias e práticas sociais.

Consideramos as ações do TPE, assim como o golpe de governo em 2016 e, conseqüentemente, as reformas da BNCC e do ensino médio, ambas empreendidas no ano de 2017, como um processo orgânico de iniciativas das elites brasileiras. Se compõem, portanto, em um pacote de medidas no intuito de reforçar políticas que se articulem ao projeto privatista na educação e nos demais direitos sociais. Importante ressaltar que essa ideologia tem tomado força e se tornado ideias dominantes, conseguindo fazer valer os interesses de grupos privados de empresários que se beneficiam disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apresentadas neste trabalho tiveram o objetivo central de demonstrar as influências do setor privado na política educacional de nível básico, com destaque ao Movimento Todos Pela Educação. Esse movimento se configurou na sociedade civil, porém, o que demonstramos é que é dominado pelo capital privado, com participação majoritária de grandes empresas do cenário brasileiro. Nas análises chegou-se à compreensão de que o capital age de diversas formas para manter seu domínio, inclusive se aliando as iniciativas do Estado na busca pela manutenção da sua hegemonia. Com essa intenção, usa de estratégias ideológicas, como vimos na parte sobre a atuação do Todos pela Educação, para a formação de consenso e, sobretudo, para o controle sobre a formação dos cidadãos brasileiros via política de educação. Dessa maneira, busca-se manter a política pública nas mãos do empresariado.

A educação básica foi alvo de reformas durante vários governos, as quais, influenciadas por Organismos Internacionais, buscavam enquadrar o País no processo de globalização. A principal justificativa era a que a educação básica deveria ser aliada para construir o progresso econômico. Assim, como foi demonstrado nas análises, diversos foram os temas propagados na cena educacional para justificar a desvantagem do País em relação aos países desenvolvidos. Os temas analisados foram (1) formação de professores, (2) financiamento da educação, (3) privado no público: o discurso da ineficiência do Estado, (4) preparando o cidadão para as mudanças da sociedade.

Tais temas foram base para a construção de documentos e para a criação de estimativas, pesquisas e estudos que quiseram demonstrar que a política educacional necessitava de uma reforma. Esta por sua vez, seria baseada nos referenciais neoliberais, com ênfase na organização da iniciativa privada, considerando que a mesma é mais eficaz para o alcance de metas e criação de *rankings*. A eficácia, segundo o movimento Todos Pela Educação (2006), tem no mundo empresarial meios para ser provida, tendo em vista sua capacidade de “fazer acontecer”. Somado a isso, o terceiro setor, organizado através das Organizações Sociais sem fins lucrativos, pode ser um aliado, tendo em vista sua capacidade de “criatividade, sensibilidade e espírito de luta.” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p.7).

O Movimento Todos pela Educação ganha expressividade no cenário educacional brasileiro, principalmente por aparecer como um movimento apartidário e plural, organizado por iniciativa da sociedade civil, como pais, educadores, jornalistas e pesquisadores em educação. Por isso, viu-se como importante se compreender quem são, de fato, os maiores idealizadores do movimento TPE: fundações empresariais principalmente ligadas ao capital financeiro, como Gerdau SA, Organizações Globo, Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação Bradesco, entre outros citados e analisados ao longo da dissertação.

A novidade trazida pelo movimento TPE é que ele reforça ainda mais a influência privada na política pública de educação, com formas de privatização que vão para além de sua forma clássica do bem público sendo privatizado. O movimento favorece principalmente a entrada das empresas na gestão da escola, na formação dos professores e dos alunos, na venda de suas soluções prontas, como materiais didáticos, consultorias e assessorias, organizações de congressos, debates, seminários. Com isso, apontam para a necessidade da existência de avaliações, políticas de metas e resultados, assim como premiações e sanções.

Assim, os discursos proferidos pelos idealizadores do movimento foram analisados, tendo como base a Análise do Discurso Crítica, o que tornou possível demonstrar como os mesmos estão sendo legitimados. Para tanto, se utilizou como apoio os meios de comunicação de massa e a mídia mais acessada popularmente, como os jornais, Revista Veja, Folha de S. Paulo e o Estadão, por considera-los capazes de formar consciências e atitudes.

Nesse sentido, formou-se um consenso na sociedade de que a educação brasileira só não funciona pois não alcança as metas estabelecidas por índices como IDEB e Prova Brasil. O que acaba por desconsiderar a estrutura, o problema na sua raiz, como o contexto social, político e econômico no qual a escola está inserida. Assim como, a desigualdade social, que é inerente a uma sociedade marcada pelo modo de produção capitalista.

O movimento TPE encontra subsídios estatais para manter sua atuação na escola pública, como demonstramos na análise do documento *Compromisso Todos pela Educação*, que começa levando o mesmo nome do movimento e reforça e legitima as bandeiras, metas e atitudes defendidas pelo TPE. Por isso, como nos afirma Shiroma, Garcia e Campos (2011),

[o] *Compromisso Todos pela Educação* visa mobilizar a iniciativa privada, organizações sociais do chamado terceiro setor para atuar de forma convergente, complementar e sinérgica com o Estado no provimento das políticas públicas. O ponto central de sua estratégia é corresponsabilidade a busca de eficiência, eficácia e efetividade. Seu enfoque é primordialmente voltado à melhoria da qualidade do ensino traduzida em indicadores mensuráveis obtidos por meio de avaliações externas. (p. 233).

Com esse ideário de corresponsabilidade, o movimento e a classe empresarial ganham apoio na sociedade, pois se apresentam como uma solução que é de “todos”, com o apoio e a participação de todos os setores, induzindo a crença de que estão cobrando e controlando a política pública e, principalmente, fazendo-os acreditar que as soluções apresentadas são as melhores para a melhoria do ensino.

Esta função de educar a sociedade para a crença de que estão cobrando e participando é uma das maiores estratégias do movimento. Não obstante, o que ocorre é que há uma desmobilização das reais possibilidades de organizações de propostas para a melhoria da educação. Desse modo, o que diferencia o TPE de outras iniciativas empresariais na educação é justamente seu caráter ideológico de difundir valores e princípios morais, apelando, assim, para a consciência social do indivíduo e aliando a estratégia gerencial à ideia de justiça social. Nesse caminho, a classe empresarial constituída no movimento TPE adentra a escola e impõe um ensino baseado nos referenciais gerenciais, com consenso da sociedade.

A escola pública está formando cidadãos sem consciência crítica para suprir a demanda por trabalho técnico para as empresas, enquanto se difunde a ideia de que a educação está promovendo inclusão social, visando a estratégia de criação de um sujeito social participativo. Legitima-se, dessa forma, a proposta de ensino empresarial. O capital não se reproduziria tão facilmente e há tanto tempo se não fosse sua capacidade de alienação, se não tivesse formas de sustentação legitimadas na sociedade, como uma política pública direcionada para atender suas necessidades de reprodução.

O movimento TPE inspirou suas ações na influência exercida pelos organismos internacionais na educação, como o Banco Mundial e FMI, se tornando em âmbito nacional fator decisivo para elaboração ou reformulação de políticas públicas educacionais, como observamos atualmente nas reformas do ensino médio e na formulação da BNCC. Isso se torna, assim, mais um diferencial do movimento, pois suas ações andam articuladas com as ações governamentais, em muitos momentos confundindo até aonde vai o privado e o público. Tal contexto demonstra a

inviabilidade de existir de fato esse controle social tão propagado pelo movimento, visto que movimento TPE e Estado andam articulados e se sustentam mutuamente.

Nesta dissertação tivemos a iniciativa de construir um debate acerca da privatização da política pública de educação e de demonstrar que a educação não deve ser a responsável por modificar o quadro social, uma vez que, como buscamos demonstrar, não existe possibilidade de mudança sem a compreensão dialética da estrutura da sociedade capitalista. No entanto, como nos diz Mézaros (2005), numa sociedade em que até os subsídios mínimos para a sustentação humana já são negados à maioria da população, não tem como pensar numa educação que não se comprometa de fato a romper com essa lógica de desigualdade, de miséria para muitos e riqueza para poucos.

Gramsci (2000) pensou numa estratégia educacional quando escreveu sobre seu ideário de escola unitária, que nas palavras dele seria “uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento do trabalho intelectual”. Para ele, é imprescindível essa escola para a formação de um novo indivíduo social que seja um dirigente com um mínimo de cultura geral a qual lhe permita atuar na vida política de maneira justa e na importância da escola em assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de oferecê-los maturidade e capacidade de criação intelectual e prática, com autonomia e iniciativa.

Ainda para Gramsci (2000), é essencial que essa escola seja integralmente financiada pelo Estado, pois apenas assim poderá atender a todas as gerações e classes sociais. Para Gramsci (1982), o ideal é que “a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário não qualificado se torne qualificado, mas que cada cidadão possa tornar-se governante”. (GRAMSCI, 1982, p.137). Por isso, o autor acredita na escola enquanto espaço institucional de formação para transformação social, que ultrapasse a dicotômica separação entre educação manual e intelectual.

Nesse sentido, o movimento de empresariamento da educação, com o movimento TPE, torna-se um obstáculo para pensarmos a formação integral, para uma vida social coletiva. Por isso, concluímos que a intervenção do Todos pela Educação na educação básica brasileira vem trazendo prejuízos sem precedentes para a conquista de uma outra forma de sociedade, mais justa, mais solidária, que contribua para o livre desenvolvimento de todos.

A educação que o movimento Todos pela Educação defende é uma educação voltada às demandas do capital. Sobretudo o TPE busca adequar os indivíduos a uma sociabilidade sustentada em bases mercadológicas. Com isso, desmobilizam e desacreditam as lutas sociais históricas pela educação, à medida que ocupam o papel de mobilizadores em educação. Numa sociedade regida pelo capital, o setor privado não pode estar preocupado com outro fator que não seja o lucro, sendo a educação, para tanto, um meio para garantir esse objetivo.

Concordamos com a tese de Evangelista (2016, p. 15), para quem o capital nesse processo exerce a função de educador e sua estratégia faz parte de um “amplo projeto pedagógico classista burguês”. Portanto, não se restringe a apenas uma área educacional, ele abrange a política educacional num todo, visto que o que o capital procura é dominar o processo educativo e colocá-lo a seu serviço.

Portanto, tendo como base a teoria crítica, concordamos que para que a sociedade do capital seja suprimida, necessita de uma profunda modificação na categoria trabalho e na sua relação com a formação humana. Também para a educação é necessário que as relações de trabalho sejam modificadas a fim de que seu caráter educativo tenha como base a construção do ser social, humanamente preocupado com uma sociedade para além dos ideais mercadológicos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? *Revista Brasileira de Educação*, v. 22 n. 71, 2017.

BASTOS, R. *Capitalismo e Crise: O Banco Mundial e a educação na periferia capitalista*. Curitiba. 1ed. Editora Prisma, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, Câmara dos deputados: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto de Lei 8035/10. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Brasília, DF. 2010.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2007a.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *A Reforma do aparelho do estado e as mudanças constitucionais: síntese & respostas a dúvidas mais comuns*. Brasília: MARE, 1997.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum*. Brasília: MEC, 2017a. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso em: 12. jan. 2018.

_____. *Documento de Apresentação do PAR – Plano de Ações Articuladas* (Relatório Público). Brasília, DF: MEC, 2007c. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017b, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. *Plano de Metas compromisso todos pela educação: Guia prático de ações*. Brasília: MEC, 2007a. Disponível em: <www.mec.gov.br>.

_____. *O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007b.

_____. *Sumário Executivo de Medida Provisória*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas, Senado Federal, 2016. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/sumarios-de-proposicoes/mpv746>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 maio 2003.

COUTINHO, C. N. *Gramsci e a sociedade civil*. Juiz de Fora: 2000. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=209>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Boitempo, 2016.

DIJK, Teun. A. Van. Discurso e poder. Teun A. Van Dijk: Judith Hoffnagel, Karina Falcone, org. São Paulo, Contexto, 2008.

EVANGELISTA, O. Faces da tragédia docente no Brasil. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO – Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. 11, 2016. México. *Anais...* México, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FONTES, V. Sociedade civil no Brasil contemporâneo. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 201-240.

FREITAS, L. C. Educação paulistana em tempos de Dória. *Blog do Freitas*. 21 mar. 2017a. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/03/21/educacao-paulistana-em-tempos-de-doria/>> Acesso em: 02 jan. 2017.

_____. Seminário UNIBANCO pauta reforma do Ensino Médio. *Blog do Freitas*. 26 jun. 2017b. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/06/26/seminario-unibanco-pauta-reforma-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

_____. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Rev. Ed. e Soc.*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

_____. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Rev. Ed. e Soc., Campinas, v.33, n.119, p.379-404, abr./jun. 2012.

FREITAS, L. G. Políticas educacionais para a formação de professores no Brasil: um estudo a partir da “década da educação”. In: FREITAS, L. G.; BRZEZINSKI, I. (Orgs). *Políticas Educacionais: neoliberalismo, formação de professores, tecnologia, diversidade e inclusão*. Anápolis: Editora UEG, 2015.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Um ano apoiando transformações em oito redes públicas de educação*. Disponível em: < <http://www.fundacaolemann.org.br/1-ano-transformar-educacao/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação nos tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002 (Coleção educação contemporânea). p. 45-60.

GIDDENS, A. O debate global sobre a terceira via. In: _____. (Org). São Paulo. Editora Unesp. 2007.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Empreendedorismo no Brasil 2016*. Simara Maria de Souza Silveira Greco (Coord.). Curitiba: IBQP, 2017.

GOMES, Fabricio. A. O estado e a política nacional de formação de professores: o decreto nº: 6. 755/ 2009 em análise. In: BRZEZINSKI, I. FREITAS, L. (Org.). *Políticas Educacionais: Neoliberalismo, Formação de Professores, Tecnologia, Diversidade e Inclusão*. Anápolis: Editora UEG, 2015.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

_____. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo*. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Maquiavel notas sobre o estado e a política*. Vol III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

_____. *Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo*. Vol IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália*. Vol V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. *Literatura, Folclore e Gramática. Apêndices: Variantes e Índices*. Vol VI.

GUIMARÃES, C. Educação pública, lógica privada. *Revista Poli: Saúde Educação e Trabalho*, ano 5, n. 27, mar./ abr. 2013.

HENRIQUES, R. *Flexibilização curricular e sua implementação no Brasil: uma proposta de estruturação do debate*. Instituto Unibanco, 2017. Disponível em <file:///F:/seminariocurriculo_p4_v2_Ricardo%20Henriques.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, 1994.

LEHER, R. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Novo plano de governo visa consagrar prevalência do setor privado no financiamento da educação. **Correio da Cidadania**, São Paulo, 22 jan. 2014.

LOPES, L. P.; ZAREMBA, F. A. O discurso de crise da educação: crítica ao modelo de competências desde a epistemologia da educação. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, v. 15, n. 21, p. 283-304, jul./dez. 2013.

LUMERTZ, J. *A Parceria Público- Privada na Educação e as Implicações para a Gestão da Escola*. 2008. 118. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MANGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.

MARI, C. L. “*Sociedade do Conhecimento*” e Educação Superior na década de 1990: O Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

MARTINS, A, S. *et al.* Mudanças na educação básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, A. S. NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Educação Básica: Tragédia Anunciada?* São Paulo: Xamã, 2015.

MARTINS, A. A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-28, jan./ jun. 2009.

MARTINS, E. M. *Movimento Todos Pela Educação: um projeto de nação para a educação brasileira*. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe (Trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MESZÁROS, I. *Educação para além do capital*. Isa Tavares (Trad.). São Paulo. Boitempo Editorial, 2005.

_____. *Para Além do Capital*. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O poder da ideologia*. Paulo Cezar Castanheira (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, A. B. *Os impasses das ações de duas organizações do terceiro setor na educação pública mineira e paulista na primeira década de 2000*. 2013. 412f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

MOTTA, V., C. FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). *Ver. Ed. e Soc.*, Campinas, v. 38, n. 139, p.355-372, abr./jun. 2017.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NEVES, L. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. Entrevista concedida a Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista em 23 de junho de 2010. *Perpectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 229-242, jan./jun. 2011.

OLIVEIRA, D. A. (Org). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA, UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para todos (Conferencia de Jontien)*. Tailândia: Unesco, 1990.

PERONI, V. M.V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Pro- Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012.

_____.; CAETANO, M. R. Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 21, n. 38, p. 57-67, jul./dez. 2012.

PIRES, E. C. *O desvelamento do Movimento Todos Pela Educação e seus desdobramentos na política educacional do estado de Goiás*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Dissertação de Mestrado. Goiânia, 2015.

RABELO, J. J; SEGUNDO, M. das D. M; JIMENEZ, S. *Educação para Todos e a reprodução do capital*. *Revista Trabalho Necessário*, ano 7, n. 9, p. 1-24, 2009.

RAMOS, F. R. O.; HEINSFELD, B. D. S. S. *Reforma do Ensino Médio de 2017 (Lei Nº 13.415/2017): um Estímulo À Visão Utilitarista do Conhecimento*. 2017. Disponível

em: <educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24107_11975.pdf >. Acesso em: 11 dez. 2017.

REIS, B. Reforma do Ensino médio e a campanha publicitária do governo. *Liberdade e Luta*, 15 mar. 2017. Disponível em: <<http://liberdadeeluta.org/taxonomy/term/173> > Acesso em 12. Jan. 2018.

ROSA, I. G. G. F. Temos uma crise no currículo brasileiro? Sobre a BNCC, Geni e o Zepelim e cortinas de fumaça! *Giramundo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2015.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAVIANI, D. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. In: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. *Rev. Ed. e Soc.*, ano 20, n. 66, abr. 1999.

SHIROMA, E. O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M. L. N.; LARA, A. M. B. (Org.). *Políticas para a educação: análises e apontamentos*. Maringá: EDUEM, 2011.

_____.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos Pela Educação. In: BALL, S. J. MAINARDES, J. (Orgs). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

SMOLKA, A. L. B., LAPLANE, A. L. F., MAGIOLINO, L. L. S.; DAINEZ, D. O problema da avaliação das habilidades socioemocionais como *política pública*: explicitando controvérsias e argumentos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 130, p. 219-242, jan.-mar. 2015.

SOUZA, D. D. L. *Movimentos Sociais, ONGs e educação: um estudo de caso*. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

SOUZA, J. S. Trabalho, Educação e Luta de Classes na Sociabilidade do Capital. In: SOUZA, J. S. ARAÚJO, R. (Org). *Trabalho, Educação e Sociabilidade*. Maringá: Práxis, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Mantenedores e apoiadores*. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores/>>. Acesso em: 12 dez. 2017a.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Projetos – Todos os Projetos*. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/projetos/todos-os-projetos/>>. Acesso em 12 dez. 2017c.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *5 atitudes*. Disponível em <<https://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-atitudes>>. Acesso em: 12 dez. 2017e.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *5 bandeiras*.. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores/5-bandeiras/>>. Acesso em: 12 dez. 2017b.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *5 Metas*. Disponível em <<https://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas>>. Acesso em: 12 dez. 2017f.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais*. São Paulo: Todos pela Educação, 2006.
TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Formação de Professores no Brasil: diagnóstico, agenda de política e estratégias para mudança*. São Paulo: Moderna, 2016b.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Professores no Brasil. Perfil docente, políticas para o magistério e níveis de formação dos professores brasileiros*. 2016c.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Relatório de atividades do Todos Pela Educação 2006-2009*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Relatório de atividades do Todos pela Educação 2014*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Relatório de Atividades do Todos pela Educação 2016*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2016 a.

TONET, I. *Educação e Formação Humana*. Maceió, 2006. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Educação e Formação Humana*. Maceió, 2006. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2017.

TROTSKY, L. *História da revolução russa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILLELA, M.; RAMOS, M. N. A educação Mobilizando o Brasil. *Revista Folha de S. Paulo*. 24 mai. 2010. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2405201008.htm> > Acesso em 12. Dez. 2017.

Lista de reportagens e vídeos:

ARAÚJO, F. De olho no negócio: os empresários e a Base Curricular Nacional. *Esquerda Marxista*, 7 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/content/de-olho-no-negocio-os-empresarios-e-a-base-curricular-nacional/>>. Acesso em: 21.nov. 2017.

COSTAS, R. Modelo de escola atual, parou no século 19, diz Viviane Senna. *BBC Brasil*. 5 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-modelo-de-escola-atual-parou-no-seculo-19-diz-viviane-senna,ba60f8f4a9b4bfed7231d7d8196eea2e5u37RCRD.html>>. Acesso em: 23 dez.2017.

GLOBO. *Campanha: Todos pela educação. Somos todos educadores. Globo*. Disponível em <<http://globotv.globo.com/rede-globo/rede-globo/v/todos-pela-educacao-todos-somos-educadores/3771384/>>. Acesso em: 11 nov.2017.

GOIS, A. *Metas do movimento Todos pela Educação*. Entrevista com Priscila Cruz. Canal Futura: 16 dez. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=g8JtWfmhf3I>>. Acesso em: 12 dez. 2017

KOTSCHO, R. Herdeira de Banco só trabalha de graça. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 07 mai. 2001. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1305200129.htm>> Acesso em: 02.jan.2018.

KRUSE, T. MEC estuda meios de ampliar formação de professores. *UOL Educação*, São Paulo, 6 set. 2017. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2017/09/06/mec-estuda-meios-de-ampliar-formacao-de-professores.htm>>. Acesso em: 12 dez.2017.

LEITÃO, M. Justiça derruba liminar que aumentaria gastos de R\$ 270 bilhões com Educação através do Fundeb. *G1*, 18 dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2017/12/18/justica-derruba-liminar-que-aumentaria-gastos-de-r-270-bi-com-educacao-atraves-do-fundeb.ghtml>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

LIMA, M. Educação é o que mais compromete. Revista *Veja*. 18 fev. 2017. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/radar/educacao-e-o-que-mais-compromete-2/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

LUZIO, F. Entrevista com Priscila Cruz, diretora executiva do Movimento Todos Pela Educação. Programa Novos Intérpretes. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=11iWHOrWOg>>. Acesso em: 23 dez.2017.

MANECHINI, G. Eleva: Jorge Paulo Lemann quer criar a melhor escola do Brasil. *GQ Brasil*. 18 fev. 2017. Disponível em <<http://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2017/02/eleva-jorge-paulo-lemann-quer-criar-melhor-escola-do-brasil.html>>. Acesso em 12 ago. 2017.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Jorge Gerdau Johannpeter: “A educação precisa ser prioridade número um no país”. MBC. Disponível em: <<http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=noticia&Itemid=8&task=detalhe&id=5374>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PARKS, L. *Dória vende as creches de SP para bancos e instituições financeiras. Esquerda Diário*, 28 mar. 2017. Disponível em <

<http://www.esquerdadiario.com.br/Doria-vende-as-creches-de-SP-para-bancos-e-instituicoes-financeiras>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

RACY, S. Educação vem em sexto lugar. *Jornal o Estado de São Paulo*, 24 mai. 2010. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-educacao-vem-em-sexto-lugar-imp-,555674>>. Acesso em: 24 out.2017.

SALDAÑA, P. Doria recria Leve Leite com enfoque nos mais pobres e sem adolescentes. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1858864-doria-recria-leve-leite-com-enfoque-nos-mais-pobres-e-sem-adolescentes.shtml>>. Acesso em: 13 dez.2017.

TEIXEIRA, L. B. Como Jorge Paulo Lemann está investindo na educação para mudar o Brasil. *Revista Forbes*. 26 ago. 2016. Disponível em <<http://forbes.uol.com.br/negocios/2016/08/como-jorge-paulo-lemann-esta-investindo-na-educacao-para-mudar-o-brasil/#>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. PAIC: regime de colaboração com caminho para uma Educação de qualidade. *Jornal O Estadão*. Disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/blogs/de-olho-na-educacao/como-o-paic-mostrou-ao-brasil-que-o-regime-de-colaboracao-e-um-dos-caminhos-para-uma-educacao-de-qualidade/>>. Acesso em: 02 jan. 2017g.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Todos Pela Educação lança nova estratégia de mobilização*. 2009. Ano. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/9379/todos-pela-educacao-lanca-nova-estrategia-de-mobilizacao/>>. Acesso em: 02 jan. 2017h.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Um Bom professor, um bom começo*. Campanha Todos Pela Educação e Rede Globo. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bGG44jKgF6U>>. Acesso em: 12 dez. 2017d.

TOKARNIA, M. MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular. *Jornal*, dia mês ano. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

TOLEDO, L. F. Maior parte dos professores não completa conteúdo. *Jornal O Estadão*, 20 mar. 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,maior-parte-dos-professores-nao-completa-conteudo,70001706340>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

TV FUTURA. *Metas do movimento Todos pela Educação* - Priscila Cruz. Canal Futura, 2015 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g8JtWfmhf3I>>. Acesso em: 16 out. 2017.

VILELLA, V.; RAMOS, M. N. A educação mobilizando o Brasil. Tendências e debates. *Folha de São Paulo*. 24 mai. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2405201008.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

Sites eletrônicos:

Banco de Teses de Capes. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em 02 jan. 2017.

Instituto Península. Disponível em: <http://www.institutopeninsula.org.br/>. Acesso em: 02 jan. 2017.

Instituto Gerdau. Disponível em: <https://www.gerdau.com/br/pt/meio-ambiente-e-responsabilidade-social/responsabilidade-social>. Acesso em: 03 out. 2017

Fundação Leman. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/>. Acesso em: 03 mar. 2017.

Fundação Jacobs. Disponível em: <https://jacobsfoundation.org/>. Acesso em: 03 mar. 2017.

Fundação ABC. Disponível em: <http://fundacaoabc.org/quem-somos/>. Acesso em : 12 dez.

Movimento Brasil Competitivo. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=conteudo&Itemid=25>. Acesso em: 04. abr. 2017.

Gera Venture Capital. Disponível em: <http://www.geraventure.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2017.

Casa Daros. Disponível em: <https://www.daros-latinamerica.net/>. Acesso em: 3 out. 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 15 jan. 2018.